

- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- e) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual.

17.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

17.4. O MUNICÍPIO DE PÉROLA, fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em Lei.

17.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

17.6. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

17.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17.8. O pagamento dos valores devidos pelo MUNICÍPIO DE PÉROLA fica condicionado ao pagamento e comprovação dos encargos devidos pela CONTRATADA junto aos seguintes órgãos:

17.8.1. CREA, através da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica e/ou CAU, através do RRT - Relatório de Responsabilidade Técnica;

17.8.2. Comprovação de abertura da matrícula CEI/CNO junto a Receita Federal, com os dados conforme contrato;

17.8.3. Recolhimento da Garantia de Execução e adicional, se houver.

17.9. Na ocasião do pagamento de cada uma das parcelas, a CONTRATADA devesse apresentar juntamente com a nota fiscal ao CONTRATANTE, de acordo com os boletins de medição/empenhos a seguinte documentação:

17.9.1. Nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, discriminação dos impostos e encargos que serão retidos pelo Município e incidentes sobre o objeto contratado, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pelo Responsável Técnico:

17.9.2. Cópia da guia de recolhimento da Previdência Social - GPS do(s) mês(es) de execução por obra(s) devidamente quitada(s), de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas da obra contratada, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo da obra contratada;

17.9.2.1. No caso de serviços prestados mediante mão de obra exclusiva dos sócios, sem a utilização de empregados, a licitante deverá apresentar os dados da empresa e as informações relativas aos sócios e as suas respectivas remunerações (prólabore), por tomador; e



- 17.9.3.** Certidões de regularidade junto ao INSS e ao FGTS da Licitante, emitidas no respectivo mês do pagamento.
- 17.10.** A CONTRATADA deverá ainda, manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação especificadas no edital (Fazenda Pública Federal com a Previdência Social e Justiça do Trabalho).
- 17.11.** A liberação da última parcela fica condicionada a apresentação de:
- 17.11.1.** Documento comprobatório de regularidade trabalhista e previdenciária das obras (Certidão negativa do INSS, referente a execução da obra);
- 17.11.2.** Certificado de vistoria e conclusão da obra;
- 17.11.3.** Termo de Recebimento Provisório da obra;
- 17.11.4.** Comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica.
- 17.12.** As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- 17.13.** A última medição e respectivo pagamento deverão corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor total do contrato. Para tanto, a penúltima medição deverá ser realizada de maneira a reservar o percentual mínimo para a última medição.
- 17.14.** A emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra somente ocorrerá mediante a entrega pela CONTRATADA de:
- 17.14.1.** "as built" do serviço (quando houver alterações na execução da obra em decorrência de mudanças ou interferência arquitetônica e estrutural das instalações ou outros);
- 17.14.2.** laudo de vistoria da obra aprovado pelo corpo de bombeiros, quando for o caso;
- 17.14.3.** comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás quando for o caso, conforme previstos em projetos, quando for o caso;
- 17.14.4.** carta "habite-se" emitida pelo Município, quando for o caso; e
- 17.14.5.** certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis, quando for o caso.
- 17.15.** Em caso de não cumprimento pela CONTRATADA de qualquer disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízo de quaisquer outras disposições contratuais.
- 17.16.** As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou Agências são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 17.17.** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

18. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

- 18.1.** O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 18.2.** Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- 18.2.1.** Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:
- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas.
- 18.3.** O prazo de execução da contratação é de 360 dias, corridos, contados do envio da ordem de serviço.
- 18.4.** O prazo máximo para início dos serviços é de 15 (quinze) dias a contar da data de assinatura do contrato.
- 18.5.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE DE PREÇOS

19.1. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

- 19.1.1.** Diante da hipótese de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial do contrato, os preços contratados poderão ser revistos, de acordo com as regras estabelecidas na legislação.
- 19.1.2.** O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:



a) Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

b) Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe.

19.1.3. Para solicitar o reequilíbrio **não poderão haver empenhos com pendência de entrega referentes aos itens objetos do pedido.**

19.1.4. Os pedidos de reequilíbrio **não suspendem a entrega de itens já empenhados.** Os pedidos de reequilíbrio analisados, serão considerados para os pedidos posteriores a decisão final da Autoridade Competente.

19.1.5. Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a **CONTRATADA** deverá apresentar no Setor de Compras e Licitações, no e-mail: compras@perola.pr.gov.br, toda documentação abaixo:

a) Planilha de Custos informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) **produto(s)** contratados e o preço a ser reequilibrado, conforme modelo simplificado abaixo:

PREÇO CONTRATADO		
Descrição do produto		
A	Valor registrado no Contrato ou ARP	R\$ 0,00
B	Custo Unitário (NF nº Data/...../.....)	R\$ 0,00
C	Total de impostos/tributos% R\$ 0,00
D	Total de custos fixos% R\$ 0,00
VALOR FINAL (VF) = A – (B + C + D)		
E	Margem de lucro%
MARGEM DE LUCRO (%) = [(RECEITA – CUSTO TOTAL) / RECEITA X 100]		
Onde:		
RECEITA = VALOR FINAL (VF)		
CUSTO TOTAL = Soma do valor pago no item, do imposto/tributo e do custo fixo (B + C + D)		
PREÇO ATUALIZADO		
Descrição do produto		
A	Valor registrado no Contrato ou ARP	R\$ 0,00
B	Custo Unitário (NF nº Data/...../.....)	R\$ 0,00
C	Total de impostos/tributos% R\$ 0,00
D	Total de custos fixos% R\$ 0,00
VALOR FINAL (VF) = A – (B + C + D)		
E	Margem de lucro%
MARGEM DE LUCRO (%) = [(RECEITA – CUSTO TOTAL) / RECEITA X 100]		
Onde:		
RECEITA = VALOR FINAL (VF)		
CUSTO TOTAL = Soma do valor pago no item, do imposto/tributo e do custo fixo (B + C + D)		

b) Cópias das notas fiscais referentes ao mês de julgamento da licitação, informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) produto(s) contratado(s), bem como cópia das notas fiscais referentes ao período de realização do pedido.

c) O valor reequilibrado nunca deverá ser superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

d) Cópias das certidões vigentes: **i)** Certificado de regularidade do FGTS; **ii)** Certidão de débitos Trabalhista; **iii)** Certidão de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **iv)** Certidão relativos a débitos tributários e dívida ativa Estadual; **v)** Certidão de débitos relativos a débitos tributários e dívida ativa municipal; **vi)** Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR - no site <http://www1.tce.pr.gov.br/> (Consulta de Impedidos de Licitar); **vii)**



Tribunal de Contas da União - TCU em consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne os resultados das certidões no TCU - Licitantes Inidôneos; CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

19.1.6. Na ausência de um dos documentos elencados acima, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro NÃO SERÁ RECEBIDO.

19.1.7.A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo a Prefeitura Municipal de Altônia a análise e deliberação a respeito do pedido.

19.1.8.A análise de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro compete ao gestor do contrato, nos termos do art. 9º, II, do Decreto n.º 38, de 28 de março de 2023.

19.1.9.A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.1.10. Se o CONTRATADO não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será **INDEFERIDO** pela prefeitura municipal e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.1.11. Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a **CONTRATADA** deverá apresentar, a cada mês, Planilha de Custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedor(es).

19.1.12. A prefeitura municipal se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas Planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação contornável, através da troca de fornecedores por parte da Empresa, será considerado injustificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

19.1.13. A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagirá a ordens de fornecimento já emitidas.

19.1.14. O novo preço só terá validade após celebração de termo aditivo e não terá efeito retroativo.

19.1.15. Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

19.2. Os preços contratuais do objeto licitado poderão ser reajustados, em reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e com a Lei Federal n.º 10.192, de 2001.

19.3. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços pode ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.

19.4. Em nenhuma hipótese será concedido o reajuste de preços sobre itens já executados pelo Contratado.

19.5. Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação dos índices indicados, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano, contados da data do orçamento.

19.6. Ocorrendo atraso na execução dos serviços atribuíveis ao contratado, não será concedido o reajustamento de preços, salvo o correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes ao atraso.

19.7. Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

19.8. Se a contratada antecipar cronograma, o reajustamento somente será aplicado com índice correspondente ao período de execução efetiva, conforme planilha de medição.

19.9. O reajustamento dos preços será concedido, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento, mediante a aplicação do índice INCC DI/FGV sobre o saldo remanescente dos serviços, devendo ser aplicado a fórmula a seguir:



SR = S (I12/I0)

R = SR – S

I12 = índice

INCC-DI/FGV do 12º mês do orçamento

I0 = índice INCC-DI/FGV do mês do orçamento

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês do orçamento

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

19.10. DAS ALTERAÇÕES

19.10.1. A proponente obriga-se a aceitar, quando solicitado pelo Município de Pérola, nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) nos itens licitados e as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, do valor inicial atualizado da contratação, na forma do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

19.11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.11.1. Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, correrão por conta da seguinte dotação:

DESPES PRINCIPAL	DESDOBRAMENTO	ORGÃO UNIDADE	FUNCIONAL	PROJETO ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSO
5383	5387	07.01	12.365.0007	3.046	4.4.90.51.01.03	142
5382	5388	07.01	12.365.0007	3.046	4.4.90.51.01.03	3142
5137	5389	07.01	12.365.0007	3.046	4.4.90.51.01.03	618

20. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

20.1. As obrigações decorrentes deste **CONCORRENCIA ELETRONICA** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE CONTRATO**, cuja minuta consta como **Anexo IV** deste Edital.

20.2. Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado, dentro do prazo de **05 (cinco) dias após o ato convocatório**, para **assinatura do Contrato**.

20.3. O Contrato Administrativo **SERÁ** encaminhado através de **correio eletrônico (e-mail)**, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento**, em 02 (duas) vias, providenciando a entrega das vias originais no Departamento de Licitações da prefeitura municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento**.

20.3.1. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por até igual período, quando solicitado pelo proponente vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela prefeitura municipal.

20.4. A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada na prefeitura municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

20.5. Para a assinatura do contrato, esta deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, **na hipótese de nomeação de procurador**, e cédula de identidade do representante.

20.6. Admite-se a assinatura em formato eletrônico, com fundamento no art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, e do art. 6º do Decreto 10.278/2020, sendo as assinaturas consideradas válidas, vinculantes e executáveis, desde que firmadas pelos representantes legais das partes, conforme estabelecido no preâmbulo. Consigna-se, ainda, no presente instrumento, que a assinatura com Certificado Digital/eletrônica tem a mesma validade jurídica de um registro e autenticação feita em Cartório, seja mediante utilização de certificados e-CPF, e-CNPJ e/ou NF-e. Assim, as partes renunciam ao direito de recusar ou contestar a validade das assinaturas eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável.

21. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO



- 21.1.** Fica assegurado a Prefeitura Municipal o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 21.2.** A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 21.3.** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 21.4.** A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 21.5.** A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 21.6.** Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- 21.7.** A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 21.8.** A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é a Prefeita Municipal de **PÉROLA**.

22. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

22.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

23. DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

- 23.1.** Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 no percentual e condições descritas no Termo de Referência.
- 23.2.** A garantia, nas modalidades de caução em dinheiro, títulos da dívida pública e fiança bancária, deverão ser prestadas pelo adjudicatário em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 23.3.** A garantia na modalidade de seguro-garantia deverá ser prestada pelo adjudicatário no prazo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, sob pena de decadência do direito à contratação.
- 23.4.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

24. DA MOTIVAÇÃO DA INVERSÃO DE FASES

- 24.1.** A presente licitação adota o procedimento de inversão de fases, nos termos do §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, conforme ato motivado constante dos autos, considerando que a prévia habilitação dos licitantes proporciona maior eficiência administrativa, reduz o tempo de tramitação, evita análise de propostas de empresas inabilitadas e assegura a transparência e segurança jurídica do certame.
- 24.2.** Em conformidade com o disposto no §1º do artigo 17 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração Pública do Município de Altônia/PR adota, de forma motivada, a inversão de fases no presente procedimento licitatório, de modo que a habilitação dos licitantes antecederá as fases de apresentação das propostas e lances e de julgamento. Essa decisão fundamenta-se na necessidade de conferir maior eficiência, transparência e segurança jurídica ao processo de contratação pública, otimizando os trabalhos do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como promovendo a racionalização dos atos administrativos.
- 24.3.** A Lei nº 14.133/2021 permite expressamente que a fase de habilitação seja antecipada mediante ato motivado que explicita os benefícios decorrentes, possibilitando à Administração escolher a sequência que melhor se ajuste às particularidades do objeto e às condições do certame. Nesse contexto, a inversão de fases é adotada para tornar o



procedimento mais célere e eficaz, especialmente em licitações cujo objeto demanda análise técnica e documental detalhada, garantindo que apenas empresas efetivamente habilitadas e aptas participem da disputa de preços. Tal medida evita o retrabalho de análise de propostas apresentadas por empresas inabilitadas, reduz o número de diligências posteriores e assegura o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais do Município.

24.4. Sob o prisma da eficiência administrativa, princípio norteador da gestão pública e expressamente previsto no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, a adoção da inversão de fases representa uma medida de aprimoramento da atuação estatal. Ao realizar primeiramente a análise da documentação de habilitação, a Administração garante maior agilidade no desenvolvimento das etapas subsequentes, uma vez que somente as empresas que comprovarem regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica serão convocadas para apresentar propostas e participar da fase competitiva. Assim, o certame avança de maneira mais racional e objetiva, assegurando a celeridade processual sem comprometer a lisura e a ampla competitividade.

24.5. Além disso, a inversão de fases contribui para reduzir o número de recursos e impugnações posteriores, pois eventuais questionamentos relativos à habilitação são solucionados antes do início da disputa de preços. Essa dinâmica processual proporciona maior segurança jurídica ao procedimento e evita atrasos na homologação e adjudicação, reforçando a previsibilidade dos prazos e a confiabilidade do processo licitatório. Com isso, a Administração obtém ganhos significativos de tempo e evita a paralisação de obras ou serviços decorrentes de recursos interpostos em fases mais avançadas.

24.6. Do ponto de vista da transparência e controle, a habilitação inicial permite que todos os documentos das licitantes sejam disponibilizados desde o início do certame, viabilizando o acompanhamento integral dos atos administrativos pelos órgãos de controle e pela sociedade. Essa publicidade inicial reforça os princípios da moralidade e da legalidade, fortalecendo a confiança no processo licitatório e assegurando que a disputa ocorra apenas entre empresas previamente verificadas quanto à sua idoneidade e capacidade técnica.

24.7. A medida também se revela adequada à natureza do objeto licitado, especialmente em contratações que envolvem execução técnica complexa, fornecimento especializado ou valores de maior vulto, situações em que a verificação prévia da habilitação confere maior segurança à Administração. Ao permitir que somente empresas com condições técnicas e financeiras participem da disputa, a Administração garante que a futura execução contratual ocorra de forma regular, minimizando riscos de inexecução, atrasos e penalidades decorrentes de contratações inadequadas.

24.8. A adoção da inversão de fases está em consonância com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, que regulamenta o uso do pregão e da concorrência na forma eletrônica e reconhece a possibilidade de inversão como instrumento de modernização e aprimoramento da eficiência administrativa. Além disso, o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) têm reiteradamente reconhecido a validade e a conveniência da inversão de fases, desde que devidamente motivada e formalmente registrada nos autos, como forma de garantir resultados mais vantajosos à Administração Pública.

24.9. Dessa forma, a decisão do Município de Altônia de adotar a inversão de fases neste certame é juridicamente amparada e administrativamente justificada, representando uma prática moderna e eficiente de gestão pública. A medida permite conduzir a licitação de maneira mais ordenada, transparente e ágil, reduzindo custos operacionais, eliminando etapas redundantes e assegurando que o processo avance apenas com empresas habilitadas e aptas a contratar.

24.10. Conclui-se, portanto, que a inversão de fases, nos termos do §1º do artigo 17 da Lei nº 14.133/2021, traz benefícios diretos e concretos à Administração Municipal, promovendo maior eficiência, economicidade, transparência e segurança jurídica, sem prejuízo do caráter competitivo do certame. Assim, restam plenamente demonstrados os fundamentos e as vantagens que justificam a adoção desse procedimento, o qual será devidamente registrado e mantido nos autos como ato motivado que integra a fase preparatória da licitação.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial da Prefeitura Municipal através do endereço eletrônico <https://www.perola.pr.gov.br/> e no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Pérola-PR.

25.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre



os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

25.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

25.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação.

25.5. Será facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

25.6. O Agente de Contratação poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

25.7. As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

25.8. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

25.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal da prefeitura municipal, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

25.11. A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.

25.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.perola.pr.gov.br/> no campo, **Agenda de Licitação**, e na sede Município de Pérola-PR, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.14. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.15. É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

25.16. A proponente deverá indicar ao Agente de Contratação todos os meios de contato (telefone/ endereço eletrônico - e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

25.17. O Agente de Contratação não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Pérola, quanto do emissor.

25.18. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

25.19. CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SERÁ SUSPensa E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELO AGENTE DE CONTRATAÇÃO VIA CHAT.

25.20. Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema



BNC - Bolsa Nacional de Compras que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.

25.21. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

25.22. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

25.23. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

25.24. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

25.25. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.26. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.27. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.28. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.29. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.perola.pr.gov.br/> (Agenda de licitação).

25.30. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Pérola-PR.

25.31. Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação.

25.32. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO; APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;
ANEXO II	MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL;
ANEXO III	MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;
ANEXO IV	FORMULÁRIO PARA ASSINATURA DE CONTRATO
ANEXO V	MODELO DECLARAÇÃO RESPONSABILIDADE TÉCNICA
ANEXO VI	MODELO DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA
ANEXO VII	MODELO DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA E DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL
ANEXO VIII	MODELO DECLARAÇÃO DE VISITA
ANEXO IX	MODELO DECLARAÇÃO FORMAL DISPENSA DE VISITA
ANEXO X	TERMO DE MINUTA DE CONTRATO
ANEXO XI	PASTA TÉCNICA

Pérola/PR., XX de XXXXXXXX de 2025.

VALDETE CUNHA
Prefeita Municipal



PROCESSO
Nº 005 /2025

Ofício Circular nº 104/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

Em atenção ao disposto na Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações), vimos por meio desta requerer a abertura De Processo Licitatório, modalidade CONCORRENCIA ELETRÔNICA, nos termos a seguir elencados

1. ORGÃO SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

2. MODALIDADE DA LICITAÇÃO

A modalidade de licitação encontra-se pormenorizada no tópico 5, existente no Estudo Técnico Preliminar nº 005/2025, anexo deste Termo de Referência.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa para continuação da execução de construção de uma Creche Padrão tipo 2 – Convencional, Projeto Padrão FNDE, visando garantir um ambiente seguro, adequado e qualificado para as crianças e promover o desenvolvimento social e educacional.

4. ESPECIFICAÇÕES DO ITEM

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	V. Unit.	V. Total
1	Execução de construção de uma Creche Padrão tipo 2 – Convencional, Projeto Padrão FNDE	Obra	01	R\$3.817.618,00	R\$ 3.817.618,00
V.TOTAL					R\$ 3.817.618,00

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo
Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

5. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A continuidade na construção da obra da Creche Padrão tipo 2 - Convencional, é de extrema importância para o município, pois é essencial para atender a demanda atual de vagas e garantir que mais crianças possam ser atendidas, promovendo o desenvolvimento social e educacional.

A construção de uma nova unidade de creche proporcionará acesso a uma educação de qualidade para um maior número de crianças, beneficiando diretamente as famílias da região e a comunidade como um todo. Além disso, a construção de um ambiente adequado para o desenvolvimento das crianças (com áreas específicas para atividades pedagógicas, recreativas e de descanso) é fundamental para a promoção do bem-estar infantil.

Diante desses aspectos, a contratação de uma empresa especializada para a continuação da execução da obra de construção da creche se justifica pela necessidade de garantir um ambiente seguro, adequado e qualificado para as crianças, além de cumprir com as exigências legais e garantir a eficiência no cumprimento dos prazos e orçamentos. Além disso, a continuidade da obra é importante para o cumprimento de compromissos do município com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e outros programas federais que visam ampliar a oferta de educação infantil. Onde, o descumprimento dos prazos pode acarretar sanções ou a perda de recursos destinados a essa obra.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



A solução proposta para a continuidade na construção da obra da Creche Padrão tipo 2 - Convencional no Município de Pérola, consiste na execução integral das obras civis, conforme projetos, planilha orçamentária e cronogramas aprovados.

A obra deverá ser retomada de maneira ágil e segura, observando todas as exigências legais, técnicas e ambientais, com foco em **atender à crescente demanda por vagas e serviços educacionais**. A **solução contratual** proposta, busca não apenas a conclusão da obra, mas também a implementação de uma estrutura que seja capaz de **atender de forma eficiente e eficaz as altas demandas** da população local. O município enfrenta um aumento substancial na demanda por vagas em creches, e a retomada da obra é essencial para garantir que mais crianças sejam atendidas em tempo hábil, oferecendo um espaço seguro e adequado para seu desenvolvimento. Além disso, a obra deverá seguir os requisitos de acessibilidade e sustentabilidade, atendendo aos padrões de qualidade e infraestrutura necessários para a operação plena da unidade educacional.

7. DA ESTIMATIVA DO VALOR

O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.817.618,00 (Três milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e dezoito reais).

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESPESA PRINCIPAL	DESDOB.	ÓRGÃO UNIDADE	FUNCIONAL	PROJETO ATIVIDADE	NATURA DA DESPESA	FONTE DE RECURSO	RESERVA	VALOR
5383	5387	07.01	123650007	3.046	4.4.90.51.01.03	142	2009	R\$ 1.878.244,21
5382	5388	07.01	123650007	3.046	4.4.90.51.01.03	3142	2010	R\$ 241.489,92
5137	5389	07.01	123650007	3.046	4.4.90.51.01.03	618	2011	R\$ 1.697.883,87
TOTAL								R\$ 3.817.618,00

9. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato deverá ser de 24 meses, podendo ser prorrogado, na forma do art. 105 da lei 14.133/21.

O prazo de execução é de 360 dias, corridos, contados da ordem de serviço.

10. DA OBRA/SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA

A Construção da Creche Padrão tipo 2 – Convencional, configura-se como obra comum de engenharia nos termos do art. 6º, XII da Lei nº 14.133/2021, porque ela se encaixa na definição de obras que são destinadas ao **uso público geral**, ou seja, são construções que visam atender a uma **necessidade coletiva** e têm como finalidade a **utilização pela população**, onde trata-se de uma **estrutura pública** voltada para o atendimento educacional da população infantil, um serviço essencial, de interesse social, que visa à **educação básica** e ao **atendimento à demanda da primeira infância**.

A obra não apresenta singularidades técnicas que a caracterizem como complexa, enquadrando-se nos padrões de projetos similares já executados no âmbito municipal.

O mercado fornecedor apresenta ampla capacidade para execução, com diversas empresas habilitadas a realizar serviços desta natureza, fato que comprova seu caráter comum. As especificações técnicas foram elaboradas com clareza e objetividade, permitindo perfeito entendimento dos requisitos e critérios de medição, conforme exige a legislação para obras desta categoria.

Ressalta-se que a intervenção, embora implique modificação do espaço físico natural, não demanda estudos ambientais complexos, enquadrando-se nos parâmetros de baixo impacto ambiental estabelecidos pelos órgãos competentes.

A licitação será conduzida na modalidade CONCORRÊNCIA, forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento por MENOR PREÇO GLOBAL, regime de empreitada por preço unitário, observados os valores de referência do mercado regional. Os serviços serão executados conforme projetos técnicos, memorial descritivo e ordens de serviço



específicas, com total adequação aos dispositivos da Lei nº 14.133/2021 que regulamentam obras comuns de engenharia.

11. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O recebimento provisório e definitivo do objeto contratado será supervisionado pelo fiscal da obra que atestará, mediante termo detalhado, o atendimento das exigências contratuais e de caráter técnico.

Os pagamentos serão efetuados de acordo com as liberações de recurso do FNDE, em até 20 dias úteis após a entrega da Nota Fiscal, mediante a verificação de regularidade ou apresentação dos seguintes documentos:

- a) negativa de débito de FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- f) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual.

12. DA EXISTÊNCIA DE LICITAÇÃO ANTERIOR

Informamos que no ano de 2022, fora realizada licitação com objeto semelhante, conforme processo nº01/2022 referente a Continuidade das obras de Execução da Escola de Ensino Fundamental com 12 (doze) salas, e obras de implantação, no Município de Pérola-PR.

13. DA FORMA E CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DO FORNECIDOR

13.1. Da Forma de Seleção

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL

Justificativa para Inversão de Fases – Construção da Creche Padrão tipo 2 - Convencional

A presente justificativa técnica tem por finalidade fundamentar a alteração do Edital de Concorrência Eletrônica, consistente na inversão de fases do certame, de modo que a habilitação das licitantes anteceda a análise das propostas e a etapa competitiva de lances.

Considerando o contexto atual da execução do processo licitatório para a construção da creche supracitada, que se encontra paralisada há algum tempo, e tendo em vista o interesse público em dar continuidade à obra.

Considerações:

- **Considerando o Atendimento ao Interesse Público e Urgência na Retomada das Obras, onde a obra da creche, que visa atender a uma demanda social importante para a comunidade, encontra-se paralisada há um período considerável, o que tem causado sérios prejuízos à população, especialmente àquelas famílias que dependem da oferta de vagas para a educação infantil. A inversão das fases permitirá a abertura imediata das propostas, o que, por sua vez, permitirá a rápida habilitação dos licitantes e a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sem comprometer o processo competitivo e garantindo a retomada da obra com maior agilidade.**
- **Considerando a Celeridade e Eficiência no Processo Licitatório, que conforme o artigo 21, §4º, da Lei nº 14.133/2021, é possível a inversão das fases quando ela contribuir para a celeridade do processo, sem prejudicar a análise da qualificação dos licitantes. A inversão das fases – com a abertura das propostas antes da habilitação – é uma medida que visa otimizar o tempo, possibilitando o início imediato da execução da obra, ao mesmo tempo em que preserva a verificação da regularidade dos documentos apresentados pelos licitantes, que será realizada após a análise das propostas.**
- **Considerando a Redução de Custos e Despesas Indiretas, onde a demora na retomada da construção pode resultar em aumento nos preços dos materiais e serviços necessários. A inversão das fases contribuirá para reduzir o tempo de espera e, conseqüentemente, minimizará as despesas adicionais decorrentes da manutenção da obra paralisada. Isso também contribui para a redução dos custos totais do projeto, em conformidade com os princípios de eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021 (art. 2º, inciso VI).**



• Considerando a Garantia da Regularidade e Conformidade Legal, onde esta disposto no artigo 60 da Lei nº14133/2021, que prevê a possibilidade de inversão das fases da licitação, desde que não haja prejuízo para a avaliação da documentação de habilitação dos licitantes. A análise da habilitação será feita após a abertura das propostas, garantindo que todos os documentos exigidos sejam verificados de forma minuciosa antes da adjudicação do objeto.

• Considerando a Segurança Jurídica e Transparência no Processo, que quando justificada pela eficiência e pela celeridade do processo, a inversão de fases não comprometerá a segurança jurídica da licitação, pois permitirá que os licitantes apresentem suas propostas com transparência, e a habilitação será realizada após a classificação das propostas, conforme o estabelecido na Lei nº 14.133/2021, garantindo que a escolha da proposta vencedora seja realizada com a devida fundamentação legal.

A decisão pela inversão das fases do processo licitatório visa atender ao princípio da eficiência e da economicidade, com o objetivo de garantir a celeridade e a continuidade da obra, atendendo ao interesse público, sem comprometer a legalidade ou a transparência do processo licitatório, respeitando os preceitos legais estabelecidos pela nova legislação.

13.2. Dos Critérios de Seleção

13.2.1.1. Habilitação Jurídica

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
- c) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- d) Documentos Pessoais dos Sócios: RG e CPF ou CNH.

13.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas –CNPJ – Cartão CNPJ (atualizado);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

13.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de pedido de FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL ou extrajudicial, EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste, se outro prazo não constar do documento.

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar da empresa, devidamente registrado pelo órgão competente, com o Termo de Abertura e de Encerramento e assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também



por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional.

Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente aos **02 (dois) últimos exercícios sociais** exigíveis, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento.

O MEI (Micro Empreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.

As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

A exigência de documentos limita-se ao último ano fiscal, em caso de sociedades constituídas há menos de 2 (dois) anos.

As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPEED, submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:

Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPEED contábil);

Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPEED contábil);

Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPEED contábil);

Comprovação do capital social ou valor do patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação

13.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Prova de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou outro Conselho Profissional ao qual os profissionais registrados nos mesmos possuam atribuições e capacidade técnica para executar os serviços exigidos na qualificação técnica do edital, da pessoa jurídica e da pessoa física, através da CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA e CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA, em plena validade.

Atestado de visita conforme disponível no edital, expedida pelo licitador. É recomendado à proponente, quando da visita do local da(s) obras(s), que obtenham, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. Todos os custos associados com a visita ao local da(s) obra(s) serão custeados integralmente pela própria proponente.

O atestado de visita deverá ser agendado e realizado até um dia anterior a abertura do certame, no horário de expediente das Prefeituras Municipais, no Departamento de Engenharia.

O atestado de visita, poderá ser substituído por declaração firmada pelo responsável da empresa e por engenheiro devidamente qualificado, de que conhece o local e as condições da obra, responsabilizando-se pela mesma, independentemente de sua condição.

Comprovação de Capacidade Técnica operacional da EMPRESA: Apresentação de seu respectivo atestado, comprovando no mínimo a execução de objeto semelhante ao presente edital, emitido pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CREA/CAU”, conforme quadro abaixo.

Comprovação de Capacidade Técnica Profissional - Experiência Profissional (pessoa física) do(s) responsável(is) técnicos(s) com a apresentação de seu respectivo atestado, comprovando no mínimo a execução de objeto semelhante ao presente edital, emitido pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CREA/CAU”, conforme quadro abaixo:

Descrição dos serviços	Quantidade mínima
Construção de Creche Padrão FNDE	1 unidade



Os atestados e/ou declarações deverão ser comprovados através de “Certidão de Acervo Técnico Profissional - CAT” do responsável(eis) técnico(os), emitido(s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA”, e ou pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

É permitido a somatória de atestados de capacidade técnica, desde que devidamente acervados no respectivo conselho de classe, nos termos do Acórdão 1231/2012 – Plenário – TCU – Tribunal de Contas da União
Declaração de responsabilidade técnica indicando o responsável técnico pela execução da(s) obra(s) até o seu recebimento definitivo pelo Contratante. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do Contratante.

Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

Comprovação de que ditos profissionais fazem parte do quadro de pessoal da empresa, deverão obrigatoriamente ser feitas por meio de cópia autenticado da CTPS, para o empregado, ou contrato de prestação de serviços com firma reconhecida, no caso de prestador de serviços. No caso de sócio, diretor ou proprietário, estatuto social ou contrato social da empresa, com última alteração.

Justificativa para Exigência de Capacidade Técnica – Construção de Creche Padrão FNDE

A exigência de comprovação de aptidão técnica específica para a execução de obras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), especialmente voltadas à construção de Creche Padrão Tipo 2, fundamenta-se na natureza e complexidade técnica do objeto licitado, bem como na necessidade de assegurar a adequada execução da obra.

Conforme o Memorial Descritivo do FNDE – Projeto Proinfância Tipo 2, trata-se de empreendimento com sistema construtivo padronizado e integrado, que envolve:

- estrutura de concreto armado, fundações e vigas baldrame com resistência mínima de fck 25 MPa;
- alvenaria estrutural e vedação cerâmica, com blocos padronizados e argamassas específicas;
- instalações hidrossanitárias, elétricas e de climatização compatíveis com o padrão do Ministério da Educação;
- exigência de acessibilidade universal, em conformidade com a NBR 9050/2020;
- padrões de acabamento e louças sanitárias específicas para uso infantil, definidos pelo FNDE;
- elementos construtivos opcionais de adaptação climática e soluções térmicas e acústicas padronizadas

Tais características tornam indispensável que a contratada demonstre experiência prévia comprovada em execução de obras de mesma natureza e complexidade, especialmente edificações públicas padronizadas pelo FNDE, destinadas à educação infantil, com estrutura de concreto armado e sistemas complementares (hidrossanitário, elétrico e de climatização).

A exigência de atestado de capacidade técnica referente à “Construção de Creche Padrão FNDE” visa:

1. Assegurar a qualificação da empresa executora, garantindo que esta possua equipe técnica habilitada e familiaridade com os padrões e normativas do FNDE;
2. Promover a eficiência e economicidade, evitando atrasos, aditivos e retrabalhos decorrentes da execução inadequada de sistemas padronizados;
3. Garantir a observância às normas técnicas e exigências legais, incluindo as diretrizes de acessibilidade, segurança e desempenho estrutural definidas nas normas da ABNT, bem como nas Diretrizes Técnicas do FNDE (Volumes I a VI).
Cumpra-se destacar que o art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021 autoriza a Administração a exigir comprovação de aptidão técnica compatível com a complexidade e peculiaridade do objeto, mediante atestados de execução de obras semelhantes. A jurisprudência e o entendimento consolidado dos Tribunais de Contas, reforçam a legalidade da exigência quando houver motivação técnica que demonstre a necessidade de experiência específica.

Assim, considerando:

- a complexidade técnica e multidisciplinar da obra (estrutura, arquitetura, instalações, acabamentos, climatização e acessibilidade);
- o padrão normativo federal FNDE, que requer estrita observância às diretrizes arquitetônicas, construtivas e pedagógicas;



Conclui-se que a exigência de comprovação de experiência anterior em construção de Creche Padrão FNDE (ao menos uma unidade) é plenamente justificada e proporcional, atendendo ao princípio da eficiência (art. 37 da CF), bem como ao princípio do interesse público, ao assegurar a conclusão de uma edificação essencial à educação infantil em conformidade com os padrões técnicos exigidos pelo FNDE e pelo MEC.

14 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO E DA PROPOSTA

Será exigida a garantia da contratação, no importe de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

A garantia deverá ser prestada nas modalidades dispostas na legislação, em até 5 dias após a assinatura do contrato.

No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Será exigida a garantia da proposta, no importe de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, conforme Art.58 no § 1º.

Justificativa sobre a garantia da proposta

Tal medida visa resguardar a qualidade e a execução do projeto, prevenindo a participação de empresas sem a idoneidade ou capacidade técnica necessária para a conclusão da obra, conforme os padrões exigidos.

Diante disso, o pedido de garantia de proposta justifica-se como uma medida preventiva, alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e probidade administrativa, essenciais para a boa execução da obra e para o cumprimento dos objetivos da presente licitação.

15 MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar **declaração firmada pelo representante legal da empresa ou por contador ou certidão simplificada**, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de emissão.

16 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 Da Gestão do Contrato

A Gestão do Contrato será atribuída a Servidora Maria Sonia Celini RG: 4.198.033-8/SSP-PR, CPF: 655.768.709-30, Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

15.2 Da Fiscalização do Contrato

A Fiscalização do Contrato será atribuída ao Servidor Ademar Americo Camossato, RG: 3.525.058-1/SSP-PR, CPF: 578.305.769-04, Engenheiro Civil, Contrato nº118/2022.

16 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- Os documentos necessários para a habilitação das empresas interessadas, deverão estar em conformidade com a Lei Federal nº14.133/2021.
- Para a apresentação dos atestados de capacidade técnica, deverá ser observada a descrição de serviços e as quantidades conforme quadro abaixo:

Descrição dos serviços	Quantidade mínima
Construção de Creche Padrão FNDE	1 unidade

A empresa contratada se obriga a ter tantas frentes de trabalho quanto são necessárias para o andamento da execução da obra, cabendo a ela a organização e estruturação das equipes para que os serviços sejam executados concomitantemente em cada estrada prevista no lote.

A construção deve seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo.

A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente em todos os pormenores, aos seguintes itens:



Cronograma físico financeiro, Desenhos, listas de materiais, tabelas de acabamentos, especificações e demais documentos integrantes do Projeto;

Requisitos de Normas e/ou Especificações, Métodos de Ensaio e Terminologia estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou formulados por laboratórios ou Institutos de Pesquisas Tecnológicas Brasileiras.

Requisitos de Normas e/ou Especificações, Métodos de Ensaio e/ou padrões estabelecidos por entidades estrangeiras congêneres (ASTM, DIN e outras), quando da inexistência de Normas e/ou especificações brasileiras correspondentes, para determinados tipos de materiais ou serviços.

Recomendações, instruções e especificações de Fabricantes de materiais e/ou de Especificações em sua aplicação ou na realização de certos tipos de trabalhos.

Dispositivos aplicáveis da legislação vigente (Federal, Estadual ou Municipal), relativos a materiais, segurança, proteção, instalação de canteiro de obras e demais aspectos das construções.

Sempre a favor da segurança e sem prejuízo ao disposto neste Memorial, deverão ser devidamente seguidos os procedimentos de instalação e execução dos serviços dispostos no Caderno de Encargos da Editora PINI, 4ª ed., 2004. Antes do início da execução de cada serviço, deverão ser verificadas (diretamente na obra e sob a responsabilidade da Contratada) as condições técnicas e as medidas locais ou posições a que o mesmo se destinar.

Todas imperfeições verificadas nos serviços vistoriados dos mesmos em relação a desenhos, tabelas de acabamentos ou especificações.

17 DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

A contratação integral da Construção da Creche Padrão tipo 2 - Convencional por empreitada global, sem parcelamento, justifica-se pela natureza técnica indivisível da obra, que exige execução sequencial e coordenada de todas as suas etapas - desde a fundação, superestrutura, até a cobertura e serviços de acabamento.

A fragmentação dos serviços em contratos distintos comprometeria significativamente a qualidade final da edificação, pois cada fase depende diretamente da perfeita execução da anterior, além de gerar interfaces complexas entre diferentes empresas que poderiam levar a disputas por responsabilidades e atrasos no cronograma.

A opção pela empreitada global oferece vantagens operacionais e econômicas comprovadas, concentrando em um único contratante a responsabilidade integral pela obra, o que permite melhor controle de prazos, custos e qualidade, além de simplificar o processo de fiscalização por parte da administração municipal.

Experiências anteriores do município com empreitadas globais em obras similares demonstraram resultados superiores, maior cumprimento de prazos e melhor qualidade técnica, uma vez que a empresa contratada assume compromisso com o produto final completo. Adicionalmente, o modelo garante maior eficiência na aplicação das garantias contratuais e penalidades por atraso, assegurando que todos os serviços sejam executados dentro do prazo total de 360 dias corridos estabelecido no projeto.

A decisão por não parcelar a contratação representa, portanto, a alternativa mais vantajosa para a administração pública, garantindo economicidade, eficiência e qualidade na execução desta obra essencial para o desenvolvimento social e educacional, com simplificação dos processos de gestão e fiscalização, e total adequação às características técnicas do projeto que exigem uma solução integrada desde a preparação do terreno até os acabamentos finais.

18 DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA E EMPRESA PEQUENO PORTE

No presente caso, não se aplicam os benefícios para MPE's, optando-se pela ampla concorrência no caso previsto inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

19 DA NECESSIDADE DE RESERVA DE COTA

Não se aplica.

20 DA DECLARAÇÃO DE QUE O OBJETO DEMANDADO NÃO SE ENQUADRA COMO ARTIGO LUXO

Em atendimento ao disposto no art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 422/2023, declaramos que os itens a serem adquiridos não compreendem artigos de luxo. Logo, reafirmamos que os itens do objeto em questão são de qualidade comum e não superior à necessária finalidade à qual se destina.



21 DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo máximo para início dos serviços é de 15 (quinze) dias a contar da data de assinatura do contrato.

A empresa ficará responsável por qualquer ônus decorrente da prestação de serviço, incluindo débitos tributários;

A administração não se responsabilizará por quaisquer débitos de natureza tributária e/ou trabalhista;

Todos os custos que decorrerem da prestação de serviços correrão por conta da contratada;

A contratada deverá proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento decorrentes da prestação dos serviços;

A contratada deverá permitir que a administração proceda com fiscalizações acerca dos serviços no momento em que achar pertinente, inclusive podendo se recusar a receber o objeto decorrente da prestação de serviços, caso seja verificado que este encontra-se em desacordo com o solicitado;

A execução deverá seguir o cronograma físico financeiro, planilha de serviços e memorial descritivo.

A execução dos serviços observará as rotinas indicadas em anexo: Conforme o projeto básico e o memorial descritivo.

Os serviços serão prestados no seguinte horário: de acordo com a jornada de trabalho estabelecida pela empresa contratada.

Para perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades estabelecidas nas planilhas em anexo.

Materiais a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidade a seguir estabelecidas, promovendo a substituição sempre que necessário:

Conforme planilha de composições em anexo ao projeto básico.

A contratada deve limpar o local, removendo detritos, sobras de materiais, a cada etapa correspondente a cada medição, e na integralidade para finalização dos serviços;

Procedimentos de transição e finalização do contrato

Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto

22 DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E/OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos, sem qualquer exceção, que incidirem sobre a execução do objeto, correrão por conta exclusiva da empresa vencedora.

22.1 FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);



O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

22.2 GESTOR DO CONTRATO

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

23 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

23.1 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar o objeto da forma ajustada;

Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;

Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

A **CONTRATADA**, não poderá ceder ou transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato.

Caberá ainda a Contratada:

- a. Cumprir integralmente todos os itens constantes do presente Contrato;



- b. Assumir total responsabilidade por seus empregados e/ou prepostos que venham a fornecer os objetos decorrentes do presente Contrato, sendo que o CONTRATANTE não terá nenhuma relação ou vínculo contratual de natureza trabalhista, cuja responsabilidade será tão somente da CONTRATADA, sendo esta titular e responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamento dos salários e demais ônus, recolhimento de todos os encargos sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes que seus empregados possam ser vítimas ou serem causa, quando em serviço, na forma como é expressa e considerada nos arts. 3º e 6º do Regulamento de Seguro de Acidente de Trabalho, aprovado pelo Decreto n.º 61.784/67;
- c. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, no fornecimento dos objetos ora contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- d. Dar cumprimento às obrigações de natureza trabalhista, fiscais, previdenciárias e outras que lhe são correlatas;
- e. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto as obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- f. Estar à disposição do CONTRATANTE sempre que solicitado;
- g. Cumprir todas as exigências contidas no Edital que originou o Contrato;
- h. Adotar todas as medidas de cautela tendentes a evitar danos materiais e pessoais aos objetos transportados e terceiros, ficando sempre responsável pelas conseqüências originárias e acidentes que se verificarem;
- i. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- j. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- k. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- l. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- m. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Contrato, o objeto com avarias ou defeitos;
- n. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- o. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- p. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

23.2 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Além das naturalmente decorrentes do contrato, constituem obrigações do MUNICÍPIO:

- a. Pagar o valor constante no contrato dentro do prazo avençado;
- b. Dar a Contratada as condições necessárias a garantir a execução de Contrato;
- c. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- d. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- e. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- f. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- g. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- h. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



24 DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo o objeto desta licitação ser fornecido/prestado em sua integralidade pelo vencedor do processo.

25 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Em caso de informações omissas, este Processo Licitatório e todos os seus atos ocorrerão em conformidade com o que rege a Lei 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 422/2023. Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.



PROCESSO Nº 005/2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento corresponde à primeira fase do planejamento, reunindo os estudos indispensáveis para a contratação de uma solução que atenda à necessidade descrita futuramente. Buscar, prioritariamente, compreender em profundidade a demanda e avaliar no mercado a alternativa mais eficiente para atendê-la, respeitando as normas regulamentares e os princípios que orientam a Administração Pública.

1. DADOS DO PROCESSO

Segue abaixo equipe responsável pelo levantamento das necessidades que visa atender a contratação que trata este Estudo Técnico Preliminar:

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria de Educação, Esporte e Lazer	Maria Sonia Celini
Gestor do Contrato	Maria Sonia Celini
Fiscal do Contrato e Fiscal da obra	Ademar Americo Camossato

Objetivo: O município atender à demanda crescente por vagas na educação infantil e garantir um espaço seguro e adequado para o desenvolvimento pleno das crianças, alinhado às políticas públicas de educação e assistência social.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A continuidade na construção da obra da Creche Padrão tipo 2 - Convencional, é de extrema importância para o município, pois é essencial para atender a demanda atual de vagas e garantir que mais crianças possam ser atendidas, promovendo o desenvolvimento social e educacional.

A construção de uma nova unidade de creche proporcionará acesso a uma educação de qualidade para um maior número de crianças, beneficiando diretamente as famílias da região e a comunidade como um todo. Além disso, a construção de um ambiente adequado para o desenvolvimento das crianças (com áreas específicas para atividades pedagógicas, recreativas e de descanso) é fundamental para a promoção do bem-estar infantil.

Diante desses aspectos, a contratação de uma empresa especializada para a continuação da execução da obra de construção da creche se justifica pela necessidade de garantir um ambiente seguro, adequado e qualificado para as crianças, além de cumprir com as exigências legais e garantir a eficiência no cumprimento dos prazos e orçamentos. Além disso, a continuidade da obra é importante para o cumprimento de compromissos do município com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e outros programas federais que visam ampliar a oferta de educação infantil. Onde, o descumprimento dos prazos pode acarretar sanções ou a perda de recursos destinados a essa obra.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- Os documentos necessários para a habilitação das empresas interessadas, deverão estar em conformidade com a Lei Federal nº14.133/2021.
- Para a apresentação dos atestados de capacidade técnica, deverá ser observada a descrição de serviços e as quantidades conforme quadro abaixo:

Descrição dos serviços	Quantidade mínima
Construção de Creche Padrão FNDE	1 unidade

Justificativa para Exigência de Capacidade Técnica – Construção de Creche Padrão FNDE

A exigência de comprovação de aptidão técnica específica para a execução de obras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), especialmente voltadas à construção de Creche Padrão Tipo 2, fundamenta-se na natureza e complexidade técnica do objeto licitado, bem como na necessidade de assegurar a adequada execução da obra.



Conforme o Memorial Descritivo do FNDE – Projeto Proinfância Tipo 2, trata-se de empreendimento com sistema construtivo padronizado e integrado, que envolve:

- estrutura de concreto armado, fundações e vigas baldrame com resistência mínima de fck 25 MPa;
- alvenaria estrutural e vedação cerâmica, com blocos padronizados e argamassas específicas;
- instalações hidrossanitárias, elétricas e de climatização compatíveis com o padrão do Ministério da Educação;
- exigência de acessibilidade universal, em conformidade com a NBR 9050/2020;
- padrões de acabamento e louças sanitárias específicas para uso infantil, definidos pelo FNDE;
- elementos construtivos opcionais de adaptação climática e soluções térmicas e acústicas padronizadas

Tais características tornam indispensável que a contratada demonstre experiência prévia comprovada em execução de obras de mesma natureza e complexidade, especialmente edificações públicas padronizadas pelo FNDE, destinadas à educação infantil, com estrutura de concreto armado e sistemas complementares (hidrossanitário, elétrico e de climatização).

A exigência de atestado de capacidade técnica referente à “Construção de Creche Padrão FNDE” visa:

4. Assegurar a qualificação da empresa executora, garantindo que esta possua equipe técnica habilitada e familiaridade com os padrões e normativas do FNDE;
5. Promover a eficiência e economicidade, evitando atrasos, aditivos e retrabalhos decorrentes da execução inadequada de sistemas padronizados;
6. Garantir a observância às normas técnicas e exigências legais, incluindo as diretrizes de acessibilidade, segurança e desempenho estrutural definidas nas normas da ABNT, bem como nas Diretrizes Técnicas do FNDE (Volumes I a VI). Cumpre destacar que o art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021 autoriza a Administração a exigir comprovação de aptidão técnica compatível com a complexidade e peculiaridade do objeto, mediante atestados de execução de obras semelhantes. A jurisprudência e o entendimento consolidado dos Tribunais de Contas, reforçam a legalidade da exigência quando houver motivação técnica que demonstre a necessidade de experiência específica.

Assim, considerando:

- a complexidade técnica e multidisciplinar da obra (estrutura, arquitetura, instalações, acabamentos, climatização e acessibilidade);
- o padrão normativo federal FNDE, que requer estrita observância às diretrizes arquitetônicas, construtivas e pedagógicas;

Conclui-se que a exigência de comprovação de experiência anterior em construção de Creche Padrão FNDE (ao menos uma unidade) é plenamente justificada e proporcional, atendendo ao princípio da eficiência (art. 37 da CF), bem como ao princípio do interesse público, ao assegurar a conclusão de uma edificação essencial à educação infantil em conformidade com os padrões técnicos exigidos pelo FNDE e pelo MEC.

Sustentabilidade

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia.

Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho.

Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação

A licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO DE CRITÉRIOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS**, que estabelece critérios e práticas sustentáveis.

Neste documento a empresa deve atestar o atendimento à política ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística sustentável, com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.



GARANTIA DA CONTRATAÇÃO E DA PROPOSTA

Será exigida a garantia da contratação, no importe de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

A garantia deverá ser prestada nas modalidades dispostas na legislação, em até 5 dias após a assinatura do contrato.

No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Será exigida a garantia da proposta, no importe de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, conforme Art.58 no § 1º.

Justificativa sobre a garantia da proposta

Tal medida visa resguardar a qualidade e a execução do projeto, prevenindo a participação de empresas sem a idoneidade ou capacidade técnica necessária para a conclusão da obra, conforme os padrões exigidos.

Diante disso, o pedido de garantia de proposta justifica-se como uma medida preventiva, alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e probidade administrativa, essenciais para a boa execução da obra e para o cumprimento dos objetivos da presente licitação.

DA VISTORIA

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é altamente recomendada, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistorias prévias, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta feira das 08:00 as 16:00hrs. Para a vistoria o representante legal da empresa ou o responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentado documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

O licitante poderá optar por não realizar a vistoria, caso em que terá de atestar o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, mediante declaração formal do seu responsável técnico.

A não realização de vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimento de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir o ônus dos serviços decorrentes.

SERVIÇOS:

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento e no futuro termo de referência.

A licitação terá por fundamento legal o regramento disposto na Lei n. 14.133/2021;

Para a presente contratação foi elaborada documentação técnicas e instrutivas com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar os serviços, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar e definir os métodos de execução e demais características.

Dos requisitos técnicos da contratação:

Esse Termo de Referência e documentos elaborados posteriormente trarão as informações necessárias, a saber:

- Definição do local da obra: Foi elaborado pela equipe de engenharia toda a documentação técnica necessária e obrigatória (projetos técnicos, geométricos, pavimentação, sinalização e outros), memoriais descritivos, licenças ambientais, planilhas orçamentárias, Arts, cronogramas e outros;
- Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados: Deverão estar de acordo com as determinações dos projetos, cronogramas, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem disponibilizadas pela equipe de engenharia do Município, junto ao edital da licitação;



- Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e demais recomendações: Destacados e numerados na documentação técnica;

Das exigências mínimas a serem atendidas para a futura contratação:

Da contratada:

- Ser empresa especializada em engenharia e deve deter notório conhecimento e experiência nos serviços, objeto da futura contratação;
- Estar devidamente registrada no conselho de engenharia ou arquitetura;
- Possuir capacidade técnica e operacional adequada para a finalidade proposta pelo Município;
- A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo total e exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, mantendo durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

DO REAJUSTE

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste somente após o interregno de um ano, aplicando-se INCC (Índice Nacional de Custos da Construção) ou outro índice que venha substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Demais requisitos encontram-se pormenorizados nos projetos, planilhas, memorial descritivo e outros.

"O reajuste não será concedido nos casos em que o prazo de execução da obra sofrer atraso devido à responsabilidade da contratada, conforme constatado por meio de notificações emitidas pela equipe de fiscalização."

4. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades relacionadas a essa obra, se dará com base nos estudos técnicos preliminares, no projeto básico e na planilha orçamentária desenvolvidos para a Construção da Creche Padrão tipo 2 - Convencional, onde a área total de construção é de 891,68 m² e os serviços preliminares incluem a instalação da placa da obra, o fechamento da obra por tapume em telha metálica, entrada de energia elétrica, instalação provisória de água e esgoto, locação de container's para sanitários e escritório.

Importante destacar que as quantidades representam estimativas preliminares, por se tratar de um projeto e planilha padrão, podendo sofrer ajustes, desde que devidamente justificados tecnicamente e aprovados pela fiscalização. Todos os serviços serão medidos e pagos conforme efetivamente executados e aprovados, seguindo os critérios estabelecidos no projeto executivo e nas normas técnicas aplicáveis, garantindo assim a transparência e o controle adequado dos recursos públicos investidos nesta obra essencial para o desenvolvimento do município.

5. MODALIDADE DA LICITAÇÃO

- | | | | |
|--|--|-------------------------------------|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Pregão | <input type="checkbox"/> Eletrônico | <input type="checkbox"/> Presencial | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Concorrência | <input checked="" type="checkbox"/> Eletrônica | <input type="checkbox"/> Presencial | |
| <input type="checkbox"/> Concurso | | | |
| <input type="checkbox"/> Leilão | | | |
| <input type="checkbox"/> Credenciamento | | | |
| <input type="checkbox"/> Registro de Preços | | | |
| <input type="checkbox"/> Dispensa de Licitação | <input type="checkbox"/> Eletrônica | <input type="checkbox"/> Física | <input type="checkbox"/> Emergencial |
| <input type="checkbox"/> Inexigibilidade | | | |
| <input type="checkbox"/> Outros: | _____ | | |

Justificativa para Inversão de Fases – Construção da Creche Padrão tipo 2 - Convencional



A presente justificativa técnica tem por finalidade fundamentar a alteração do Edital de Concorrência Eletrônica, consistente na inversão de fases do certame, de modo que a habilitação das licitantes anteceda a análise das propostas e a etapa competitiva de lances.

Considerando o contexto atual da execução do processo licitatório para a construção da creche supracitada, que se encontra paralisada há algum tempo, e tendo em vista o interesse público em dar continuidade à obra.

Considerações:

- **Considerando o Atendimento ao Interesse Público e Urgência na Retomada das Obras**, onde a obra da creche, que visa atender a uma demanda social importante para a comunidade, encontra-se paralisada há um período considerável, o que tem causado sérios prejuízos à população, especialmente àquelas famílias que dependem da oferta de vagas para a educação infantil. A inversão das fases permitirá a abertura imediata das propostas, o que, por sua vez, permitirá a rápida habilitação dos licitantes e a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sem comprometer o processo competitivo e garantindo a retomada da obra com maior agilidade.
- **Considerando a Celeridade e Eficiência no Processo Licitatório**, que conforme o artigo 21, §4º, da Lei nº 14.133/2021, é possível a inversão das fases quando ela contribuir para a celeridade do processo, sem prejudicar a análise da qualificação dos licitantes. A inversão das fases – com a abertura das propostas antes da habilitação – é uma medida que visa otimizar o tempo, possibilitando o início imediato da execução da obra, ao mesmo tempo em que preserva a verificação da regularidade dos documentos apresentados pelos licitantes, que será realizada após a análise das propostas.
- **Considerando a Redução de Custos e Despesas Indiretas**, onde a demora na retomada da construção pode resultar em aumento nos preços dos materiais e serviços necessários. A inversão das fases contribuirá para reduzir o tempo de espera e, conseqüentemente, minimizará as despesas adicionais decorrentes da manutenção da obra paralisada. Isso também contribui para a redução dos custos totais do projeto, em conformidade com os princípios de eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021 (art. 2º, inciso VI).
- **Considerando a Garantia da Regularidade e Conformidade Legal**, onde esta disposto no artigo 60 da Lei nº 14133/2021, que prevê a possibilidade de inversão das fases da licitação, desde que não haja prejuízo para a avaliação da documentação de habilitação dos licitantes. A análise da habilitação será feita após a abertura das propostas, garantindo que todos os documentos exigidos sejam verificados de forma minuciosa antes da adjudicação do objeto.
- **Considerando a Segurança Jurídica e Transparência no Processo**, que quando justificada pela eficiência e pela celeridade do processo, a inversão de fases não comprometerá a segurança jurídica da licitação, pois permitirá que os licitantes apresentem suas propostas com transparência, e a habilitação será realizada após a classificação das propostas, conforme o estabelecido na Lei nº 14.133/2021, garantindo que a escolha da proposta vencedora seja realizada com a devida fundamentação legal.

A decisão pela inversão das fases do processo licitatório visa atender ao princípio da eficiência e da economicidade, com o objetivo de garantir a celeridade e a continuidade da obra, atendendo ao interesse público, sem comprometer a legalidade ou a transparência do processo licitatório, respeitando os preceitos legais estabelecidos pela nova legislação.

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

A pesquisa de preços foi realizada com base nas tabelas de referências SINAPI setembro/2025 – sem desoneração, onde apresentam-se as estimativas de preços referenciais para a execução dos serviços.

7. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

No momento a administração do Município não possui Plano de Contratações Anual, o qual esta em elaboração.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O município de Pérola, diante da necessidade premente de retomada e conclusão da obra de Construção da Creche Padrão tipo 2 - Convencional, realizou um minucioso levantamento de mercado para avaliar as alternativas



disponíveis, considerando especialmente a oportunidade de captação de recursos através do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Após a paralisação da obra por um longo período de tempo por falta de recursos, o FNDE repactuou a planilha, aumentando de um certo modo o valor do repasse a ser realizado, porém com o valor da planilha da obra atualizada, ficou a cargo do Município um valor alto de contrapartida, o que permitiu uma análise comparativa detalhada entre duas alternativas principais: o complemento de valor com recursos próprios e a paralisação da obra.

A primeira alternativa, que previa a complementação de valores da obra com recursos municipais, mostrou-se economicamente inviável no início, devido ao impacto orçamentário proibitivo, porém o Município realizou um financiamento para arcar com a complementação de valores necessários dessa obra, o que ajudou na questão orçamentária.

Em contrapartida, a segunda alternativa, que consiste na paralisação da obra por tempo indeterminado, demonstrou diversos problemas, desde aumento de custos ao passar do tempo, desvalorização de materiais, perda de recursos públicos, atraso na entrega de serviços públicos, aumento da demanda não atendida, perda de confiança da população, penalidades e multas, prejuízo para a imagem da Administração Pública, degradação do local, dentre outros.

A análise comparativa dos indicadores técnicos e econômicos revela a superioridade evidente da primeira alternativa, que se apresenta como a única solução realista e sustentável para resolver o problema da Continuação das obras da Creche, sem prejuízos ou danos ao erário. A alternativa de complementação com recursos próprios, embora teoricamente inviável mostrou-se viável na prática.

Desta forma, recomenda-se enfaticamente a adoção da primeira alternativa, que atende plenamente ao atendimento a demanda educacional e social, benefícios para a comunidade e as famílias e também contribui para a melhoria da infraestrutura e a restauração da confiança pública na gestão municipal.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A construção da creche pública está paralisada há um período significativo devido a questões administrativas e financeiras, o que afetou diretamente a conclusão do projeto. A retomada da obra visa atender à alta demanda por vagas na educação infantil, e contribuir para a melhoria do atendimento à população, oferecendo uma estrutura adequada e segura para o desenvolvimento das crianças. Além disso, o término dessa obra é uma prioridade para o município, considerando a crescente necessidade de infraestrutura educacional. A continuidade das obras se configura como uma solução imprescindível para que o município não perca os investimentos já realizados, retome o desenvolvimento da infraestrutura pública e garanta o direito à educação infantil de mais crianças, proporcionando um ambiente educativo que favoreça o aprendizado e o bem-estar.

A continuidade da obra de construção da creche é uma solução estratégica para o desenvolvimento social e educacional do município, que não apenas resolve uma necessidade de infraestrutura básica, mas também garante que a população tenha acesso a serviços públicos essenciais de qualidade. O planejamento cuidadoso e a gestão eficiente dessa retomada são fundamentais para garantir o sucesso da obra, otimizar os recursos públicos e alcançar os objetivos estabelecidos de maneira eficaz.

Com a conclusão da creche, o município será capaz de oferecer um ambiente adequado de aprendizado para as crianças, promover igualdade de oportunidades desde a infância e melhorar a qualidade de vida de muitas famílias, contribuindo para o fortalecimento da educação pública e do desenvolvimento social sustentável.

10. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação integral da Construção da Creche Padrão tipo 2 - Convencional por empreitada global, sem parcelamento, justifica-se pela natureza técnica indivisível da obra, que exige execução sequencial e coordenada de todas as suas etapas - desde a fundação, superestrutura, até a cobertura e serviços de acabamento.

A fragmentação dos serviços em contratos distintos comprometeria significativamente a qualidade final da edificação, pois cada fase depende diretamente da perfeita execução da anterior, além de gerar interfaces complexas entre diferentes empresas que poderiam levar a disputas por responsabilidades e atrasos no cronograma.



A opção pela empreitada global oferece vantagens operacionais e econômicas comprovadas, concentrando em um único contratante a responsabilidade integral pela obra, o que permite melhor controle de prazos, custos e qualidade, além de simplificar o processo de fiscalização por parte da administração municipal.

Experiências anteriores do município com empreitadas globais em obras similares demonstraram resultados superiores, maior cumprimento de prazos e melhor qualidade técnica, uma vez que a empresa contratada assume compromisso com o produto final completo. Adicionalmente, o modelo garante maior eficiência na aplicação das garantias contratuais e penalidades por atraso, assegurando que todos os serviços sejam executados dentro do prazo total de 360 dias corridos estabelecido no projeto.

A decisão por não parcelar a contratação representa, portanto, a alternativa mais vantajosa para a administração pública, garantindo economicidade, eficiência e qualidade na execução desta obra essencial para o desenvolvimento social e educacional, com simplificação dos processos de gestão e fiscalização, e total adequação às características técnicas do projeto que exigem uma solução integrada desde a preparação do terreno até os acabamentos finais.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A Construção da Creche Padrão tipo 2 – Convencional, representa uma transformação estrutural para o município, com melhorias na infraestrutura e atendimento a demanda por vagas de educação infantil, redução da superlotação nas creches existentes, geração de empregos e aquecimento da economia local, benefícios para as famílias e comunidade, fortalecimento da imagem e credibilidade do Governo Municipal, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos, impactos a longo prazo na educação municipal.

A conclusão da obra proporcionará a criação de novas vagas de educação infantil, atendendo uma demanda reprimida e reduzindo as filas de espera nas creches públicas do município, a creche será equipada com estruturas modernas, como salas de aulas amplas, espaço de lazer e recreação adequados e infraestrutura de segurança e acessibilidade para atender as necessidades das crianças, redução da taxa de superlotação nas creches existentes e melhora na qualidade do atendimento devido a diminuição do número de alunos por sala, geração de empregos diretos e indiretos, tanto para a construção da creche quanto para os serviços auxiliares necessários, avaliação positiva da população e de órgãos públicos quanto a capacidade do Município em concluir projetos e entregar obras importantes para a comunidade, impacto duradouro na educação infantil.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Antes do início efetivo dos trabalhos, serão adotadas medidas preparatórias essenciais para garantir a plena execução da obra.

Paralelamente, todos os serviços preliminares detalhados na planilha de serviços - incluindo ao fechamento da obra por tapume, instalação do canteiro de obras e mobilização de equipamentos e materiais serão devidamente executados conforme o cronograma estabelecido. A equipe de fiscalização fará vistorias prévias para verificar as condições do terreno e identificar eventuais ajustes necessários antes do início das atividades principais. Estas medidas preparatórias são fundamentais para evitar intercorrências durante a fase executiva e garantir que a obra transcorra dentro dos prazos e padrões de qualidade previstos no projeto.

13. DA CONTRATAÇÃO CORRELATA E/OU INTERDEPENDENTES

Não há

14. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS NA VIZINHANÇA

Após análise preliminar das características do empreendimento e de sua implantação, verifica-se que a obra será executada em área isolada, sem presença de edificações ou atividades lindeiras. Considerando que o local não apresenta vizinhança imediata que possa ser potencialmente impactada, conclui-se que não há necessidade de elaboração de Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), conforme os parâmetros aplicáveis. Ressalta-se que a intervenção não acarretará interferências significativas em usos existentes, circulação, acessibilidade, conforto ambiental ou demais aspectos urbanísticos.



15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Após análise das características do empreendimento e de sua tipologia, verifica-se que a obra destinada à construção da Creche, enquadra-se como atividade de baixo potencial poluidor/degradador, não envolvendo supressão de vegetação nativa, intervenções em Áreas de Preservação Permanente (APP), cursos d'água ou outros recursos ambientais sensíveis. Ressalta-se que a obra será executada em área já antropizada/urbanizada, o que reduz ainda mais o potencial de impacto ambiental significativo.

Diante do exposto, encontra-se em trâmite junto ao INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT, o processo para a emissão da DELAN – Declaração de Dispensa de Licença Ambiental.

Assim, qualquer que seja o documento solicitado e emitido pelo IAT (Licença Ambiental ou Declaração de Dispensa de Licença Ambiental), sua obtenção e apresentação será de responsabilidade da contratante e deverá ser apresentado até o início da execução das obras, considerando que a emissão de licenças não está prevista na planilha orçamentária.

16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Declaramos a contratação viável e oportuna tendo em vista a celebração do Termo de Compromisso nº 202000011-1, junto ao FNDE.

17. MAPA DE RISCO

Risco	Probabilidade	Impacto para a Administração	Danos Potenciais	Medidas Preventivas
Chuvas intensas durante a execução	Alta	Moderado	Interrupções, erosão do solo e atrasos	<ul style="list-style-type: none">• Monitoramento meteorológico diário• Proteção de taludes com geomantas• Drenagem provisória em áreas críticas
Não conformidade da execução com o projeto	Média	Alto	Correção do serviço ou análise técnica	<ul style="list-style-type: none">• Análise prévia do serviço executado,• Correção do serviço conforme o previsto
Acidentes em local da obra	Média	Alto	Danos humanos, materiais e paralisação	<ul style="list-style-type: none">• Sinalização específica para tráfego de equipamentos• Treinamento conforme normas técnicas,• Inspeção diária dos equipamentos
Falta de material correto	Baixa	Crítico	Paralisação total da obra	<ul style="list-style-type: none">• Garantia de fornecedor com capacidade comprovada• Cláusulas contratuais com multas por descumprimento
Protestos/comunidade insatisfeita	Baixa	Moderado	Atrasos e danos à imagem pública	<ul style="list-style-type: none">• Comunicação transparente com moradores• Ouvidoria para registrar reclamações• Ajustes no cronograma para minimizar transtornos

18. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO

Certificamos, para devidos fins, que os servidores abaixo relacionados são os responsáveis pela elaboração e pelo conteúdo do presente documento.



ANEXO – II
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XX/2025
MODELO DE PROPOSTA AJUSTADA
(emitir em impresso timbrado da Proponente)
(Razão social, endereço, telefone e CNPJ)
PROPOSTA DE PREÇOS

Ao
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
CONCORRENCIA N.º...../.....

Objeto: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Licitante:
CNPJ/CPF:
Endereço:
Bairro:
CEP:
Telefone:
E-mail:
Inscrição Estadual:
Cidade:
Estado:
Banco: Agência: Conta-Corrente:

A empresa _____
Propões ao XXXXXX xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, a execução o objeto da licitação supra referenciada, tudo em conformidade com o Edital, o contrato e anexos da licitação em referência.

- 1) O preço proposto é R\$ _____ (_____)
- 2) O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura da licitação.
- 3) Prazo de Execução: xxxx(xxxxxnta) dias para o lote xxxx e/ou xxxx dias para o lote xxxx, prorrogável por igual prazo, se comum acordo entre as partes.
- 4) Prazo de Vigência: 365 (trezentos sessenta cinco) dias, prorrogável por igual prazo, se comum acordo entre as partes.
- 5) Condições de Pagamento: conforme cronograma físico-financeiro, através de medição mensal, elaborada pela contratada e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento realizado após e a apresentação da Nota Fiscal, nas condições estabelecidas no Termo de Referência que acompanha o processo.

Se vencedor da licitação, assinará o contrato administrativo, na qualidade de representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF n.º _____

_____, de ___ de _____ de 20__

Representante legal da empresa:
Nome:
CPF:
Assinatura:

Obs: Caso haja divergência entre valor numérico e o valor por extenso da proposta, prevalecerá o valor por extenso.



ANEXO – III

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XX/2025
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(papel timbrado da licitante)

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(Papel timbrado da licitante)

Ao Agente de Contratação e equipe de apoio
XXXXXXXXXX

Concorrência eletrônica Nº. xx/xxx

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ n.º, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar n.º 123/06, alterada pela Lei Complementar n.º 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.)

- 1) Declara que CUMPRE todos os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias da **CONCORRENCIA ELETRONICA** n.º XXXXX da Prefeitura Municipal de Altônia, -PR.
- 2) Declara que está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente a **CONCORRENCIA ELETRONICA** N.º XXXXX, nas quantidades e nos prazos previstos e que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.
- 3) Declara que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação na **CONCORRENCIA ELETRONICA** n.º XXXXX da prefeitura municipal, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.
- 4) Declara atende aos requisitos de habilitação, e o que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021).
- 5) Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 6) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 7) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8) Declara, para os fins que a empresa **não foi declarada inidônea por nenhum órgão público** de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- 9) Declara que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 10) Declara, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 11) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 12) Declara que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 2, de 16 de setembro de 2009
- 13) Declara, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por esta prefeitura, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob n.º e CPF n.º, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do contrato.**



14) Declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma

15) Declara, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

16) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo desta prefeitura, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

17) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

..... de 2025.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)



ANEXO IV
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XX/2025

FORMULÁRIO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

DECLARAÇÃO contendo informações para fins de assinatura do contrato.

Razão Social da proponente: _____

CNPJ n.º _____

Endereço _____ n.º _____

Bairro _____ CEP: _____

Cidade _____, Estado _____

Inscrição Estadual n.º _____

Inscrição Municipal/ISS (alvará) n.º _____

N.º do telefone _____ N.º de fax da empresa _____

Nome do representante legal autorizado para assinatura do contrato.

Função do representante legal, _____

Endereço do representante legal, _____ n.º _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____, Estado _____

RG n.º _____ Órgão emissor _____

CPF n.º _____

E-mail _____

_____, ____ de _____ 2025.

Assinatura e Identificação do Responsável da Empresa

OBS: Este documento deverá ser apresentado junto com a documentação de Habilitação

OBS: A não apresentação desse formulário não implica na inabilitação da licitante.



ANEXO V
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XX/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (I)

(emitir em impresso timbrado da proponente)

AO
XXXXXXXX

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

CONCORRENCIA N.º...../2025

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

O abaixo-assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa _____ vem, pela presente, indicar a V.Sas. o(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(s) que atuarão na execução do contrato, de acordo com a Lei Federal n.º 5.194/1966 e com as Resoluções n.º 218/73 e n.º 317/83 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, com a Lei Federal n.º 12.378/2010 e com o § 9.º do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, caso venhamos a vencer a referida licitação.

Lote N°	Nome	Especialidade	CREA/CAU/CFT	DATA REGISTRO	ASSINATURA

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(is) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais permanentes, com relacionamento junto á empresa, dentro das leis trabalhistas vigentes.

Relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos:

Declaramos fornecer aos nossos funcionários as ferramentas e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs. Declaramos, ainda, que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias; que comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 14.133/2021, bem como as condições do Edital de Licitação especificado no preâmbulo e o cumprimento do Contrato
Local e data.

(carimbo, nome, RG e assinatura do responsável legal)



ANEXO VI
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XX/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA

(emitir em impresso timbrado da Proponente)
(Razão social, endereço, telefone e CNPJ)

A

Prefeitura Municipal de Pérola
Concorrência Eletrônica n.º ____/2025

DECLARAMOS, nos termos do § 8º do art. 67 da Lei Federal n.º14.133/2021, e sob as penas da lei, que a pessoa jurídica _____ estabelecida à _____, por mim legalmente representada, possui os compromissos assumidos abaixo que importam diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

DEMONSTRAÇÕES:

1. CÁLCULO DO SALDO CONTRATUAL (SC):

ITEM	N.º do Contrato	Obra ou Serviços	Valor Compromisso (R\$)	Valor já faturado (R\$)	Contratante
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
...					
Somatório Σ=					

Σ VALOR DO COMPROMISSO= _____

Σ VALOR JÁ FATURADO = _____

SC =

Σ VALOR DO COMPROMISSO – Σ VALOR JÁ FATURADO= _____

Onde:

SC= Saldo Contratual

SC= Diferença entre a somatória dos compromissos e a somatória dos valores já faturados referente aos compromissos

2. CALCULO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA OPERACIONAL:

DECLARAMOS que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

DECLARAMOS ainda que, a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, comprometemo-nos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.



SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

TIPO DE INDICE	VALOR EM REAIS	ÍNDICE
Liquidez geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$		
Liquidez corrente (LC) $LC = AC / PC$		
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$		

AC – ativo circulante;

AP- ativo permanente;

PC – passivo circulante;

RLP – realizável a longo prazo;

ELP – exigível a longo prazo.

Obs: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

Local, _____ de _____ de 2025.

Representante Legal da Empresa

Nome:

CPF:

N.º Registro órgão de classe (se for o caso)

Assinatura:

Contador Responsável pela Empresa

Nome:

CRC n.º:

Assinatura:



ANEXO VII

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XX/2025

MODELO DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA E DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

(emitir em impresso timbrado da Proponente)

(Razão social, endereço, telefone e CNPJ)

Ao

XXXXXXXX

Concorrência Eletrônica n.º ____/2025.

Agente de Contratação

Eu, _____, RG _____, legalmente nomeado Representante Legal da Empresa _____, CNPJ _____, para o fim de qualificação técnica no procedimento licitatório em referência declaro, sob as penas da lei, que para a execução da(s) obra(s) e serviço(s) de engenharia objeto da referida licitação a empresa cumprirá as exigências legais ambientais, e em especial:

1- Somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e em conformidade com o Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo das implicações de ordem criminal previstas em Lei.

2- No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a obra será realizada de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, e com a legislação pertinente do município onde ela será construída.

_____, de ____ de _____ de 2025

Representante Legal da Empresa

Nome:

CPF:

N.º Registro órgão de classe (se for o caso)

Assinatura:

Ou

Responsável Técnico do licitante:

Nome:

CPF:

Assinatura:



ANEXO VIII
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XX/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA (ANEXO II)
(emitir em impresso timbrado da proponente)

Ào
XXXXXXXXX
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

CONCORRENCIA N.º...../2025

ATESTADO DE VISITA

local), de de 2025.

Atestamos, para os devidos fins, nos termos do EDITAL DE CONCORRENCIA Nº...../2025, que a Empresa visitou o local das obras e serviços, sito à(local e metragem da área), no dia/...../2025.

Nessa visita a empresa, por meio de seu representante, o (a) Sr. (a) tomou ciência das condições atuais do terreno, suas instalações, das obras e serviços a serem realizados.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Assinatura do representante da empresa licitante

Assinatura do representante da prefeitura
(nome e cargo)



MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA
(emitir em impresso timbrado da proponente)

Ao

XXXXXXXX

CONCORRENCIA ELETRONICA N.º _____/2025

OBJETO:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ N.º:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

E-mail:

Declara, para fins de participação nessa licitação, pleno conhecimento das condições locais e peculiares inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo de preços.

_____ de _____ de 2025.

Responsável Técnico do Licitante pela visita

Nome:

CREA e/ou CAU n.º

Assinatura



ANEXO X
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XX/2025

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Fornecimento, sem vínculo empregatício, de um lado o xxxxxxxxxxxx - XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº. XXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXX do XXXXXXXX, Estado do Paraná, CEP 87.555-000, neste ato representado pelo XXXXXXXX, SR. xxxxxxxxxxxx, nesta cidade de XXXXXXXX do XXXXXXXX – Pr, Estado do Paraná, CEP. 87.555-000, doravante denominado CONTRATANTE, e, -----, Pessoa jurídica de direito privado, situada à -----, -----, na cidade de -----, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º -----, e no ICMS sob o n.º -----, neste ato representada por seu sócio Administrador: -----, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º -----, inscrito no CPF/MF sob n.º -----, residente e domiciliado à -----, -----, na cidade de -----, denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo n.º e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do CONCORRENCIA N.º XX/XX mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa para continuação da execução de construção de uma Creche Padrão tipo 2 – Convencional, Projeto Padrão FNDE, visando atender as necessidades da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Município de Pérola, Estado do Paraná.

PARAGRAFO PRIMEIRO – Descrição:

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit	Valor Total

1.1 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1** O Termo de Referência;
- 1.1.2** O Edital da Licitação;
- 1.1.3** A Proposta do contratado;
- 1.1.4** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2.** Na contratação que prever a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
 - 2.2.1.** Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:
 - a)** o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas.
- 2.3.** O prazo de execução da contratação é de 360 dias, corridos, contados do envio da ordem de serviço.
- 2.4.** O prazo máximo para início dos serviços é de 15 (quinze) dias a contar da data de assinatura do contrato.
- 2.5.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1.** Não será admitida a subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1.** O valor total da contratação é de **R\$ 3.817.618,00 (três milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e dezoito reais)**.
- 5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes,



taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O recebimento provisório e definitivo do objeto contratado será supervisionado pelo fiscal do contrato que atestará, mediante termo detalhado, o atendimento das exigências contratuais e de caráter técnico.

6.2. Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias úteis após a entrega da Nota Fiscal mediante a verificação de regularidade ou apresentação dos seguintes documentos:

- 6.2.1. Certidão Negativa de Débito de FGTS;
- 6.2.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 6.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 6.2.4. Certidão Negativa de Débitos Municipais
- 6.2.5. Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Diante da hipótese de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial do contrato, os preços contratados poderão ser revistos, de acordo com as regras estabelecidas na legislação.

7.2. O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

a) Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

b) Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe.

7.3. Para solicitar o reequilíbrio **não poderão haver empenhos com pendência de entrega referentes aos itens objetos do pedido.**

7.4. Os pedidos de reequilíbrio **não suspendem a entrega de itens já empenhados.** Os pedidos de reequilíbrio analisados, serão considerados para os pedidos posteriores a decisão final da Autoridade Competente.

7.5. Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a **CONTRATADA** deverá apresentar no Setor de Compras e Licitações, no e-mail: compras@perola.pr.gov.br, toda documentação abaixo:

a) Planilha de Custos informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) **produto(s)** contratados e o preço a ser reequilibrado, conforme modelo simplificado abaixo:

PREÇO CONTRATADO		
Descrição do produto		
A Valor registrado no Contrato ou ARP		R\$ 0,00
B Custo Unitário (NF nº Data/...../.....)		R\$ 0,00
C Total de impostos/tributos%	R\$ 0,00
D Total de custos fixos%	R\$ 0,00
VALOR FINAL (VF) = A – (B + C + D)		
E Margem de lucro	%
MARGEM DE LUCRO (%) = [(RECEITA – CUSTO TOTAL) / RECEITA X 100]		
Onde:		
RECEITA = VALOR FINAL (VF)		
CUSTO TOTAL = Soma do valor pago no item, do imposto/tributo e do custo fixo (B + C + D)		
PREÇO ATUALIZADO		
Descrição do produto		
A Valor registrado no Contrato ou ARP		R\$ 0,00
B Custo Unitário (NF nº Data/...../.....)		R\$ 0,00
C Total de impostos/tributos%	R\$ 0,00
D Total de custos fixos%	R\$ 0,00
VALOR FINAL (VF) = A – (B + C + D)		



E Margem de lucro%

$$\text{MARGEM DE LUCRO (\%)} = [(RECEITA - \text{CUSTO TOTAL}) / \text{RECEITA} \times 100]$$

Onde:

RECEITA = VALOR FINAL (VF)

CUSTO TOTAL = Soma do valor pago no item, do imposto/tributo e do custo fixo (B + C + D)

b) Cópias das notas fiscais referentes ao mês de julgamento da licitação, informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) produto(s) contratado(s), bem como cópia das notas fiscais referentes ao período de realização do pedido.

c) O valor reequilibrado nunca deverá ser superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

d) Cópias das certidões vigentes: *i)* Certificado de regularidade do FGTS; *ii)* Certidão de débitos Trabalhista; *iii)* Certidão de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União; *iv)* Certidão relativos a débitos tributários e dívida ativa Estadual; *v)* Certidão de débitos relativos a débitos tributários e dívida ativa municipal; *vi)* Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR - no site <http://www1.tce.pr.gov.br/> (Consulta de Impedidos de Licitar); *vii)* Tribunal de Contas da União - TCU em consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne os resultados das certidões no TCU - Licitantes Inidôneos; CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

7.6. Na ausência de um dos documentos elencados acima, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro NÃO SERÁ RECEBIDO.

7.7. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo a Prefeitura Municipal de Altônia a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.8. A análise de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro compete ao gestor do contrato, nos termos do art. 9º, II, do Decreto n.º 38, de 28 de março de 2023.

7.9. A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

7.10. Se o CONTRATADO não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pela prefeitura municipal e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

7.11. Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a **CONTRATADA** deverá apresentar, a cada mês, Planilha de Custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedor(es).

7.12. A prefeitura municipal se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas Planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação contornável, através da troca de fornecedores por parte da Empresa, será considerado injustificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

7.13. A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagirá a ordens de fornecimento já emitidas.

7.14. O novo preço só terá validade após celebração de termo aditivo e não terá efeito retroativo.

7.15. Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

7.16. Os preços contratuais do objeto licitado poderão ser reajustados, em reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e com a Lei Federal n.º 10.192, de 2001.



7.17. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços pode ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.

7.18. Em nenhuma hipótese será concedido o reajuste de preços sobre itens já executados pelo Contratado.

7.19. Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação dos índices indicados, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano, contados da data do orçamento.

7.20. Ocorrendo atraso na execução dos serviços atribuíveis ao contratado, não será concedido o reajustamento de preços, salvo o correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes ao atraso.

7.21. Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

7.22. Se a contratada antecipar cronograma, o reajustamento somente será aplicado com índice correspondente ao período de execução efetiva, conforme planilha de medição.

7.23. O reajustamento dos preços será concedido, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento, mediante a aplicação do índice INCC DI/FGV sobre o saldo remanescente dos serviços, devendo ser aplicado a fórmula a seguir

$$SR = S (I12/I0)$$

$$R = SR - S$$

I12 = índice

INCC-DI/FGV do 12º mês do orçamento

I0 = índice INCC-DI/FGV do mês do orçamento

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês do orçamento

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Procuradoria Geral da Prefeitura Municipal licitante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. O órgão licitante terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de



descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
- e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.17. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.19. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.20. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte



ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Cumprir, durante toda a vigência do contrato, o disposto no Decreto Federal nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.
- 9.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.27. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.29. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela



fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.34. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.36. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.38. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.39. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.39.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.40.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.40.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação,

obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.40.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.40.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.40.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.40.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.40.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.40.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.42. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.43. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.44. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.45. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.46. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:



9.46.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.47. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

9.48. Elaborar caso necessário o PROJETO EXECUTIVO E/OU AS BUILT da obra, se solicitado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade CONCORRENCIA, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

10.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.5 deste contrato.

10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6, observada a legislação que rege a matéria.

10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica.

10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

000328



10.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao órgão licitador ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- (1) **Moratória** de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia, sobre o valor do contrato celebrado com contratação direta, em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias;
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, porcentagem a definir do valor do Contrato.

(4) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, porcentagem a definir do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de porcentagem a definir do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de porcentagem a definir do valor do Contrato.



(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de porcentagem a definir do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:



- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados:

DESPESA PRINCIPAL	DESDOB.	ÓRGÃO UNIDADE	FUNCIONAL	PROJETO ATIVIDADE	NATURA DA DESPESA	FONTES DE RECURSO	RESERVA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



- 16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 16.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 16.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 16.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 16.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 16.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 16.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 16.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 16.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 16.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 16.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUCESSÃO E DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pérola-PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

XXXXXXXX do XXXXXXXX - PR, ... de ... de 2025.

Xxx
XXXXX

Testemunhas:

- 1.
- 2.

* Se necessário a presente minuta será alterada para eventual adequação a legislação vigente.



ANEXO XI

PASTA TÉCNICA

A PASTA TECNICA ESTÁ DISPONIVEL NO SEGUINTE ENDEREÇO ELETRONICO:

<https://bll.org.br/>

e

<https://www.perola.pr.gov.br/>



COMUNICADO INTERNO

Do: Departamento de Compras e Licitação.

À senhora

VALDETE CARLOS OLIVEIRA GONÇALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Assunto: Solicitação de autorização para publicação de licitação

Senhora Prefeita,

Encaminhamos, para apreciação e autorização de Vossa Senhoria, os autos do Processo Licitatório, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, objetivando o Contratação de empresa para continuação da execução de construção de uma Creche Padrão tipo 2 – Convencional, Projeto Padrão FNDE, visando atender as necessidades da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Município de Pérola, Estado do Paraná.

Informamos ainda que a referida aquisição fora estimada em um valor total de R\$ 3.817.618,00 (três milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e dezoito reais).

Após análise técnica e jurídica, o processo encontra-se devidamente instruído e apto à publicação do Edital, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

Assim, solicitamos a autorização para publicação do respectivo Edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, Diário Oficial e demais meios previstos.

Atenciosamente,

Pérola/PR, 19 de novembro de 2025.

Yasmim F. R. MARTINS
YASMIM FERNANDA RÍSSATO MARTINS

Diretora do Departamento de Compras e Licitação

COMUNICADO INTERNO

Do: Gabinete da Prefeita

À

YASMIM FERNANDA RISSATO MARTINS

Diretora do Departamento de Compras e Licitação

Assunto: Autorização de Publicação

Autorizo a publicação do Edital referente ao Processo Licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, objetivando a Contratação de empresa para continuação da execução de construção de uma Creche Padrão tipo 2 – Convencional, Projeto Padrão FNDE, visando atender as necessidades da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Município de Pérola, Estado do Paraná.

Determino, ainda, que sejam adotadas todas as providências administrativas necessárias para ampla divulgação e regular prosseguimento do certame, de acordo com o disposto na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 422/2023 e demais legislação aplicáveis, observadas as formalidades legais.

Pérola/PR, 19 de novembro de 2025.



VALDETE CARLOS DE OLIVEIRA GONÇALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal



EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2025

DATA DA REALIZAÇÃO: 11/12/2025

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: às 09:00 horas (horário de Brasília-DF)

LOCAL: Prefeitura do Município de PÉROLA– Paraná, BLL - Bolsa de Licitações e Leilões <https://bll.org.br/> "Acesso Identificado."

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE PÉROLA, inscrito no CNPJ sob n.º 81.478.133/0001-70, sediado na Avenida Dona Pérola Byington, Nº 1.731, centro, na cidade de PÉROLA - Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeita Municipal, VALDETE CARLOS OLIVEIRA GONÇALVES DA CUNHA, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, sob regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, do tipo MENOR PREÇO, adotando o procedimento de inversão de fases, conforme disposto no §1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, de forma que a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento, nos termos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos.

O presente processo tem por objeto o **Contratação de empresa para continuação da execução de construção de uma Creche Padrão tipo 2 – Convencional, Projeto Padrão FNDE, visando atender as necessidades da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Município de Pérola, Estado do Paraná**, conforme especificações descritas no Termo de Referência, parte integrante do presente edital.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Às 09:00 do dia 11/12/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA

Local da Sessão Pública: <https://bll.org.br/>

Prazo de Execução: 360 dias

O certame será processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, observando-se o disposto da Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislação aplicável, adotando-se a inversão de fases, de modo que a habilitação dos licitantes antecederá a fase de apresentação das propostas e lances, conforme ato motivado constante nos autos do processo.

É Agente de Contratação, deste Município, TIAGO DA SILVA CANGUÇU, designado (a) pela Portaria nº 007/2025 de 08 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município, Jornal Umuarama Ilustrado.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo observará as seguintes fases: preparatória; divulgação do edital; habilitação; apresentação de propostas e lances; julgamento; recursal; homologação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://bll.org.br/>.

1.2. A abertura da sessão pública da CONCORRENCIA ELETRÔNICA ocorrerá Às 09:00 do dia 11/12/2025, no site <https://bll.org.br/>, nos termos das condições descritas neste Edital.

1.3. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Até às 09:00 horas do dia 11/12/2025.

1.4. As propostas de preços serão cadastradas posteriormente, apenas pelas licitantes habilitadas, conforme convocação do Agente de Contratação.

1.5. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do MUNICÍPIO DE PÉROLA – neste ato denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica da **Bolsa de Licitações e Leilões** (<https://bll.org.br/>).

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste o **Contratação de empresa para continuação da execução de construção de uma Creche Padrão tipo 2 – Convencional, Projeto Padrão FNDE, visando atender as necessidades da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Município de Pérola, Estado do Paraná.**



2.2. A licitação será dividida por **LOTE**, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos LOTES forem de seu interesse.

2.3. Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito na BLL – Bolsa de Licitações e Leilões e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas**.

2.4. As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações do Município de Pérola-PR, pelo telefone n.º (44) 3636-8300, ou pelo e-mail: compras@perola.pr.gov.br.

2.5. O valor máximo estimado para a contratação do presente objeto é de **R\$ 3.817.618,00 (Três milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e dezoito reais)**.

3. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1. O certame será conduzido pelo agente de contratação, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

3.1.1. Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

3.1.2. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

3.1.3. Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

3.1.4. Conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

3.1.5. Analisar a aceitabilidade das propostas;

3.1.6. Desclassificar propostas indicando os motivos;

3.1.7. Coordenar a sessão pública e o envio de lances;

3.1.8. Verificar e julgar as condições de habilitação;

3.1.9. Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

3.1.10. Indicar o vencedor do certame;

3.1.11. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

3.1.12. Elaborar a ata da sessão;

3.1.13. Encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

4.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.

4.2. Será utilizado o modo de disputa **"ABERTO e FECHADO"** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

5.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio*: deverão ser dirigidas ao agente de contratação em dias úteis, das 08h00 às 16h00, exclusivamente através da Plataforma BLL – Bolsa de Licitações e Leilões no link <https://bll.org.br/>.

5.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

5.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta Licitação qualquer empresa individual ou sociedade, regularmente estabelecida no país, cujo contrato social abarque o objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas



contidas neste Edital e seus Anexos – para as estrangeiras que não funcionem no país, documentos equivalentes devem atestar atenção as mesmas exigências.

6.2. Para tanto, as empresas deverão se credenciar, de forma direta ou através de empresas associados à plataforma Bolsa de Licitações e Leilões (<https://bll.org.br/>), até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento dos documentos de habilitação, limitando-se nesta etapa à apresentação da documentação exigida, sendo as propostas cadastradas posteriormente pelas licitantes habilitadas.

6.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais junto ao sistema relacionado no item anterior e mantê-lo atualizado junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.6. NÃO poderão disputar esta licitação:

6.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.6.4. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

6.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

6.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.7. O impedimento de que trata o item 6.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.6.2 e 6.6.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



6.10. O disposto nos itens 6.6.2 e 6.6.3, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

6.12. A vedação de que trata o item 6.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferível), obtidas junto à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões.

7.2. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, devidamente justificada.

7.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

7.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante, junto ao Sistema Eletrônico, implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**.

7.5. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

7.5.1. Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, conforme modelo fornecido pela BLL – Bolsa de Licitações e Leilões

7.5.2. Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela BLL – Bolsa de Licitações e Leilões.

7.5.3. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões.

7.5.4. A inserção de cadastro perante o sistema BLL pode demandar 24h para liberação.

8. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E, POSTERIORMENTE, DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. Na presente licitação, em observância ao §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, adotando-se a inversão de fases com vistas a aumentar a celeridade e reduzir custos operacionais do certame.

8.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, acompanhados das Declarações constantes nos anexos e da garantia da proposta no importe de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, conforme art. 58, no § 1º. As propostas de preços devem ser anexadas concomitantemente a documentação de habilitação.

8.3. A Licitante deverá **CADASTRAR EM CAMPO PRÓPRIO DA PLATAFORMA BLL**, sua proposta ajustada devidamente preenchida, contendo a marca dos produtos cotados e preços (se for o caso), somente após a conclusão da fase de habilitação.

8.4. Os valores registrados na plataforma da BLL deverão considerar o valor **GLOBAL**, uma vez que as rodadas de lance serão realizadas nestes termos.

8.5. A proposta deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seu(s) anexo(s). A não inserção da marca dos produtos neste campo implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação



suficiente para classificação da proposta. Caso a proponente seja a fabricante do produto deverá constar no campo "marca" o termo "própria", para evitar a identificação da empresa.

8.6. Ao cadastrar sua proposta na Plataforma BLL a licitante deverá informar a MARCA E MODELO (quando houver) DO PRODUTO COTADO.

8.7. Os itens que forem da marca do licitante deverão preencher o campo MARCA com a expressão MARCA PRÓPRIA, PRÓPRIA ou expressão equivalente, para não possibilitar identificação.

8.8. Até o encerramento da fase de habilitação, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos.

8.9. Após a divulgação da lista de licitantes habilitados, somente estes poderão participar da fase competitiva.

8.10. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes classificados como habilitados, após encerrada a fase de habilitação.

8.12. O envio da proposta ajustada ocorrerá por meio da plataforma BLL, após a fase de habilitação e somente pelas licitantes declaradas habilitadas, mediante uso de chave de acesso e senha.

8.13. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n.º 123, de 2006.

8.14. Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.15. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula.

8.16. A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**.

8.17. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o MUNICÍPIO DE PÉROLA.

8.18. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.19. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.20. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.21. O licitante, quando do cadastramento da proposta inicial de preço, deverá verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade do desempate previsto no art. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.22. NA PROPOSTA AJUSTADA ESCRITA, deverá conter:

8.22.1. Proposta endereçada ao Município, em papel timbrado da empresa, conforme modelo do ANEXO II, relacionando ainda os seguintes itens:

- a) Preço global em valor numérico e por extenso, cotado em reais;
- b) Prazo de validade da Proposta de 60 dias (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da licitação;
- c) Assinatura do representante legal, identificando-o com o nome e o CPF;



- 8.22.2. Cronograma físico-financeiro (anexo IV).
- 8.22.3. Cartilha Global (anexo III – arquivo digital), Planilha de cálculo do BDI (anexo VI – arquivo) e ES (anexo V).
- 8.22.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Licitante.
- 8.22.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, de depreciações, de mão de obra, encargos previdenciários, sociais, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução da obra.
- 8.22.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.22.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 8.22.8. O licitante deverá entregar o Cronograma Físico-Financeiro, observado o valor proposto, contemplando o prazo de execução previsto no Edital e deverá considerar o preço global da proposta, com etapas definindo o avanço físico mensal e correspondente valor financeiro.
- a) O Cronograma Físico-Financeiro deverá prever parcelas a cada 30 (trinta) dias.
- b) O Cronograma Físico-Financeiro deverá apresentar na última parcela valor não inferior a 10% (dez por cento) do valor global proposto;
- c) O Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela empresa vencedora do certame deverá ser aprovado pelo Órgão Licitante antes da assinatura do contrato;
- d) O Cronograma Físico-Financeiro deverá ser assinado pelo Responsável Técnico do licitante, com menção do seu título profissional e número da Carteira Profissional;
- e) A não apresentação de Cronograma Físico-Financeiro ou com prazo diverso ao exigido no Edital são motivos de desclassificação da proposta do licitante, porém, inconformidades meramente formais do cronograma deverão ser saneadas no momento da assinatura do contrato.
- 8.22.9. O Envio da proposta ajustada dentro do prazo estipulado de 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação do Agente de Contratação, é obrigatório, sob pena de **DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE**.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 9.2. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:
- a) No caso de empresário individual: inscrição no **Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.3. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:
- 9.3.1. **Certidão negativa de pedido de FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL ou extrajudicial, EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA**, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste, se outro prazo não constar do documento.
- 9.3.2. **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 9.3.2.1. **No caso de Sociedade Civil** (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar da empresa, devidamente registrado pelo órgão competente, com o Termo de Abertura e de Encerramento e assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis ou outro profissional, legalmente habilitado



perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional.

9.3.2.2. Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

9.3.2.3. As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente aos **02 (dois) últimos exercícios sociais** exigíveis, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento.

9.3.2.4. O MEI (Micro Empreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.

9.3.2.5. As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

9.3.2.6. Os documentos referidos item 9.3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.3.3. As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPEED, submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:

9.3.3.1. Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPEED contábil);

9.3.3.2. Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPEED contábil);

9.3.3.3. Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPEED contábil);

9.3.4. Comprovação do capital social ou valor do patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

9.4. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** consistirá em:

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, Cartão CPNJ (atualizado);

9.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

9.4.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

9.4.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

9.4.6. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei n.º 12.440, de 07 de julho de 2011.

9.5. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

9.5.1. Prova de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou outro Conselho Profissional ao qual os profissionais registrados nos mesmos possuam atribuições e capacidade técnica para executar os serviços exigidos na qualificação técnica do edital, da pessoa jurídica e da pessoa física, através da CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA e CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA, em plena validade.

9.5.2. Atestado de visita conforme disponível no edital, expedida pelo licitador. É recomendado à proponente, quando da visita do local da(s) obras(s), que obtenham, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. Todos os custos associados com a visita ao local da(s) obra(s) serão custeados integralmente pela própria proponente.

9.5.3. O atestado de visita deverá ser agendado e realizado até um dia anterior a abertura do certame, no horário de expediente das Prefeituras Municipais, no Departamento de Engenharia.

9.5.4. O atestado de visita, poderá ser substituído por declaração firmada pelo responsável da empresa e por engenheiro devidamente qualificado, de que conhece o local e as condições da obra, responsabilizando-se pela mesma, independentemente de sua condição.



9.5.5. Comprovação de Capacidade Técnica operacional da EMPRESA: Apresentação de seu respectivo atestado, comprovando no mínimo a execução de objeto semelhante ao presente edital, emitido pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CREA/CAU”, conforme quadro abaixo.

9.5.6. Comprovação de Capacidade Técnica Profissional - Experiência Profissional (pessoa física) do(s) responsável(eis) técnicos(s) com a apresentação de seu respectivo atestado, comprovando no mínimo a execução de objeto semelhante ao presente edital, emitido pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CREA/CAU”, conforme quadro abaixo:

Descrição dos serviços	Quantidade mínima
Construção de Creche Padrão FNDE	1 unidade

9.5.7. Os atestados e/ou declarações deverão ser comprovados através de “Certidão de Acervo Técnico Profissional - CAT” do responsável(eis) técnico(os), emitido(s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA”, e ou pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

9.5.8. É permitido a somatória de atestados de capacidade técnica, desde que devidamente acervados no respectivo conselho de classe, nos termos do Acórdão 1231/2012 – Plenário – TCU – Tribunal de Contas da União

9.5.9. Declaração de responsabilidade técnica indicando o responsável técnico pela execução da(s) obra(s) até o seu recebimento definitivo pelo Contratante. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do Contratante.

9.5.10. Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

9.5.11. Comprovação de que ditos profissionais fazem parte do quadro de pessoal da empresa, deverão obrigatoriamente ser feitas por meio de cópia autenticado da CTPS, para o empregado, ou contrato de prestação de serviços com firma reconhecida, no caso de prestador de serviços. No caso de sócio, diretor ou proprietário, estatuto social ou contrato social da empresa, com última alteração.

9.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

9.6.1. DECLARAÇÕES UNIFICADAS (ANEXO III).

9.6.2. FORMULÁRIO PARA ASSINATURA DE CONTRATO CONFORME MODELO CONSTANTE NO ANEXO III.

9.7. MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

9.7.1. Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiária da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa ou por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de emissão.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021).

9.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 9.16, o Agente de Contratação, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “DOCUMENTOS COMPLEMENTARES” do sistema.

9.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN n.º 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).



- 9.13. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.14. Considerando que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, as propostas serão solicitadas apenas após o encerramento da habilitação e publicação da relação de licitantes habilitadas na plataforma.
- 9.15. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação para, (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
 - c) A aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
 - d) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
 - e) A apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante;
 - f) A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 9.12.
- 9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto n.º 8.538/2015).
- 9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 9.22. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo:
- a) Sendo a licitante matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome;
 - b) Sendo a licitante filial, todos os documentos deverão estar em seu nome, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
 - c) Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz, como é o caso da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais.
- 9.23. A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que lançará a Nota Fiscal/Fatura.
- 9.24. Como se trata de **CONCORRENCIA ELETRÔNICA**, em que os documentos somente são apresentados em via eletrônica através de chave de acesso exclusivo, junto à plataforma, o Agente de Contratação ou sua equipe de apoio poderá fazer diligência para a verificação e constatação da autenticidade de documentos.
- 9.25. **As declarações deverão ser apresentadas assinadas pelo responsável da empresa ou por pessoa autorizada através de procuração. Serão aceitos documentos assinados digitalmente.**



9.26. As empresas serão responsáveis pela veracidade dos documentos anexados na habilitação. Os documentos originais que forem digitalizados para a apresentação no momento da habilitação serão aceitos pelo Agente de Contratação independentemente de reconhecimento de firma.

9.27. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado habilitado, e, após encerrada a fase recursal, estará apto a participar da etapa de apresentação de propostas e lances.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. No dia A SER DEFINIDO PELO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, MEDIANTE AVISO PREVIO NO CHAT DA PLATAFORMA, a sessão pública destinada à abertura das propostas e disputa de preços ocorrerá exclusivamente com as licitantes habilitadas na fase anterior.

10.2. A etapa de abertura de propostas e lances somente ocorrerá após a conclusão da fase de habilitação, com a convocação das licitantes habilitadas por meio de mensagem na plataforma BLL.

10.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.4. Será desclassificada a proposta eletrônica que identifique o licitante.

10.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

10.8. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

10.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.11. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.11.1. O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR GLOBAL DO LOTE.

10.12. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.13. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

10.14. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.15. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**.

10.16. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.17. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao



pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10.18. Será adotado para o envio de lances no CONCORRENCIA ELETRÔNICA o modo de disputa "ABERTO E FECHADO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

10.19. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10.20. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, durante os quais os licitantes serão informados, em tempo real, do valor da melhor oferta registrada, vedada a identificação do licitante.

10.20.1. Encerrado o prazo previsto no item 10.20 deste edital, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

10.20.2. Encerrado o prazo de que trata o item 10.20.1 deste edital, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da melhor oferta e os autores das ofertas com valores até dez por cento àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.20.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 10.20.2 deste edital, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

10.20.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 10.20.1 e 10.20.2 deste edital, o sistema ordenará os lances em ordem de vantajosidade. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos 10.20.1 e 10.20.2 deste edital, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 10.20.4 deste edital.

10.20.5. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o agente de contratação poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 10.20.5 deste edital.

10.21. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.22. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

10.22.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

10.22.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

10.23. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

10.23.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

10.23.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 9.23 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

10.24. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.25. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.26. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.27. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



- 10.28.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.29.** No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da CONCORRENCIA ELETRONICA, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.30.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.31.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 10.32.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 10.33.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 10.34.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 10.35.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 10.36.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.37.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 10.38.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 10.38.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 10.38.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 10.38.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 10.38.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 10.39.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 10.39.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 10.39.2.** Empresas brasileiras;
- 10.39.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 10.39.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 10.40.** Persistindo o empate será realizado sorteio entre as licitantes, que deverá ser gravado e juntado ao processo.
- 10.41.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



10.42. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.43. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.44. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.45. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.45.1. Caso a proposta não seja enviada dentro do prazo solicitado, e não haja pedido de prorrogação de prazo, poderá o Agente de Contratação, efetuar a **DECLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA** pelo não envio da documentação solicitada.

10.46. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.47. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e no item 6.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros :

11.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) (PDF); e

11.1.2. Consulta ao cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública – TCE/PR. (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>).

11.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN n.º 3/2018, art. 29, §1º).

11.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN n.º 3/2018, art. 29, §2º).

11.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o julgamento das propostas das licitantes previamente habilitadas.

11.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.2, 2.3 e 2.4 deste edital.

11.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

11.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.6.1. Contiver vícios insanáveis;

11.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



11.7.1.A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove;

11.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.9. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

11.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

11.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

11.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

11.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

11.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

12.1. As documentações constante no **item 08, CASO SOLICITADA**, deverão ser encaminhadas em original ou cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também original, no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da solicitação do agente de contratação no sistema eletrônico, no seguinte endereço: **Prefeitura Municipal PÉROLA, Avenida Dona Pérola Byington, nº 1731, CENTRO, CEP: 87540-000, PÉROLA-PR**. Aos cuidados do Departamento de Compras, Licitações e Contratos e do agente de contratação responsável: TIAGO DA SILVA CANGUÇU. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**.

12.2. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o agente de contratação o declarará vencedor.



12.3. Ocorrendo a inabilitação, o agente de contratação convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarada a vencedora, o Agente de Contratação abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

13.1.1. A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a preclusão da oportunidade de interposição de recurso.

13.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.4.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.4.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) Deixar de apresentar amostra;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;



14.1.6. Fraudar a licitação;

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- d) Advertência;
- e) Multa;
- f) Impedimento de licitar e contratar; e
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- h) Na aplicação das sanções serão considerados:
 - i) A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - j) As peculiaridades do caso concreto.
 - k) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - l) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- m) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- n) A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- o) Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- p) Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- q) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- r) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- s) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da prefeitura municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- t) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- u) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- v) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



- w) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- x) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- y) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- z) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC n.º 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo Agente de Contratação à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

16.2. A adjudicação e a homologação ocorrerão após a fase de julgamento das propostas das licitantes previamente habilitadas, conforme o rito de inversão de fases adotado neste edital.

16.2.1. Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

16.2.2. Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando seu objeto possuir mais de um lote.

16.3. A Adjudicação e a homologação do resultado da licitação são de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da finalização da sessão pública.

16.3.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

16.4. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta, bem como a retirada na Divisão de Licitações e Contratos.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O recebimento provisório e definitivo do objeto contratado será supervisionado pelo fiscal da obra que atestará, mediante termo detalhado, o atendimento das exigências contratuais e de caráter técnico.

17.2. Os pagamentos serão efetuados de acordo com as liberações de recurso do FNDE, em até 20 dias úteis após a entrega da Nota Fiscal, mediante a verificação de regularidade ou apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débito de FGTS;



- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- e) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual.

17.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

17.4. O MUNICÍPIO DE PÉROLA, fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em Lei.

17.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

17.6. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

17.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17.8. O pagamento dos valores devidos pelo MUNICÍPIO DE PÉROLA fica condicionado ao pagamento e comprovação dos encargos devidos pela CONTRATADA junto aos seguintes órgãos:

17.8.1. CREA, através da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica e/ou CAU, através do RRT - Relatório de Responsabilidade Técnica;

17.8.2. Comprovação de abertura da matrícula CEI/CNO junto a Receita Federal, com os dados conforme contrato;

17.8.3. Recolhimento da Garantia de Execução e adicional, se houver.

17.9. Na ocasião do pagamento de cada uma das parcelas, a CONTRATADA devesse apresentar juntamente com a nota fiscal ao CONTRATANTE, de acordo com os boletins de medição/empenhos a seguinte documentação:

17.9.1. Nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, discriminação dos impostos e encargos que serão retidos pelo Município e incidentes sobre o objeto contratado, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pelo Responsável Técnico;

17.9.2. Cópia da guia de recolhimento da Previdência Social - GPS do(s) mês(es) de execução por obra(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas da obra contratada, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo da obra contratada;

17.9.2.1. No caso de serviços prestados mediante mão de obra exclusiva dos sócios, sem a utilização de empregados, a licitante deverá apresentar os dados da empresa e as informações relativas aos sócios e as suas respectivas remunerações (prólabore), por tomador; e



- 17.9.3.** Certidões de regularidade junto ao INSS e ao FGTS da Licitante, emitidas no respectivo mês do pagamento.
- 17.10.** A CONTRATADA deverá ainda, manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação especificadas no edital (Fazenda Pública Federal com a Previdência Social e Justiça do Trabalho).
- 17.11.** A liberação da última parcela fica condicionada a apresentação de:
- 17.11.1.** Documento comprobatório de regularidade trabalhista e previdenciária das obras (Certidão negativa do INSS, referente a execução da obra);
- 17.11.2.** Certificado de vistoria e conclusão da obra;
- 17.11.3.** Termo de Recebimento Provisório da obra;
- 17.11.4.** Comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica.
- 17.12.** As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- 17.13.** A última medição e respectivo pagamento deverão corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor total do contrato. Para tanto, a penúltima medição deverá ser realizada de maneira a reservar o percentual mínimo para a última medição.
- 17.14.** A emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra somente ocorrerá mediante a entrega pela CONTRATADA de:
- 17.14.1.** "as built" do serviço (quando houver alterações na execução da obra em decorrência de mudanças ou interferência arquitetônica e estrutural das instalações ou outros);
- 17.14.2.** laudo de vistoria da obra aprovado pelo corpo de bombeiros, quando for o caso;
- 17.14.3.** comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás quando for o caso, conforme previstos em projetos, quando for o caso;
- 17.14.4.** carta "habite-se" emitida pelo Município, quando for o caso; e
- 17.14.5.** certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis, quando for o caso.
- 17.15.** Em caso de não cumprimento pela CONTRATADA de qualquer disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízo de quaisquer outras disposições contratuais.
- 17.16.** As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou Agências são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 17.17.** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICIPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

18. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

- 18.1.** O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 18.2.** Na contratação que prever a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- 18.2.1.** Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:
- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas.
- 18.3.** O prazo de execução da contratação é de 360 dias, corridos, contados do envio da ordem de serviço.
- 18.4.** O prazo máximo para início dos serviços é de 15 (quinze) dias a contar da data de assinatura do contrato.
- 18.5.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE DE PREÇOS

19.1. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

- 19.1.1.** Diante da hipótese de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial do contrato, os preços contratados poderão ser revistos, de acordo com as regras estabelecidas na legislação.
- 19.1.2.** O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:



a) Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

b) Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe.

19.1.3. Para solicitar o reequilíbrio **não poderão haver empenhos com pendência de entrega referentes aos itens objetos do pedido.**

19.1.4. Os pedidos de reequilíbrio **não suspendem a entrega de itens já empenhados.** Os pedidos de reequilíbrio analisados, serão considerados para os pedidos posteriores a decisão final da Autoridade Competente.

19.1.5. Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a **CONTRATADA** deverá apresentar no Setor de Compras e Licitações, no e-mail: compras@perola.pr.gov.br, toda documentação abaixo:

a) Planilha de Custos informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) **produto(s)** contratados e o preço a ser reequilibrado, conforme modelo simplificado abaixo:

PREÇO CONTRATADO		
Descrição do produto		
A	Valor registrado no Contrato ou ARP	R\$ 0,00
B	Custo Unitário (NF nº Data/...../.....)	R\$ 0,00
C	Total de impostos/tributos%	R\$ 0,00
D	Total de custos fixos%	R\$ 0,00
VALOR FINAL (VF) = A – (B + C + D)		
E	Margem de lucro%
MARGEM DE LUCRO (%) = [(RECEITA – CUSTO TOTAL) / RECEITA X 100]		
Onde:		
RECEITA = VALOR FINAL (VF)		
CUSTO TOTAL = Soma do valor pago no item, do imposto/tributo e do custo fixo (B + C + D)		
PREÇO ATUALIZADO		
Descrição do produto		
A	Valor registrado no Contrato ou ARP	R\$ 0,00
B	Custo Unitário (NF nº Data/...../.....)	R\$ 0,00
C	Total de impostos/tributos%	R\$ 0,00
D	Total de custos fixos%	R\$ 0,00
VALOR FINAL (VF) = A – (B + C + D)		
E	Margem de lucro%
MARGEM DE LUCRO (%) = [(RECEITA – CUSTO TOTAL) / RECEITA X 100]		
Onde:		
RECEITA = VALOR FINAL (VF)		
CUSTO TOTAL = Soma do valor pago no item, do imposto/tributo e do custo fixo (B + C + D)		

b) Cópias das notas fiscais referentes ao mês de julgamento da licitação, informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) produto(s) contratado(s), bem como cópia das notas fiscais referentes ao período de realização do pedido.

c) O valor reequilibrado nunca deverá ser superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

d) Cópias das certidões vigentes: **i)** Certificado de regularidade do FGTS; **ii)** Certidão de débitos Trabalhista; **iii)** Certidão de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **iv)** Certidão relativos a débitos tributários e dívida ativa Estadual; **v)** Certidão de débitos relativos a débitos tributários e dívida ativa municipal; **vi)** Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR - no site <http://www1.tce.pr.gov.br/> (Consulta de Impedidos de Licitar); **vii)**



Tribunal de Contas da União - TCU em consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne os resultados das certidões no TCU - Licitantes Inidôneos; CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

19.1.6. Na ausência de um dos documentos elencados acima, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro NÃO SERÁ RECEBIDO.

19.1.7. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo a Prefeitura Municipal de Altônia a análise e deliberação a respeito do pedido.

19.1.8. A análise de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro compete ao gestor do contrato, nos termos do art. 9º, II, do Decreto n.º 38, de 28 de março de 2023.

19.1.9. A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.1.10. Se o CONTRATADO não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será **INDEFERIDO** pela prefeitura municipal e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.1.11. Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a **CONTRATADA** deverá apresentar, a cada mês, Planilha de Custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedor(es).

19.1.12. A prefeitura municipal se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas Planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação contornável, através da troca de fornecedores por parte da Empresa, será considerado injustificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

19.1.13. A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagirá a ordens de fornecimento já emitidas.

19.1.14. O novo preço só terá validade após celebração de termo aditivo e não terá efeito retroativo.

19.1.15. Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

19.2. Os preços contratuais do objeto licitado poderão ser reajustados, em reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e com a Lei Federal n.º 10.192, de 2001.

19.3. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços pode ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.

19.4. Em nenhuma hipótese será concedido o reajuste de preços sobre itens já executados pelo Contratado.

19.5. Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação dos índices indicados, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano, contados da data do orçamento.

19.6. Ocorrendo atraso na execução dos serviços atribuíveis ao contratado, não será concedido o reajustamento de preços, salvo o correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes ao atraso.

19.7. Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

19.8. Se a contratada antecipar cronograma, o reajustamento somente será aplicado com índice correspondente ao período de execução efetiva, conforme planilha de medição.

19.9. O reajustamento dos preços será concedido, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento, mediante a aplicação do índice INCC DI/FGV sobre o saldo remanescente dos serviços, devendo ser aplicado a fórmula a seguir:



SR = S (I12/I0)

R = SR – S

I12 = índice

INCC-DI/FGV do 12º mês do orçamento

I0 = índice INCC-DI/FGV do mês do orçamento

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês do orçamento

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

19.10. DAS ALTERAÇÕES

19.10.1. A proponente obriga-se a aceitar, quando solicitado pelo Município de Pérola, nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) nos itens licitados e as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, do valor inicial atualizado da contratação, na forma do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

19.11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.11.1. Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, correrão por conta da seguinte dotação:

DESPES PRINCIPAL	DESDOBRAMENTO	ORGÃO UNIDADE	FUNCIONAL	PROJETO ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSO
5383	5387	07.01	12.365.0007	3.046	4.4.90.51.01.03	142
5382	5388	07.01	12.365.0007	3.046	4.4.90.51.01.03	3142
5137	5389	07.01	12.365.0007	3.046	4.4.90.51.01.03	618

20. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

20.1. As obrigações decorrentes deste **CONCORRENCIA ELETRONICA** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE CONTRATO**, cuja minuta consta como **Anexo IV** deste Edital.

20.2. Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado, dentro do prazo de 05 (cinco) dias após o ato convocatório, para assinatura do Contrato.

20.3. O Contrato Administrativo **SERÁ** encaminhado através de correio eletrônico (e-mail), para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento**, em 02 (duas) vias, providenciando a entrega das vias originais no Departamento de Licitações da prefeitura municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento**.

20.3.1. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por até igual período, quando solicitado pelo proponente vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela prefeitura municipal.

20.4. A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada na prefeitura municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

20.5. Para a assinatura do contrato, esta deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, **na hipótese de nomeação de procurador**, e cédula de identidade do representante.

20.6. Admite-se a assinatura em formato eletrônico, com fundamento no art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, e do art. 6º do Decreto 10.278/2020, sendo as assinaturas consideradas válidas, vinculantes e executáveis, desde que firmadas pelos representantes legais das partes, conforme estabelecido no preâmbulo. Consigna-se, ainda, no presente instrumento, que a assinatura com Certificado Digital/eletrônica tem a mesma validade jurídica de um registro e autenticação feita em Cartório, seja mediante utilização de certificados e-CPF, e-CNPJ e/ou NF-e. Assim, as partes renunciam ao direito de recusar ou contestar a validade das assinaturas eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável.

21. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO



- 21.1.** Fica assegurado a Prefeitura Municipal o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 21.2.** A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 21.3.** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 21.4.** A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 21.5.** A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 21.6.** Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- 21.7.** A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 21.8.** A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é a Prefeita Municipal de **PÉROLA**.

22. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

22.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

23. DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

- 23.1.** Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 no percentual e condições descritas no Termo de Referência.
- 23.2.** A garantia, nas modalidades de caução em dinheiro, títulos da dívida pública e fiança bancária, deverão ser prestadas pelo adjudicatário em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 23.3.** A garantia na modalidade de seguro-garantia deverá ser prestada pelo adjudicatário no prazo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, sob pena de decadência do direito à contratação.
- 23.4.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

24. DA MOTIVAÇÃO DA INVERSÃO DE FASES

- 24.1.** A presente licitação adota o procedimento de inversão de fases, nos termos do §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, conforme ato motivado constante dos autos, considerando que a prévia habilitação dos licitantes proporciona maior eficiência administrativa, reduz o tempo de tramitação, evita análise de propostas de empresas inabilitadas e assegura a transparência e segurança jurídica do certame.
- 24.2.** Em conformidade com o disposto no §1º do artigo 17 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração Pública do Município de Altônia/PR adota, de forma motivada, a inversão de fases no presente procedimento licitatório, de modo que a habilitação dos licitantes antecederá as fases de apresentação das propostas e lances e de julgamento. Essa decisão fundamenta-se na necessidade de conferir maior eficiência, transparência e segurança jurídica ao processo de contratação pública, otimizando os trabalhos do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como promovendo a racionalização dos atos administrativos.
- 24.3.** A Lei nº 14.133/2021 permite expressamente que a fase de habilitação seja antecipada mediante ato motivado que explicita os benefícios decorrentes, possibilitando à Administração escolher a sequência que melhor se ajuste às particularidades do objeto e às condições do certame. Nesse contexto, a inversão de fases é adotada para tornar o



procedimento mais célere e eficaz, especialmente em licitações cujo objeto demanda análise técnica e documental detalhada, garantindo que apenas empresas efetivamente habilitadas e aptas participem da disputa de preços. Tal medida evita o retrabalho de análise de propostas apresentadas por empresas inabilitadas, reduz o número de diligências posteriores e assegura o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais do Município.

24.4. Sob o prisma da eficiência administrativa, princípio norteador da gestão pública e expressamente previsto no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, a adoção da inversão de fases representa uma medida de aprimoramento da atuação estatal. Ao realizar primeiramente a análise da documentação de habilitação, a Administração garante maior agilidade no desenvolvimento das etapas subsequentes, uma vez que somente as empresas que comprovarem regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica serão convocadas para apresentar propostas e participar da fase competitiva. Assim, o certame avança de maneira mais racional e objetiva, assegurando a celeridade processual sem comprometer a lisura e a ampla competitividade.

24.5. Além disso, a inversão de fases contribui para reduzir o número de recursos e impugnações posteriores, pois eventuais questionamentos relativos à habilitação são solucionados antes do início da disputa de preços. Essa dinâmica processual proporciona maior segurança jurídica ao procedimento e evita atrasos na homologação e adjudicação, reforçando a previsibilidade dos prazos e a confiabilidade do processo licitatório. Com isso, a Administração obtém ganhos significativos de tempo e evita a paralisação de obras ou serviços decorrentes de recursos interpostos em fases mais avançadas.

24.6. Do ponto de vista da transparência e controle, a habilitação inicial permite que todos os documentos das licitantes sejam disponibilizados desde o início do certame, viabilizando o acompanhamento integral dos atos administrativos pelos órgãos de controle e pela sociedade. Essa publicidade inicial reforça os princípios da moralidade e da legalidade, fortalecendo a confiança no processo licitatório e assegurando que a disputa ocorra apenas entre empresas previamente verificadas quanto à sua idoneidade e capacidade técnica.

24.7. A medida também se revela adequada à natureza do objeto licitado, especialmente em contratações que envolvem execução técnica complexa, fornecimento especializado ou valores de maior vulto, situações em que a verificação prévia da habilitação confere maior segurança à Administração. Ao permitir que somente empresas com condições técnicas e financeiras participem da disputa, a Administração garante que a futura execução contratual ocorra de forma regular, minimizando riscos de inexecução, atrasos e penalidades decorrentes de contratações inadequadas.

24.8. A adoção da inversão de fases está em consonância com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, que regulamenta o uso do pregão e da concorrência na forma eletrônica e reconhece a possibilidade de inversão como instrumento de modernização e aprimoramento da eficiência administrativa. Além disso, o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) têm reiteradamente reconhecido a validade e a conveniência da inversão de fases, desde que devidamente motivada e formalmente registrada nos autos, como forma de garantir resultados mais vantajosos à Administração Pública.

24.9. Dessa forma, a decisão do Município de Adotia de adotar a inversão de fases neste certame é juridicamente amparada e administrativamente justificada, representando uma prática moderna e eficiente de gestão pública. A medida permite conduzir a licitação de maneira mais ordenada, transparente e ágil, reduzindo custos operacionais, eliminando etapas redundantes e assegurando que o processo avance apenas com empresas habilitadas e aptas a contratar.

24.10. Conclui-se, portanto, que a inversão de fases, nos termos do §1º do artigo 17 da Lei nº 14.133/2021, traz benefícios diretos e concretos à Administração Municipal, promovendo maior eficiência, economicidade, transparência e segurança jurídica, sem prejuízo do caráter competitivo do certame. Assim, restam plenamente demonstrados os fundamentos e as vantagens que justificam a adoção desse procedimento, o qual será devidamente registrado e mantido nos autos como ato motivado que integra a fase preparatória da licitação.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial da Prefeitura Municipal através do endereço eletrônico <https://www.perola.pr.gov.br/> e no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Pérola-PR.

25.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre



os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

- 25.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 25.4.** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação.
- 25.5.** Será facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.
- 25.6.** O Agente de Contratação poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.
- 25.7.** **As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.**
- 25.8.** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
- 25.9.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 25.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal da prefeitura municipal, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 25.11.** A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.
- 25.12.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 25.13.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.perola.pr.gov.br/> no campo, **Agenda de Licitação**, e na sede Município de Pérola-PR, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 25.14.** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 25.15.** É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.
- 25.16.** A proponente deverá indicar ao Agente de Contratação todos os meios de contato (telefone/ endereço eletrônico - e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.
- 25.17.** O Agente de Contratação não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Pérola, quanto do emissor.
- 25.18.** Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 25.19.** **CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SERÁ SUSPensa E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELO AGENTE DE CONTRATAÇÃO VIA CHAT.**
- 25.20.** Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema

BNC - Bolsa Nacional de Compras que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.

25.21. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

25.22. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

25.23. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

25.24. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

25.25. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.26. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.27. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.28. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.29. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.perola.pr.gov.br/> (Agenda de licitação).

25.30. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Pérola-PR.

25.31. Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação.

25.32. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO; APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;
ANEXO II	MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL;
ANEXO III	MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;
ANEXO IV	FORMULÁRIO PARA ASSINATURA DE CONTRATO
ANEXO V	MODELO DECLARAÇÃO RESPONSABILIDADE TÉCNICA
ANEXO VI	MODELO DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA
ANEXO VII	MODELO DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA E DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL
ANEXO VIII	MODELO DECLARAÇÃO DE VISITA
ANEXO IX	MODELO DECLARAÇÃO FORMAL DISPENSA DE VISITA
ANEXO X	TERMO DE MINUTA DE CONTRATO
ANEXO XI	PASTA TÉCNICA

Pérola/PR., 19 de novembro de 2025.

Nome: Valdete Carlos Oliveira
Gonçalves da Cunha
CPF: ***.098.729-**

Assinado com certificado digital avançado

VALDETE CUNHA
Prefeita Municipal





PROCESSO
Nº 005 /2025

Ofício Circular nº 104/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

Em atenção ao disposto na Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações), vimos por meio desta requerer a abertura De Processo Licitatório, modalidade CONCORRENCIA ELETRÔNICA, nos termos a seguir elencados

1. ORGÃO SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

2. MODALIDADE DA LICITAÇÃO

A modalidade de licitação encontra-se pormenorizada no tópico 5, existente no Estudo Técnico Preliminar nº 005/2025, anexo deste Termo de Referência.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa para continuação da execução de construção de uma Creche Padrão tipo 2 – Convencional, Projeto Padrão FNDE, visando garantir um ambiente seguro, adequado e qualificado para as crianças e promover o desenvolvimento social e educacional.

4. ESPECIFICAÇÕES DO ITEM

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	V. Unit.	V. Total
1	Execução de construção de uma Creche Padrão tipo 2 – Convencional, Projeto Padrão FNDE	Obra	01	R\$3.817.618,00	R\$ 3.817.618,00
				V.TOTAL	R\$ 3.817.618,00

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

5. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A continuidade na construção da obra da Creche Padrão tipo 2 - Convencional, é de extrema importância para o município, pois é essencial para atender a demanda atual de vagas e garantir que mais crianças possam ser atendidas, promovendo o desenvolvimento social e educacional.

A construção de uma nova unidade de creche proporcionará acesso a uma educação de qualidade para um maior número de crianças, beneficiando diretamente as famílias da região e a comunidade como um todo. Além disso, a construção de um ambiente adequado para o desenvolvimento das crianças (com áreas específicas para atividades pedagógicas, recreativas e de descanso) é fundamental para a promoção do bem-estar infantil.

Diante desses aspectos, a contratação de uma empresa especializada para a continuação da execução da obra de construção da creche se justifica pela necessidade de garantir um ambiente seguro, adequado e qualificado para as crianças, além de cumprir com as exigências legais e garantir a eficiência no cumprimento dos prazos e orçamentos. Além disso, a continuidade da obra é importante para o cumprimento de compromissos do município com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e outros programas federais que visam ampliar a oferta de educação infantil. Onde, o descumprimento dos prazos pode acarretar sanções ou a perda de recursos destinados a essa obra.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



A solução proposta para a continuidade na construção da obra da Creche Padrão tipo 2 - Convencional no Município de Pérola, consiste na execução integral das obras civis, conforme projetos, planilha orçamentária e cronogramas aprovados.

A obra deverá ser retomada de maneira ágil e segura, observando todas as exigências legais, técnicas e ambientais, com foco em **atender à crescente demanda por vagas e serviços educacionais**. A **solução contratual** proposta, busca não apenas a conclusão da obra, mas também a implementação de uma estrutura que seja capaz de **atender de forma eficiente e eficaz as altas demandas** da população local. O município enfrenta um aumento substancial na demanda por vagas em creches, e a retomada da obra é essencial para garantir que mais crianças sejam atendidas em tempo hábil, oferecendo um espaço seguro e adequado para seu desenvolvimento. Além disso, a obra deverá seguir os requisitos de acessibilidade e sustentabilidade, atendendo aos padrões de qualidade e infraestrutura necessários para a operação plena da unidade educacional.

7. DA ESTIMATIVA DO VALOR

O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.817.618,00 (Três milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e dezoito reais).

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESPESA PRINCIPAL	DESDOB.	ÓRGÃO UNIDADE	FUNCIONAL	PROJETO ATIVIDADE	NATURA DA DESPESA	FONTE DE RECURSO	RESERVA	VALOR
5383	5387	07.01	123650007	3.046	4.4.90.51.01.03	142	2009	R\$ 1.878.244,21
5382	5388	07.01	123650007	3.046	4.4.90.51.01.03	3142	2010	R\$ 241.489,92
5137	5389	07.01	123650007	3.046	4.4.90.51.01.03	618	2011	R\$ 1.697.883,87
TOTAL								R\$ 3.817.618,00

9. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato deverá ser de 24 meses, podendo ser prorrogado, na forma do art. 105 da lei 14.133/21.

O prazo de execução é de 360 dias, corridos, contados da ordem de serviço.

10. DA OBRA/SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA

A Construção da Creche Padrão tipo 2 – Convencional, configura-se como obra comum de engenharia nos termos do art. 6º, XII da Lei nº 14.133/2021, porque ela se encaixa na definição de obras que são destinadas ao **uso público geral**, ou seja, são construções que visam atender a uma **necessidade coletiva** e têm como finalidade a **utilização pela população**, onde trata-se de uma **estrutura pública** voltada para o atendimento educacional da população infantil, um serviço essencial, de interesse social, que visa à **educação básica** e ao **atendimento à demanda da primeira infância**.

A obra não apresenta singularidades técnicas que a caracterizem como complexa, enquadrando-se nos padrões de projetos similares já executados no âmbito municipal.

O mercado fornecedor apresenta ampla capacidade para execução, com diversas empresas habilitadas a realizar serviços desta natureza, fato que comprova seu caráter comum. As especificações técnicas foram elaboradas com clareza e objetividade, permitindo perfeito entendimento dos requisitos e critérios de medição, conforme exige a legislação para obras desta categoria.

Ressalta-se que a intervenção, embora implique modificação do espaço físico natural, não demanda estudos ambientais complexos, enquadrando-se nos parâmetros de baixo impacto ambiental estabelecidos pelos órgãos competentes.

A licitação será conduzida na modalidade CONCORRÊNCIA, forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento por MENOR PREÇO GLOBAL, regime de empreitada por preço unitário, observados os valores de referência do mercado regional. Os serviços serão executados conforme projetos técnicos, memorial descritivo e ordens de serviço



específicas, com total adequação aos dispositivos da Lei nº 14.133/2021 que regulamentam obras comuns de engenharia.

11. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O recebimento provisório e definitivo do objeto contratado será supervisionado pelo fiscal da obra que atestará, mediante termo detalhado, o atendimento das exigências contratuais e de caráter técnico.

Os pagamentos serão efetuados de acordo com as liberações de recurso do FNDE, em até 20 dias úteis após a entrega da Nota Fiscal, mediante a verificação de regularidade ou apresentação dos seguintes documentos:

- a) negativa de débito de FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- f) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual.

12. DA EXISTÊNCIA DE LICITAÇÃO ANTERIOR

Informamos que no ano de 2022, fora realizada licitação com objeto semelhante, conforme processo nº01/2022 referente a Continuidade das obras de Execução da Escola de Ensino Fundamental com 12 (doze) salas, e obras de implantação, no Município de Pérola-PR.

13. DA FORMA E CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DO FORNECIDOR

13.1. Da Forma de Seleção

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL

Justificativa para Inversão de Fases – Construção da Creche Padrão tipo 2 - Convencional

A presente justificativa técnica tem por finalidade fundamentar a alteração do Edital de Concorrência Eletrônica, consistente na inversão de fases do certame, de modo que a habilitação das licitantes anteceda a análise das propostas e a etapa competitiva de lances.

Considerando o contexto atual da execução do processo licitatório para a construção da creche supracitada, que se encontra paralisada há algum tempo, e tendo em vista o interesse público em dar continuidade à obra.

Considerações:

- **Considerando o Atendimento ao Interesse Público e Urgência na Retomada das Obras, onde a obra da creche, que visa atender a uma demanda social importante para a comunidade, encontra-se paralisada há um período considerável, o que tem causado sérios prejuízos à população, especialmente àquelas famílias que dependem da oferta de vagas para a educação infantil. A inversão das fases permitirá a abertura imediata das propostas, o que, por sua vez, permitirá a rápida habilitação dos licitantes e a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sem comprometer o processo competitivo e garantindo a retomada da obra com maior agilidade.**
- **Considerando a Celeridade e Eficiência no Processo Licitatório, que conforme o artigo 21, §4º, da Lei nº 14.133/2021, é possível a inversão das fases quando ela contribuir para a celeridade do processo, sem prejudicar a análise da qualificação dos licitantes. A inversão das fases – com a abertura das propostas antes da habilitação – é uma medida que visa otimizar o tempo, possibilitando o início imediato da execução da obra, ao mesmo tempo em que preserva a verificação da regularidade dos documentos apresentados pelos licitantes, que será realizada após a análise das propostas.**
- **Considerando a Redução de Custos e Despesas Indiretas, onde a demora na retomada da construção pode resultar em aumento nos preços dos materiais e serviços necessários. A inversão das fases contribuirá para reduzir o tempo de espera e, conseqüentemente, minimizará as despesas adicionais decorrentes da manutenção da obra paralisada. Isso também contribui para a redução dos custos totais do projeto, em conformidade com os princípios de eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021 (art. 2º, inciso VI).**



• Considerando a Garantia da Regularidade e Conformidade Legal, onde esta disposto no artigo 60 da Lei nº14133/2021, que prevê a possibilidade de inversão das fases da licitação, desde que não haja prejuízo para a avaliação da documentação de habilitação dos licitantes. A análise da habilitação será feita após a abertura das propostas, garantindo que todos os documentos exigidos sejam verificados de forma minuciosa antes da adjudicação do objeto.

• Considerando a Segurança Jurídica e Transparência no Processo, que quando justificada pela eficiência e pela celeridade do processo, a inversão de fases não comprometerá a segurança jurídica da licitação, pois permitirá que os licitantes apresentem suas propostas com transparência, e a habilitação será realizada após a classificação das propostas, conforme o estabelecido na Lei nº 14.133/2021, garantindo que a escolha da proposta vencedora seja realizada com a devida fundamentação legal.

A decisão pela inversão das fases do processo licitatório visa atender ao princípio da eficiência e da economicidade, com o objetivo de garantir a celeridade e a continuidade da obra, atendendo ao interesse público, sem comprometer a legalidade ou a transparência do processo licitatório, respeitando os preceitos legais estabelecidos pela nova legislação.

13.2. Dos Critérios de Seleção

13.2.1.1. Habilitação Jurídica

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

c) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

d) Documentos Pessoais dos Sócios: RG e CPF ou CNH.

13.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas –CNPJ – Cartão CNPJ (atualizado);

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

13.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de pedido de FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL ou extrajudicial, EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste, se outro prazo não constar do documento.

Balço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar da empresa, devidamente registrado pelo órgão competente, com o Termo de Abertura e de Encerramento e assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também



por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional.

Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente aos **02 (dois) últimos exercícios sociais** exigíveis, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento.

O MEI (Micro Empreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.

As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

A exigência de documentos limita-se ao último ano fiscal, em caso de sociedades constituídas há menos de 2 (dois) anos.

As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPEED, submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:

Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPEED contábil);

Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPEED contábil);

Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPEED contábil);

Comprovação do capital social ou valor do patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação

13.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Prova de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou outro Conselho Profissional ao qual os profissionais registrados nos mesmos possuam atribuições e capacidade técnica para executar os serviços exigidos na qualificação técnica do edital, da pessoa jurídica e da pessoa física, através da CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA e CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA, em plena validade.

Atestado de visita conforme disponível no edital, expedida pelo licitador. É recomendado à proponente, quando da visita do local da(s) obras(s), que obtenham, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. Todos os custos associados com a visita ao local da(s) obra(s) serão custeados integralmente pela própria proponente.

O atestado de visita deverá ser agendado e realizado até um dia anterior a abertura do certame, no horário de expediente das Prefeituras Municipais, no Departamento de Engenharia.

O atestado de visita, poderá ser substituído por declaração firmada pelo responsável da empresa e por engenheiro devidamente qualificado, de que conhece o local e as condições da obra, responsabilizando-se pela mesma, independentemente de sua condição.

Comprovação de Capacidade Técnica operacional da EMPRESA: Apresentação de seu respectivo atestado, comprovando no mínimo a execução de objeto semelhante ao presente edital, emitido pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CREA/CAU”, conforme quadro abaixo.

Comprovação de Capacidade Técnica Profissional - Experiência Profissional (pessoa física) do(s) responsável(eis) técnicos(s) com a apresentação de seu respectivo atestado, comprovando no mínimo a execução de objeto semelhante ao presente edital, emitido pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CREA/CAU”, conforme quadro abaixo:

Descrição dos serviços	Quantidade mínima
Construção de Creche Padrão FNDE	1 unidade



Os atestados e/ou declarações deverão ser comprovados através de “Certidão de Acervo Técnico Profissional - CAT” do responsável(eis) técnico(os), emitido(s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA”, e ou pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

É permitido a somatória de atestados de capacidade técnica, desde que devidamente acervados no respectivo conselho de classe, nos termos do Acórdão 1231/2012 – Plenário – TCU – Tribunal de Contas da União

Declaração de responsabilidade técnica indicando o responsável técnico pela execução da(s) obra(s) até o seu recebimento definitivo pelo Contratante. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do Contratante.

Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

Comprovação de que ditos profissionais fazem parte do quadro de pessoal da empresa, deverão obrigatoriamente ser feitas por meio de cópia autenticado da CTPS, para o empregado, ou contrato de prestação de serviços com firma reconhecida, no caso de prestador de serviços. No caso de sócio, diretor ou proprietário, estatuto social ou contrato social da empresa, com última alteração.

Justificativa para Exigência de Capacidade Técnica – Construção de Creche Padrão FNDE

A exigência de comprovação de aptidão técnica específica para a execução de obras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), especialmente voltadas à construção de Creche Padrão Tipo 2, fundamenta-se na natureza e complexidade técnica do objeto licitado, bem como na necessidade de assegurar a adequada execução da obra.

Conforme o Memorial Descritivo do FNDE – Projeto Proinfância Tipo 2, trata-se de empreendimento com sistema construtivo padronizado e integrado, que envolve:

- estrutura de concreto armado, fundações e vigas baldrame com resistência mínima de fck 25 MPa;
- alvenaria estrutural e vedação cerâmica, com blocos padronizados e argamassas específicas;
- instalações hidrossanitárias, elétricas e de climatização compatíveis com o padrão do Ministério da Educação;
- exigência de acessibilidade universal, em conformidade com a NBR 9050/2020;
- padrões de acabamento e louças sanitárias específicas para uso infantil, definidos pelo FNDE;
- elementos construtivos opcionais de adaptação climática e soluções térmicas e acústicas padronizadas

Tais características tornam indispensável que a contratada demonstre experiência prévia comprovada em execução de obras de mesma natureza e complexidade, especialmente edificações públicas padronizadas pelo FNDE, destinadas à educação infantil, com estrutura de concreto armado e sistemas complementares (hidrossanitário, elétrico e de climatização).

A exigência de atestado de capacidade técnica referente à “Construção de Creche Padrão FNDE” visa:

1. Assegurar a qualificação da empresa executora, garantindo que esta possua equipe técnica habilitada e familiaridade com os padrões e normativas do FNDE;
2. Promover a eficiência e economicidade, evitando atrasos, aditivos e retrabalhos decorrentes da execução inadequada de sistemas padronizados;
3. Garantir a observância às normas técnicas e exigências legais, incluindo as diretrizes de acessibilidade, segurança e desempenho estrutural definidas nas normas da ABNT, bem como nas Diretrizes Técnicas do FNDE (Volumes I a VI).
Cumpre destacar que o art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021 autoriza a Administração a exigir comprovação de aptidão técnica compatível com a complexidade e peculiaridade do objeto, mediante atestados de execução de obras semelhantes. A jurisprudência e o entendimento consolidado dos Tribunais de Contas, reforçam a legalidade da exigência quando houver motivação técnica que demonstre a necessidade de experiência específica.

Assim, considerando:

- a complexidade técnica e multidisciplinar da obra (estrutura, arquitetura, instalações, acabamentos, climatização e acessibilidade);
- o padrão normativo federal FNDE, que requer estrita observância às diretrizes arquitetônicas, construtivas e pedagógicas;



Conclui-se que a exigência de comprovação de experiência anterior em construção de Creche Padrão FNDE (ao menos uma unidade) é plenamente justificada e proporcional, atendendo ao princípio da eficiência (art. 37 da CF), bem como ao princípio do interesse público, ao assegurar a conclusão de uma edificação essencial à educação infantil em conformidade com os padrões técnicos exigidos pelo FNDE e pelo MEC.

14 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO E DA PROPOSTA

Será exigida a garantia da contratação, no importe de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

A garantia deverá ser prestada nas modalidades dispostas na legislação, em até 5 dias após a assinatura do contrato. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação. Será exigida a garantia da proposta, no importe de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, conforme Art.58 no § 1º.

Justificativa sobre a garantia da proposta

Tal medida visa resguardar a qualidade e a execução do projeto, prevenindo a participação de empresas sem a idoneidade ou capacidade técnica necessária para a conclusão da obra, conforme os padrões exigidos.

Diante disso, o pedido de garantia de proposta justifica-se como uma medida preventiva, alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e probidade administrativa, essenciais para a boa execução da obra e para o cumprimento dos objetivos da presente licitação.

15 MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar **declaração firmada pelo representante legal da empresa ou por contador ou certidão simplificada**, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de emissão.

16 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 Da Gestão do Contrato

A Gestão do Contrato será atribuída a Servidora Maria Sonia Celini RG: 4.198.033-8/SSP-PR, CPF: 655.768.709-30, Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

15.2 Da Fiscalização do Contrato

A Fiscalização do Contrato será atribuída ao Servidor Ademar Americo Camossato, RG: 3.525.058-1/SSP-PR, CPF: 578.305.769-04, Engenheiro Civil, Contrato nº118/2022.

16 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- Os documentos necessários para a habilitação das empresas interessadas, deverão estar em conformidade com a Lei Federal nº14.133/2021.
- Para a apresentação dos atestados de capacidade técnica, deverá ser observada a descrição de serviços e as quantidades conforme quadro abaixo:

Descrição dos serviços	Quantidade mínima
Construção de Creche Padrão FNDE	1 unidade

A empresa contratada se obriga a ter tantas frentes de trabalho quanto são necessárias para o andamento da execução da obra, cabendo a ela a organização e estruturação das equipes para que os serviços sejam executados concomitantemente em cada estrada prevista no lote.

A construção deve seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo.

A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente em todos os pormenores, aos seguintes itens:



Cronograma físico financeiro, Desenhos, listas de materiais, tabelas de acabamentos, especificações e demais documentos integrantes do Projeto;

Requisitos de Normas e/ou Especificações, Métodos de Ensaio e Terminologia estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou formulados por laboratórios ou Institutos de Pesquisas Tecnológicas Brasileiras.

Requisitos de Normas e/ou Especificações, Métodos de Ensaio e/ou padrões estabelecidos por entidades estrangeiras congêneres (ASTM, DIN e outras), quando da inexistência de Normas e/ou especificações brasileiras correspondentes, para determinados tipos de materiais ou serviços.

Recomendações, instruções e especificações de Fabricantes de materiais e/ou de Especificações em sua aplicação ou na realização de certos tipos de trabalhos.

Dispositivos aplicáveis da legislação vigente (Federal, Estadual ou Municipal), relativos a materiais, segurança, proteção, instalação de canteiro de obras e demais aspectos das construções.

Sempre a favor da segurança e sem prejuízo ao disposto neste Memorial, deverão ser devidamente seguidos os procedimentos de instalação e execução dos serviços dispostos no Caderno de Encargos da Editora PINI, 4ª ed., 2004.

Antes do início da execução de cada serviço, deverão ser verificadas (diretamente na obra e sob a responsabilidade da Contratada) as condições técnicas e as medidas locais ou posições a que o mesmo se destinar.

Todas imperfeições verificadas nos serviços vistoriados dos mesmos em relação a desenhos, tabelas de acabamentos ou especificações.

17 DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

A contratação integral da Construção da Creche Padrão tipo 2 - Convencional por empreitada global, sem parcelamento, justifica-se pela natureza técnica indivisível da obra, que exige execução sequencial e coordenada de todas as suas etapas - desde a fundação, superestrutura, até a cobertura e serviços de acabamento.

A fragmentação dos serviços em contratos distintos comprometeria significativamente a qualidade final da edificação, pois cada fase depende diretamente da perfeita execução da anterior, além de gerar interfaces complexas entre diferentes empresas que poderiam levar a disputas por responsabilidades e atrasos no cronograma.

A opção pela empreitada global oferece vantagens operacionais e econômicas comprovadas, concentrando em um único contratante a responsabilidade integral pela obra, o que permite melhor controle de prazos, custos e qualidade, além de simplificar o processo de fiscalização por parte da administração municipal.

Experiências anteriores do município com empreitadas globais em obras similares demonstraram resultados superiores, maior cumprimento de prazos e melhor qualidade técnica, uma vez que a empresa contratada assume compromisso com o produto final completo. Adicionalmente, o modelo garante maior eficiência na aplicação das garantias contratuais e penalidades por atraso, assegurando que todos os serviços sejam executados dentro do prazo total de 360 dias corridos estabelecido no projeto.

A decisão por não parcelar a contratação representa, portanto, a alternativa mais vantajosa para a administração pública, garantindo economicidade, eficiência e qualidade na execução desta obra essencial para o desenvolvimento social e educacional, com simplificação dos processos de gestão e fiscalização, e total adequação às características técnicas do projeto que exigem uma solução integrada desde a preparação do terreno até os acabamentos finais.

18 DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA E EMPRESA PEQUENO PORTE

No presente caso, não se aplicam os benefícios para MPE's, optando-se pela ampla concorrência no caso previsto inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

19 DA NECESSIDADE DE RESERVA DE COTA

Não se aplica.

20 DA DECLARAÇÃO DE QUE O OBJETO DEMANDADO NÃO SE ENQUADRA COMO ARTIGO LUXO

Em atendimento ao disposto no art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 422/2023, declaramos que os itens a serem adquiridos não compreendem artigos de luxo. Logo, reafirmamos que os itens do objeto em questão são de qualidade comum e não superior à necessária finalidade à qual se destina.



21 DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo máximo para início dos serviços é de 15 (quinze) dias a contar da data de assinatura do contrato.

A empresa ficará responsável por qualquer ônus decorrente da prestação de serviço, incluindo débitos tributários;

A administração não se responsabilizará por quaisquer débitos de natureza tributária e/ou trabalhista;

Todos os custos que decorrerem da prestação de serviços correrão por conta da contratada;

A contratada deverá proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento decorrentes da prestação dos serviços;

A contratada deverá permitir que a administração proceda com fiscalizações acerca dos serviços no momento em que achar pertinente, inclusive podendo se recusar a receber o objeto decorrente da prestação de serviços, caso seja verificado que este encontra-se em desacordo com o solicitado;

A execução deverá seguir o cronograma físico financeiro, planilha de serviços e memorial descritivo.

A execução dos serviços observará as rotinas indicadas em anexo: Conforme o projeto básico e o memorial descritivo.

Os serviços serão prestados no seguinte horário: de acordo com a jornada de trabalho estabelecida pela empresa contratada.

Para perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades estabelecidas nas planilhas em anexo.

Materiais a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidade a seguir estabelecidas, promovendo a substituição sempre que necessário:

Conforme planilha de composições em anexo ao projeto básico.

A contratada deve limpar o local, removendo dejetos, sobras de materiais, a cada etapa correspondente a cada medição, e na integralidade para finalização dos serviços;

Procedimentos de transição e finalização do contrato

Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto

22 DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E/OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos, sem qualquer exceção, que incidirem sobre a execução do objeto, correrão por conta exclusiva da empresa vencedora.

22.1 FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);



O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

22.2 GESTOR DO CONTRATO

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

23 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

23.1 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar o objeto da forma ajustada;

Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;

Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

A **CONTRATADA**, não poderá ceder ou transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato.

Caberá ainda a Contratada:

- a. Cumprir integralmente todos os itens constantes do presente Contrato;



- b. Assumir total responsabilidade por seus empregados e/ou prepostos que venham a fornecer os objetos decorrentes do presente Contrato, sendo que o CONTRATANTE não terá nenhuma relação ou vínculo contratual de natureza trabalhista, cuja responsabilidade será tão somente da CONTRATADA, sendo esta titular e responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamento dos salários e demais ônus, recolhimento de todos os encargos sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes que seus empregados possam ser vítimas ou serem causa, quando em serviço, na forma como é expressa e considerada nos arts. 3º e 6º do Regulamento de Seguro de Acidente de Trabalho, aprovado pelo Decreto n.º 61.784/67;
- c. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, no fornecimento dos objetos ora contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- d. Dar cumprimento às obrigações de natureza trabalhista, fiscais, previdenciárias e outras que lhe são correlatas;
- e. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto as obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- f. Estar à disposição do CONTRATANTE sempre que solicitado;
- g. Cumprir todas as exigências contidas no Edital que originou o Contrato;
- h. Adotar todas as medidas de cautela tendentes a evitar danos materiais e pessoais aos objetos transportados e terceiros, ficando sempre responsável pelas conseqüências originárias e acidentes que se verificarem;
- i. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- j. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- k. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- l. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- m. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Contrato, o objeto com avarias ou defeitos;
- n. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- o. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- p. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

23.2 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Além das naturalmente decorrentes do contrato, constituem obrigações do MUNICÍPIO:

- a. Pagar o valor constante no contrato dentro do prazo avençado;
- b. Dar a Contratada as condições necessárias a garantir a execução de Contrato;
- c. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- d. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- e. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- f. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- g. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- h. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



24 DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo o objeto desta licitação ser fornecido/prestado em sua integralidade pelo vencedor do processo.

25 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Em caso de informações omissas, este Processo Licitatório e todos os seus atos ocorrerão em conformidade com o que rege a Lei 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 422/2023. Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.



PROCESSO Nº 005/2025
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento corresponde à primeira fase do planejamento, reunindo os estudos indispensáveis para a contratação de uma solução que atenda à necessidade descrita futuramente. Buscar, prioritariamente, compreender em profundidade a demanda e avaliar no mercado a alternativa mais eficiente para atendê-la, respeitando as normas regulamentares e os princípios que orientam a Administração Pública.

1. DADOS DO PROCESSO

Segue abaixo equipe responsável pelo levantamento das necessidades que visa atender a contratação que trata este Estudo Técnico Preliminar:

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria de Educação, Esporte e Lazer	Maria Sonia Celini
Gestor do Contrato	Maria Sonia Celini
Fiscal do Contrato e Fiscal da obra	Ademar Americo Camossato

Objetivo: O município atender à demanda crescente por vagas na educação infantil e garantir um espaço seguro e adequado para o desenvolvimento pleno das crianças, alinhado às políticas públicas de educação e assistência social.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A continuidade na construção da obra da Creche Padrão tipo 2 - Convencional, é de extrema importância para o município, pois é essencial para atender a demanda atual de vagas e garantir que mais crianças possam ser atendidas, promovendo o desenvolvimento social e educacional.

A construção de uma nova unidade de creche proporcionará acesso a uma educação de qualidade para um maior número de crianças, beneficiando diretamente as famílias da região e a comunidade como um todo. Além disso, a construção de um ambiente adequado para o desenvolvimento das crianças (com áreas específicas para atividades pedagógicas, recreativas e de descanso) é fundamental para a promoção do bem-estar infantil.

Diante desses aspectos, a contratação de uma empresa especializada para a continuação da execução da obra de construção da creche se justifica pela necessidade de garantir um ambiente seguro, adequado e qualificado para as crianças, além de cumprir com as exigências legais e garantir a eficiência no cumprimento dos prazos e orçamentos. Além disso, a continuidade da obra é importante para o cumprimento de compromissos do município com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e outros programas federais que visam ampliar a oferta de educação infantil. Onde, o descumprimento dos prazos pode acarretar sanções ou a perda de recursos destinados a essa obra.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- Os documentos necessários para a habilitação das empresas interessadas, deverão estar em conformidade com a Lei Federal nº14.133/2021.
- Para a apresentação dos atestados de capacidade técnica, deverá ser observada a descrição de serviços e as quantidades conforme quadro abaixo:

Descrição dos serviços	Quantidade mínima
Construção de Creche Padrão FNDE	1 unidade

Justificativa para Exigência de Capacidade Técnica – Construção de Creche Padrão FNDE

A exigência de comprovação de aptidão técnica específica para a execução de obras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), especialmente voltadas à construção de Creche Padrão Tipo 2, fundamenta-se na natureza e complexidade técnica do objeto licitado, bem como na necessidade de assegurar a adequada execução da obra.



Conforme o Memorial Descritivo do FNDE – Projeto Proinfância Tipo 2, trata-se de empreendimento com sistema construtivo padronizado e integrado, que envolve:

- estrutura de concreto armado, fundações e vigas baldrame com resistência mínima de fck 25 MPa;
- alvenaria estrutural e vedação cerâmica, com blocos padronizados e argamassas específicas;
- instalações hidrossanitárias, elétricas e de climatização compatíveis com o padrão do Ministério da Educação;
- exigência de acessibilidade universal, em conformidade com a NBR 9050/2020;
- padrões de acabamento e louças sanitárias específicas para uso infantil, definidos pelo FNDE;
- elementos construtivos opcionais de adaptação climática e soluções térmicas e acústicas padronizadas

Tais características tornam indispensável que a contratada demonstre experiência prévia comprovada em execução de obras de mesma natureza e complexidade, especialmente edificações públicas padronizadas pelo FNDE, destinadas à educação infantil, com estrutura de concreto armado e sistemas complementares (hidrossanitário, elétrico e de climatização).

A exigência de atestado de capacidade técnica referente à “Construção de Creche Padrão FNDE” visa:

4. Assegurar a qualificação da empresa executora, garantindo que esta possua equipe técnica habilitada e familiaridade com os padrões e normativas do FNDE;
5. Promover a eficiência e economicidade, evitando atrasos, aditivos e retrabalhos decorrentes da execução inadequada de sistemas padronizados;
6. Garantir a observância às normas técnicas e exigências legais, incluindo as diretrizes de acessibilidade, segurança e desempenho estrutural definidas nas normas da ABNT, bem como nas Diretrizes Técnicas do FNDE (Volumes I a VI). Cumpre destacar que o art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021 autoriza a Administração a exigir comprovação de aptidão técnica compatível com a complexidade e peculiaridade do objeto, mediante atestados de execução de obras semelhantes. A jurisprudência e o entendimento consolidado dos Tribunais de Contas, reforçam a legalidade da exigência quando houver motivação técnica que demonstre a necessidade de experiência específica.

Assim, considerando:

- a complexidade técnica e multidisciplinar da obra (estrutura, arquitetura, instalações, acabamentos, climatização e acessibilidade);
- o padrão normativo federal FNDE, que requer estrita observância às diretrizes arquitetônicas, construtivas e pedagógicas;

Conclui-se que a exigência de comprovação de experiência anterior em construção de Creche Padrão FNDE (ao menos uma unidade) é plenamente justificada e proporcional, atendendo ao princípio da eficiência (art. 37 da CF), bem como ao princípio do interesse público, ao assegurar a conclusão de uma edificação essencial à educação infantil em conformidade com os padrões técnicos exigidos pelo FNDE e pelo MEC.

Sustentabilidade

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia.

Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho.

Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação

A licitante deverá apresentar DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO DE CRITÉRIOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS, que estabelece critérios e práticas sustentáveis.

Neste documento a empresa deve atestar o atendimento à política ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística sustentável, com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.



GARANTIA DA CONTRATAÇÃO E DA PROPOSTA

Será exigida a garantia da contratação, no importe de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

A garantia deverá ser prestada nas modalidades dispostas na legislação, em até 5 dias após a assinatura do contrato. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Será exigida a garantia da proposta, no importe de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, conforme Art.58 no § 1º.

Justificativa sobre a garantia da proposta

Tal medida visa resguardar a qualidade e a execução do projeto, prevenindo a participação de empresas sem a idoneidade ou capacidade técnica necessária para a conclusão da obra, conforme os padrões exigidos.

Diante disso, o pedido de garantia de proposta justifica-se como uma medida preventiva, alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e probidade administrativa, essenciais para a boa execução da obra e para o cumprimento dos objetivos da presente licitação.

DA VISTORIA

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é altamente recomendada, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistorias prévias, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta feira das 08:00 as 16:00hrs. Para a vistoria o representante legal da empresa ou o responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentado documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

O licitante poderá optar por não realizar a vistoria, caso em que terá de atestar o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, mediante declaração formal do seu responsável técnico.

A não realização de vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimento de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir o ônus dos serviços decorrentes.

SERVIÇOS:

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento e no futuro termo de referência.

A licitação terá por fundamento legal o regramento disposto na Lei n. 14.133/2021;

Para a presente contratação foi elaborado documentações técnicas e instrutivas com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar os serviços, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar e definir os métodos de execução e demais características.

Dos requisitos técnicos da contratação:

Esse Termo de Referência e documentos elaborados posteriormente trarão as informações necessárias, a saber:

- Definição do local da obra: Foi elaborado pela equipe de engenharia toda a documentação técnica necessária e obrigatória (projetos técnicos, geométricos, pavimentação, sinalização e outros), memoriais descritivos, licenças ambientais, planilhas orçamentárias, Arts, cronogramas e outros;
- Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados: Deverão estar de acordo com as determinações dos projetos, cronogramas, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem disponibilizadas pela equipe de engenharia do Município, junto ao edital da licitação;



- Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e demais recomendações: Destacados e numerados na documentação técnica;

Das exigências mínimas a serem atendidas para a futura contratação:

Da contratada:

- Ser empresa especializada em engenharia e deve deter notório conhecimento e experiência nos serviços, objeto da futura contratação;
- Estar devidamente registrada no conselho de engenharia ou arquitetura;
- Possuir capacidade técnica e operacional adequada para a finalidade proposta pelo Município;
- A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo total e exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, mantendo durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

DO REAJUSTE

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste somente após o interregno de um ano, aplicando-se INCC (Índice Nacional de Custos da Construção) ou outro índice que venha substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Demais requisitos encontram-se pormenorizados nos projetos, planilhas, memorial descritivo e outros.

"O reajuste não será concedido nos casos em que o prazo de execução da obra sofrer atraso devido à responsabilidade da contratada, conforme constatado por meio de notificações emitidas pela equipe de fiscalização."

4. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades relacionadas a essa obra, se dará com base nos estudos técnicos preliminares, no projeto básico e na planilha orçamentária desenvolvidos para a Construção da Creche Padrão tipo 2 - Convencional, onde a área total de construção é de 891,68 m² e os serviços preliminares incluem a instalação da placa da obra, o fechamento da obra por tapume em telha metálica, entrada de energia elétrica, instalação provisória de água e esgoto, locação de container's para sanitários e escritório.

Importante destacar que as quantidades representam estimativas preliminares, por se tratar de um projeto e planilha padrão, podendo sofrer ajustes, desde que devidamente justificados tecnicamente e aprovados pela fiscalização. Todos os serviços serão medidos e pagos conforme efetivamente executados e aprovados, seguindo os critérios estabelecidos no projeto executivo e nas normas técnicas aplicáveis, garantindo assim a transparência e o controle adequado dos recursos públicos investidos nesta obra essencial para o desenvolvimento do município.

5. MODALIDADE DA LICITAÇÃO

<input type="checkbox"/> Pregão	<input type="checkbox"/> Eletrônico	<input type="checkbox"/> Presencial	
<input checked="" type="checkbox"/> Concorrência	<input checked="" type="checkbox"/> Eletrônica	<input type="checkbox"/> Presencial	
<input type="checkbox"/> Concurso			
<input type="checkbox"/> Leilão			
<input type="checkbox"/> Credenciamento			
<input type="checkbox"/> Registro de Preços			
<input type="checkbox"/> Dispensa de Licitação	<input type="checkbox"/> Eletrônica	<input type="checkbox"/> Física	<input type="checkbox"/> Emergencial
<input type="checkbox"/> Inexigibilidade			
<input type="checkbox"/> Outros:	_____		

Justificativa para Inversão de Fases – Construção da Creche Padrão tipo 2 - Convencional



A presente justificativa técnica tem por finalidade fundamentar a alteração do Edital de Concorrência Eletrônica, consistente na inversão de fases do certame, de modo que a habilitação das licitantes anteceda a análise das propostas e a etapa competitiva de lances.

Considerando o contexto atual da execução do processo licitatório para a construção da creche supracitada, que se encontra paralisada há algum tempo, e tendo em vista o interesse público em dar continuidade à obra.

Considerações:

- **Considerando o Atendimento ao Interesse Público e Urgência na Retomada das Obras**, onde a obra da creche, que visa atender a uma demanda social importante para a comunidade, encontra-se paralisada há um período considerável, o que tem causado sérios prejuízos à população, especialmente àquelas famílias que dependem da oferta de vagas para a educação infantil. A inversão das fases permitirá a abertura imediata das propostas, o que, por sua vez, permitirá a rápida habilitação dos licitantes e a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sem comprometer o processo competitivo e garantindo a retomada da obra com maior agilidade.
- **Considerando a Celeridade e Eficiência no Processo Licitatório**, que conforme o artigo 21, §4º, da Lei nº 14.133/2021, é possível a inversão das fases quando ela contribuir para a celeridade do processo, sem prejudicar a análise da qualificação dos licitantes. A inversão das fases – com a abertura das propostas antes da habilitação – é uma medida que visa otimizar o tempo, possibilitando o início imediato da execução da obra, ao mesmo tempo em que preserva a verificação da regularidade dos documentos apresentados pelos licitantes, que será realizada após a análise das propostas.
- **Considerando a Redução de Custos e Despesas Indiretas**, onde a demora na retomada da construção pode resultar em aumento nos preços dos materiais e serviços necessários. A inversão das fases contribuirá para reduzir o tempo de espera e, conseqüentemente, minimizará as despesas adicionais decorrentes da manutenção da obra paralisada. Isso também contribui para a redução dos custos totais do projeto, em conformidade com os princípios de eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021 (art. 2º, inciso VI).
- **Considerando a Garantia da Regularidade e Conformidade Legal**, onde esta disposto no artigo 60 da Lei nº 14133/2021, que prevê a possibilidade de inversão das fases da licitação, desde que não haja prejuízo para a avaliação da documentação de habilitação dos licitantes. A análise da habilitação será feita após a abertura das propostas, garantindo que todos os documentos exigidos sejam verificados de forma minuciosa antes da adjudicação do objeto.
- **Considerando a Segurança Jurídica e Transparência no Processo**, que quando justificada pela eficiência e pela celeridade do processo, a inversão de fases não comprometerá a segurança jurídica da licitação, pois permitirá que os licitantes apresentem suas propostas com transparência, e a habilitação será realizada após a classificação das propostas, conforme o estabelecido na Lei nº 14.133/2021, garantindo que a escolha da proposta vencedora seja realizada com a devida fundamentação legal.

A decisão pela inversão das fases do processo licitatório visa atender ao princípio da eficiência e da economicidade, com o objetivo de garantir a celeridade e a continuidade da obra, atendendo ao interesse público, sem comprometer a legalidade ou a transparência do processo licitatório, respeitando os preceitos legais estabelecidos pela nova legislação.

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

A pesquisa de preços foi realizada com base nas tabelas de referências SINAPI setembro/2025 – sem desoneração, onde apresentam-se as estimativas de preços referenciais para a execução dos serviços.

7. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

No momento a administração do Município não possui Plano de Contratações Anual, o qual esta em elaboração.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O município de Pérola, diante da necessidade premente de retomada e conclusão da obra de Construção da Creche Padrão tipo 2 - Convencional, realizou um minucioso levantamento de mercado para avaliar as alternativas



disponíveis, considerando especialmente a oportunidade de captação de recursos através do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Após a paralisação da obra por um longo período de tempo por falta de recursos, o FNDE repactuou a planilha, aumentando de um certo modo o valor do repasse a ser realizado, porém com o valor da planilha da obra atualizada, ficou a cargo do Município um valor alto de contrapartida, o que permitiu uma análise comparativa detalhada entre duas alternativas principais: o complemento de valor com recursos próprios e a paralisação da obra.

A primeira alternativa, que previa a complementação de valores da obra com recursos municipais, mostrou-se economicamente inviável no início, devido ao impacto orçamentário proibitivo, porém o Município realizou um financiamento para arcar com a complementação de valores necessários dessa obra, o que ajudou na questão orçamentária.

Em contrapartida, a segunda alternativa, que consiste na paralisação da obra por tempo indeterminado, demonstrou diversos problemas, desde aumento de custos ao passar do tempo, desvalorização de materiais, perda de recursos públicos, atraso na entrega de serviços públicos, aumento da demanda não atendida, perda de confiança da população, penalidades e multas, prejuízo para a imagem da Administração Pública, degradação do local, dentre outros.

A análise comparativa dos indicadores técnicos e econômicos revela a superioridade evidente da primeira alternativa, que se apresenta como a única solução realista e sustentável para resolver o problema da Continuação das obras da Creche, sem prejuízos ou danos ao erário. A alternativa de complementação com recursos próprios, embora teoricamente inviável mostrou-se viável na prática.

Desta forma, recomenda-se enfaticamente a adoção da primeira alternativa, que atende plenamente ao atendimento a demanda educacional e social, benefícios para a comunidade e as famílias e também contribui para a melhoria da infraestrutura e a restauração da confiança pública na gestão municipal.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A construção da creche pública está paralisada há um período significativo devido a questões administrativas e financeiras, o que afetou diretamente a conclusão do projeto. A retomada da obra visa atender à alta demanda por vagas na educação infantil, e contribuir para a melhoria do atendimento à população, oferecendo uma estrutura adequada e segura para o desenvolvimento das crianças. Além disso, o término dessa obra é uma prioridade para o município, considerando a crescente necessidade de infraestrutura educacional. A continuidade das obras se configura como uma solução imprescindível para que o município não perca os investimentos já realizados, retome o desenvolvimento da infraestrutura pública e garanta o direito à educação infantil de mais crianças, proporcionando um ambiente educativo que favoreça o aprendizado e o bem-estar.

A continuidade da obra de construção da creche é uma solução estratégica para o desenvolvimento social e educacional do município, que não apenas resolve uma necessidade de infraestrutura básica, mas também garante que a população tenha acesso a serviços públicos essenciais de qualidade. O planejamento cuidadoso e a gestão eficiente dessa retomada são fundamentais para garantir o sucesso da obra, otimizar os recursos públicos e alcançar os objetivos estabelecidos de maneira eficaz.

Com a conclusão da creche, o município será capaz de oferecer um ambiente adequado de aprendizado para as crianças, promover igualdade de oportunidades desde a infância e melhorar a qualidade de vida de muitas famílias, contribuindo para o fortalecimento da educação pública e do desenvolvimento social sustentável.

10. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação integral da Construção da Creche Padrão tipo 2 - Convencional por empreitada global, sem parcelamento, justifica-se pela natureza técnica indivisível da obra, que exige execução sequencial e coordenada de todas as suas etapas - desde a fundação, superestrutura, até a cobertura e serviços de acabamento.

A fragmentação dos serviços em contratos distintos comprometeria significativamente a qualidade final da edificação, pois cada fase depende diretamente da perfeita execução da anterior, além de gerar interfaces complexas entre diferentes empresas que poderiam levar a disputas por responsabilidades e atrasos no cronograma.



A opção pela empreitada global oferece vantagens operacionais e econômicas comprovadas, concentrando em um único contratante a responsabilidade integral pela obra, o que permite melhor controle de prazos, custos e qualidade, além de simplificar o processo de fiscalização por parte da administração municipal.

Experiências anteriores do município com empreitadas globais em obras similares demonstraram resultados superiores, maior cumprimento de prazos e melhor qualidade técnica, uma vez que a empresa contratada assume compromisso com o produto final completo. Adicionalmente, o modelo garante maior eficiência na aplicação das garantias contratuais e penalidades por atraso, assegurando que todos os serviços sejam executados dentro do prazo total de 360 dias corridos estabelecido no projeto.

A decisão por não parcelar a contratação representa, portanto, a alternativa mais vantajosa para a administração pública, garantindo economicidade, eficiência e qualidade na execução desta obra essencial para o desenvolvimento social e educacional, com simplificação dos processos de gestão e fiscalização, e total adequação às características técnicas do projeto que exigem uma solução integrada desde a preparação do terreno até os acabamentos finais.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A Construção da Creche Padrão tipo 2 – Convencional, representa uma transformação estrutural para o município, com melhorias na infraestrutura e atendimento a demanda por vagas de educação infantil, redução da superlotação nas creches existentes, geração de empregos e aquecimento da economia local, benefícios para as famílias e comunidade, fortalecimento da imagem e credibilidade do Governo Municipal, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos, impactos a longo prazo na educação municipal.

A conclusão da obra proporcionará a criação de novas vagas de educação infantil, atendendo uma demanda reprimida e reduzindo as filas de espera nas creches públicas do município, a creche será equipada com estruturas modernas, como salas de aulas amplas, espaço de lazer e recreação adequados e infraestrutura de segurança e acessibilidade para atender as necessidades das crianças, redução da taxa de superlotação nas creches existentes e melhora na qualidade do atendimento devido a diminuição do número de alunos por sala, geração de empregos diretos e indiretos, tanto para a construção da creche quanto para os serviços auxiliares necessários, avaliação positiva da população e de órgãos públicos quanto a capacidade do Município em concluir projetos e entregar obras importantes para a comunidade, impacto duradouro na educação infantil.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Antes do início efetivo dos trabalhos, serão adotadas medidas preparatórias essenciais para garantir a plena execução da obra.

Paralelamente, todos os serviços preliminares detalhados na planilha de serviços - incluindo ao fechamento da obra por tapume, instalação do canteiro de obras e mobilização de equipamentos e materiais serão devidamente executados conforme o cronograma estabelecido. A equipe de fiscalização fará vistorias prévias para verificar as condições do terreno e identificar eventuais ajustes necessários antes do início das atividades principais. Estas medidas preparatórias são fundamentais para evitar intercorrências durante a fase executiva e garantir que a obra transcorra dentro dos prazos e padrões de qualidade previstos no projeto.

13. DA CONTRATAÇÃO CORRELATA E/OU INTERDEPENDENTES

Não há

14. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS NA VIZINHANÇA

Após análise preliminar das características do empreendimento e de sua implantação, verifica-se que a obra será executada em área isolada, sem presença de edificações ou atividades lindeiras. Considerando que o local não apresenta vizinhança imediata que possa ser potencialmente impactada, conclui-se que não há necessidade de elaboração de Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), conforme os parâmetros aplicáveis. Ressalta-se que a intervenção não acarretará interferências significativas em usos existentes, circulação, acessibilidade, conforto ambiental ou demais aspectos urbanísticos.



15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Após análise das características do empreendimento e de sua tipologia, verifica-se que a obra destinada à construção da Creche, enquadra-se como atividade de baixo potencial poluidor/degradador, não envolvendo supressão de vegetação nativa, intervenções em Áreas de Preservação Permanente (APP), cursos d'água ou outros recursos ambientais sensíveis. Ressalta-se que a obra será executada em área já antropizada/urbanizada, o que reduz ainda mais o potencial de impacto ambiental significativo.

Diante do exposto, encontra-se em trâmite junto ao INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT, o processo para a emissão da DELAN – Declaração de Dispensa de Licença Ambiental.

Assim, qualquer que seja o documento solicitado e emitido pelo IAT (Licença Ambiental ou Declaração de Dispensa de Licença Ambiental), sua obtenção e apresentação será de responsabilidade da contratante e deverá ser apresentado até o início da execução das obras, considerando que a emissão de licenças não está prevista na planilha orçamentária.

16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Declaramos a contratação viável e oportuna tendo em vista a celebração do Termo de Compromisso nº 202000011-1, junto ao FNDE.

17. MAPA DE RISCO

Risco	Probabilidade	Impacto para a Administração	Danos Potenciais	Medidas Preventivas
Chuvas intensas durante a execução	Alta	Moderado	Interrupções, erosão do solo e atrasos	<ul style="list-style-type: none">• Monitoramento meteorológico diário• Proteção de taludes com geomantas• Drenagem provisória em áreas críticas
Não conformidade da execução com o projeto	Média	Alto	Correção do serviço ou análise técnica	<ul style="list-style-type: none">• Análise prévia do serviço executado,• Correção do serviço conforme o previsto
Acidentes em local da obra	Média	Alto	Danos humanos, materiais e paralisação	<ul style="list-style-type: none">• Sinalização específica para tráfego de equipamentos• Treinamento conforme normas técnicas,• Inspeção diária dos equipamentos
Falta de material correto	Baixa	Crítico	Paralisação total da obra	<ul style="list-style-type: none">• Garantia de fornecedor com capacidade comprovada• Cláusulas contratuais com multas por descumprimento
Protestos/comunidade insatisfeita	Baixa	Moderado	Atrasos e danos à imagem pública	<ul style="list-style-type: none">• Comunicação transparente com moradores• Ouvidoria para registrar reclamações• Ajustes no cronograma para minimizar transtornos

18. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO

Certificamos, para devidos fins, que os servidores abaixo relacionados são os responsáveis pela elaboração e pelo conteúdo do presente documento.



ANEXO – II

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025

MODELO DE PROPOSTA AJUSTADA

(emitir em impresso timbrado da Proponente)

(Razão social, endereço, telefone e CNPJ)

PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

CONCORRENCIA N.º...../.....

Objeto: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Licitante:

CNPJ/CPF:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Telefone:

E-mail:

Inscrição Estadual:

Cidade:

Estado:

Banco:

Agência:

Conta-Corrente:

A empresa _____

Propõe ao XXXXXX xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, a execução o objeto da licitação supra referenciada, tudo em conformidade com o Edital, o contrato e anexos da licitação em referência.

- 1) O preço proposto é R\$ _____ (_____)
- 2) O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura da licitação.
- 3) Prazo de Execução: xxxx(xxxxxnta) dias para o lote xxxx e/ou xxxx dias para o lote xxxx, prorrogável por igual prazo, se comum acordo entre as partes.
- 4) Prazo de Vigência: 365 (trezentos sessenta cinco) dias, prorrogável por igual prazo, se comum acordo entre as partes.
- 5) Condições de Pagamento: conforme cronograma físico-financeiro, através de medição mensal, elaborada pela contratada e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento realizado após e a apresentação da Nota Fiscal, nas condições estabelecidas no Termo de Referência que acompanha o processo.

Se vencedor da licitação, assinará o contrato administrativo, na qualidade de representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF n.º _____

_____, de ___ de _____ de 20__

Representante legal da empresa:

Nome:

CPF:

Assinatura:

Obs: Caso haja divergência entre valor numérico e o valor por extenso da proposta, prevalecerá o valor por extenso.



ANEXO – III
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(papel timbrado da licitante)

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(Papel timbrado da licitante)

Ao Agente de Contratação e equipe de apoio

XXXXXXXXXX

Concorrência eletrônica Nº. xx/xxx

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ n.º, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar n.º 123/06, alterada pela Lei Complementar n.º 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.)

- 1) Declara que CUMPRE todos os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias da **CONCORRENCIA ELETRONICA** n.º XXXXX da Prefeitura Municipal de Altônia, -PR.
- 2) Declara que está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente a **CONCORRENCIA ELETRONICA** N.º XXXXX, nas quantidades e nos prazos previstos e que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.
- 3) Declara que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação na **CONCORRENCIA ELETRONICA** n.º XXXXX da prefeitura municipal, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.
- 4) Declara atende aos requisitos de habilitação, e o que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021).
- 5) Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 6) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 7) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8) Declara, para os fins que a empresa **não foi declarada inidônea por nenhum órgão público** de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- 9) Declara que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 10) Declara, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 11) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 12) Declara que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 2, de 16 de setembro de 2009
- 13) Declara, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por esta prefeiteira, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob n.º e CPF n.º, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do contrato.**



14) Declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma

15) Declara, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

16) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo desta prefeitura, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

17) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

..... de 2025.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)



ANEXO IV
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025

FORMULÁRIO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

DECLARAÇÃO contendo informações para fins de assinatura do contrato.

Razão Social da proponente: _____

CNPJ n.º _____

Endereço _____ n.º _____

Bairro _____ CEP: _____

Cidade _____, Estado _____

Inscrição Estadual n.º _____

Inscrição Municipal/ISS (alvará) n.º _____

N.º do telefone _____ N.º de fax da empresa _____

Nome do representante legal autorizado para assinatura do contrato.

Função do representante legal, _____

Endereço do representante legal, _____ n.º _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____, Estado _____

RG n.º _____ Órgão emissor _____

CPF n.º _____

E-mail _____

_____, _____ de _____ 2025.

Assinatura e Identificação do Responsável da Empresa

OBS: Este documento deverá ser apresentado junto com a documentação de Habilitação

OBS: A não apresentação desse formulário não implica na inabilitação da licitante.



ANEXO V
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA ()

(emitir em impresso timbrado da proponente)

AO

XXXXXXXX

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

CONCORRENCIA N.º...../2025

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TECNICA

O abaixo-assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa _____ vem, pela presente, indicar a V.Sas. o(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(s) que atuarão na execução do contrato, de acordo com a Lei Federal n.º 5.194/1966 e com as Resoluções n.º 218/73 e n.º 317/83 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, com a Lei Federal n.º 12.378/2010 e com o § 9.º do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, caso venhamos a vencer a referida licitação.

Lote N°	Nome	Especialidade	CREA/CAU/CFT	DATA REGISTRO	ASSINATURA

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(is) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais permanentes, com relacionamento junto á empresa, dentro das leis trabalhistas vigentes.

Relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos:

Declaramos fornecer aos nossos funcionários as ferramentas e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs. Declaramos, ainda, que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias; que comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 14.133/2021, bem como as condições do Edital de Licitação especificado no preâmbulo e o cumprimento do Contrato

Local e data.

(carimbo, nome, RG e assinatura do responsável legal)



ANEXO VI
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA

(emitir em impresso timbrado da Proponente)
(Razão social, endereço, telefone e CNPJ)

A

Prefeitura Municipal de Pérola

Concorrência Eletrônica n.º ____/2025

DECLARAMOS, nos termos do § 8º do art. 67 da Lei Federal n.º14.133/2021, e sob as penas da lei, que a pessoa jurídica _____ estabelecida à _____, por mim legalmente representada, possui os compromissos assumidos abaixo que importam diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

DEMONSTRAÇÕES:

1. CÁLCULO DO SALDO CONTRATUAL (SC):

ITEM	N.º do Contrato	Obra ou Serviços	Valor Compromisso (R\$)	Valor já faturado (R\$)	Contratante
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
...					
Somatório Σ=					

Σ VALOR DO COMPROMISSO=

Σ VALOR JÁ FATURADO =

SC =

Σ VALOR DO COMPROMISSO – Σ VALOR JÁ FATURADO=

Onde:

SC= Saldo Contratual

SC= Diferença entre a somatória dos compromissos e a somatória dos valores já faturados referente aos compromissos

2. CALCULO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA OPERACIONAL:

DECLARAMOS que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

DECLARAMOS ainda que, a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, comprometemo-nos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.



SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

TIPO DE ÍNDICE	VALOR EM REAIS	ÍNDICE
Liquidez geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$		
Liquidez corrente (LC) $LC = AC / PC$		
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$		

AC – ativo circulante;
AP- ativo permanente;
PC – passivo circulante;
RLP – realizável a longo prazo;
ELP – exigível a longo prazo.

Obs: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

Local, _____ de _____ de 2025.

Representante Legal da Empresa

Nome:

CPF:

N.º Registro órgão de classe (se for o caso)

Assinatura:

Contador Responsável pela Empresa

Nome:

CRC n.º:

Assinatura:



ANEXO VII

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025

MODELO DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA E DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

(emitir em impresso timbrado da Proponente)

(Razão social, endereço, telefone e CNPJ)

Ao

XXXXXXXX

Concorrência Eletrônica n.º ____/2025.

Agente de Contratação

Eu, _____, RG _____, legalmente nomeado Representante Legal da Empresa _____, CNPJ _____, para o fim de qualificação técnica no procedimento licitatório em referência declaro, sob as penas da lei, que para a execução da(s) obra(s) e serviço(s) de engenharia objeto da referida licitação a empresa cumprirá as exigências legais ambientais, e em especial:

1- Somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e em conformidade com o Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo das implicações de ordem criminal previstas em Lei.

2- No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a obra será realizada de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, e com a legislação pertinente do município onde ela será construída.

_____, de ____ de _____ de 2025

Representante Legal da Empresa

Nome:

CPF:

N.º Registro órgão de classe (se for o caso)

Assinatura:

Ou

Responsável Técnico do licitante:

Nome:

CPF:

Assinatura:



ANEXO VIII
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA (ANEXO II)
(emitir em impresso timbrado da proponente)

Ào

XXXXXXXXX

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

CONCORRENCIA N.º...../2025

ATESTADO DE VISITA

local), de de 2025.

Atestamos, para os devidos fins, nos termos do EDITAL DE CONCORRENCIA Nº...../2025, que a Empresa visitou o local das obras e serviços, sito à(local e metragem da área) , no dia/...../2025.

Nessa visita a empresa, por meio de seu representante, o (a) Sr. (a) tomou ciência das condições atuais do terreno, suas instalações, das obras e serviços a serem realizados.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Assinatura do representante da empresa licitante

Assinatura do representante da prefeitura
(nome e cargo)



MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA
(emitir em impresso timbrado da proponente)

Ao

XXXXXXXX

CONCORRENCIA ELETRONICA N.º ____/2025

OBJETO:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ N.º:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

E-mail:

Declara, para fins de participação nessa licitação, pleno conhecimento das condições locais e peculiares inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo de preços.

_____, ____ de _____ de 2025.

Responsável Técnico do Licitante pela visita

Nome:

CREA e/ou CAU n.º

Assinatura



ANEXO X
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Fornecimento, sem vínculo empregatício, de um lado o xxxxxxxxxxxx - XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº. XXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXX do XXXXXXXX, Estado do Paraná, CEP 87.555-000, neste ato representado pelo XXXXXXXX, SR. xxxxxxxxxxxx, nesta cidade de XXXXXXXX do XXXXXXXX – Pr, Estado do Paraná, CEP. 87.555-000, doravante denominado CONTRATANTE, e, -----, Pessoa jurídica de direito privado, situada à -----, na cidade de -----, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º -----, e no ICMS sob o n.º -----, neste ato representada por seu sócio Administrador: -----, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º -----, inscrito no CPF/MF sob n.º -----, residente e domiciliado à -----, -----, na cidade de -----, denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo n.º e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do CONCORRENCIA N.º XX/XX mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa para continuação da execução de construção de uma Creche Padrão tipo 2 – Convencional, Projeto Padrão FNDE, visando atender as necessidades da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Município de Pérola, Estado do Paraná.

PARAGRAFO PRIMEIRO – Descrição:

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit	Valor Total

1.1 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1 O Termo de Referência;
- 1.1.2 O Edital da Licitação;
- 1.1.3 A Proposta do contratado;
- 1.1.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

2.2.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas.

2.3. O prazo de execução da contratação é de 360 dias, corridos, contados do envio da ordem de serviço.

2.4. O prazo máximo para início dos serviços é de 15 (quinze) dias a contar da data de assinatura do contrato.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 3.817.618,00 (três milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e dezoito reais)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes,



taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O recebimento provisório e definitivo do objeto contratado será supervisionado pelo fiscal do contrato que atestará, mediante termo detalhado, o atendimento das exigências contratuais e de caráter técnico.

6.2. Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias úteis após a entrega da Nota Fiscal mediante a verificação de regularidade ou apresentação dos seguintes documentos:

6.2.1. Certidão Negativa de Débito de FGTS;

6.2.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

6.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

6.2.4. Certidão Negativa de Débitos Municipais

6.2.5. Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Diante da hipótese de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial do contrato, os preços contratados poderão ser revistos, de acordo com as regras estabelecidas na legislação.

7.2. O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

a) Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

b) Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe.

7.3. Para solicitar o reequilíbrio **não poderão haver empenhos com pendência de entrega referentes aos itens objetos do pedido.**

7.4. Os pedidos de reequilíbrio **não suspendem a entrega de itens já empenhados.** Os pedidos de reequilíbrio analisados, serão considerados para os pedidos posteriores a decisão final da Autoridade Competente.

7.5. Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a **CONTRATADA** deverá apresentar no Setor de Compras e Licitações, no e-mail: compras@perola.pr.gov.br, toda documentação abaixo:

a) Planilha de Custos informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) **produto(s)** contratados e o preço a ser reequilibrado, conforme modelo simplificado abaixo:

PREÇO CONTRATADO		
Descrição do produto		
A	Valor registrado no Contrato ou ARP	R\$ 0,00
B	Custo Unitário (NF nº Data/...../.....)	R\$ 0,00
C	Total de impostos/tributos%	R\$ 0,00
D	Total de custos fixos%	R\$ 0,00
VALOR FINAL (VF) = A – (B + C + D)		
E	Margem de lucro%
MARGEM DE LUCRO (%) = [(RECEITA – CUSTO TOTAL) / RECEITA X 100		
<i>Onde:</i>		
<i>RECEITA = VALOR FINAL (VF)</i>		
<i>CUSTO TOTAL = Soma do valor pago no item, do imposto/tributo e do custo fixo (B + C + D)</i>		
PREÇO ATUALIZADO		
Descrição do produto		
A	Valor registrado no Contrato ou ARP	R\$ 0,00
B	Custo Unitário (NF nº Data/...../.....)	R\$ 0,00
C	Total de impostos/tributos%	R\$ 0,00
D	Total de custos fixos%	R\$ 0,00
VALOR FINAL (VF) = A – (B + C + D)		



E Margem de lucro%

$$\text{MARGEM DE LUCRO (\%)} = \frac{[(\text{RECEITA} - \text{CUSTO TOTAL}) / \text{RECEITA} \times 100]}{}$$

Onde:

RECEITA = VALOR FINAL (VF)

CUSTO TOTAL = Soma do valor pago no item, do imposto/tributo e do custo fixo (B + C + D)

b) Cópias das notas fiscais referentes ao mês de julgamento da licitação, informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) produto(s) contratado(s), bem como cópia das notas fiscais referentes ao período de realização do pedido.

c) O valor reequilibrado nunca deverá ser superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

d) Cópias das certidões vigentes: *i)* Certificado de regularidade do FGTS; *ii)* Certidão de débitos Trabalhista; *iii)* Certidão de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União; *iv)* Certidão relativos a débitos tributários e dívida ativa Estadual; *v)* Certidão de débitos relativos a débitos tributários e dívida ativa municipal; *vi)* Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR - no site <http://www1.tce.pr.gov.br/> (Consulta de Impedidos de Licitar); *vii)* Tribunal de Contas da União - TCU em consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne os resultados das certidões no TCU - Licitantes Inidôneos; CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

7.6. Na ausência de um dos documentos elencados acima, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro NÃO SERÁ RECEBIDO.

7.7. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo a Prefeitura Municipal de Altônia a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.8. A análise de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro compete ao gestor do contrato, nos termos do art. 9º, II, do Decreto n.º 38, de 28 de março de 2023.

7.9. A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

7.10. Se o CONTRATADO não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pela prefeitura municipal e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

7.11. Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de Custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedor(es).

7.12. A prefeitura municipal se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas Planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação contornável, através da troca de fornecedores por parte da Empresa, será considerado injustificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

7.13. A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagirá a ordens de fornecimento já emitidas.

7.14. O novo preço só terá validade após celebração de termo aditivo e não terá efeito retroativo.

7.15. Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

7.16. Os preços contratuais do objeto licitado poderão ser reajustados, em reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e com a Lei Federal nº 10.192, de 2001.



7.17. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços pode ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.

7.18. Em nenhuma hipótese será concedido o reajuste de preços sobre itens já executados pelo Contratado.

7.19. Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação dos índices indicados, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano, contados da data do orçamento.

7.20. Ocorrendo atraso na execução dos serviços atribuíveis ao contratado, não será concedido o reajustamento de preços, salvo o correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes ao atraso.

7.21. Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

7.22. Se a contratada antecipar cronograma, o reajustamento somente será aplicado com índice correspondente ao período de execução efetiva, conforme planilha de medição.

7.23. O reajustamento dos preços será concedido, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento, mediante a aplicação do índice INCC DI/FGV sobre o saldo remanescente dos serviços, devendo ser aplicado a fórmula a seguir

$$SR = S (I12/I0)$$

$$R = SR - S$$

I12 = índice

INCC-DI/FGV do 12º mês do orçamento

I0 = índice INCC-DI/FGV do mês do orçamento

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês do orçamento

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Procuradoria Geral da Prefeitura Municipal licitante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. O órgão licitante terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de



descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
- e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.17. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.19. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.20. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte



ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20.** Cumprir, durante toda a vigência do contrato, o disposto no Decreto Federal nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.
- 9.21.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.22.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.23.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.24.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.25.** Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.26.** Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.27.** Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.28.** Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.29.** Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela



fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.34. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.36. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.38. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

c) florestas plantadas; e

d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.39. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

c) Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.39.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.40.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.40.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação,



obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.40.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.40.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.40.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.40.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.40.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.40.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.42. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.43. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.44. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.45. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.46. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:



9.46.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.47. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

9.48. Elaborar caso necessário o PROJETO EXECUTIVO E/OU AS BUILT da obra, se solicitado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade CONCORRENCIA, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

10.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.5 deste contrato.

10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6, observada a legislação que rege a matéria.

10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica.

10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).



10.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao órgão licitador ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- (1) **Moratória** de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia, sobre o valor do contrato celebrado com contratação direta, em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias;
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, percentagem a definir do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, percentagem a definir do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de percentagem a definir do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de percentagem a definir do valor do Contrato.



(7) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de porcentagem a definir do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:



- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados:

DESPESA PRINCIPAL	DESDOB.	ÓRGÃO UNIDADE	FUNCIONAL	PROJETO ATIVIDADE	NATURA DA DESPESA	FONTE DE RECURSO	RESERVA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



- 16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 16.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 16.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 16.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 16.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 16.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 16.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 16.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 16.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 16.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 16.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUCESSÃO E DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pérola-PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

XXXXXXXX do XXXXXXXX - PR, ... de ... de 2025.

Xxx
XXXXX

Testemunhas:

- 1.
- 2.

* Se necessário a presente minuta será alterada para eventual adequação a legislação vigente.



ANEXO XI

PASTA TÉCNICA

A PASTA TECNICA ESTÁ DISPONIVEL NO SEGUINTE ENDEREÇO ELETRONICO:

<https://bll.org.br/>

e

<https://www.perola.pr.gov.br/>



**AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025**

O **MUNICÍPIO DE PÉROLA**, Estado do Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório para contratação do objeto abaixo especificado, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, observada as disposições contidas no presente Edital.

OBJETO: Contratação de empresa para continuação da execução de construção de uma Creche Padrão tipo 2 – Convencional, Projeto Padrão FNDE, visando atender as necessidades da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Município de Pérola, Estado do Paraná.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Até às 09:00 horas do dia 11/12/2025.

LOCAL: PLATAFORMA BLL.

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.

TIPO DE LICITAÇÃO: Empreitada Por Preço Global do tipo Menor Preço.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 3.817.618,00 (Três milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e dezoito reais).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, Decreto Federal nº 10.024/19, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 2.367/2017, Decreto Municipal nº 059 de 03 de março de 2021 e Decreto nº 141, 21 de Junho de 2024 e demais legislações pertinentes.

INFORMAÇÕES: O inteiro teor do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: <http://www.perola.pr.gov.br/>, no link Processos Licitatórios. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço mencionado, através do endereço eletrônico: bll.org.br ou pelo Fone: (44) 3636-8300, de Segunda à Sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Pérola/PR, 19 de novembro de 2025.



Nome: Valdete Carlos Oliveira
Gonçalves da Cunha
CPF: ***.098.729.**

Assinado com certificado digital avançado

VALDETE CUNHA
Prefeita Municipal.



Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 19/11/2025 13:37:37
Origem do Ofício: Prefeitura Municipal de Pérola
Operador: YASMIM FERNANDA RISSATO MARTINS
Ofício: 11422290
Data prevista de publicação: 24/11/2025
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 3
Forma de pagamento: Boletão

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
23341829	08-AVISO CONCORRENCIA ELETRONICA NA 02-2025-DOU-UNIAO.rtf	5117693fc05073ba9e1c4b9aa5fcfeaf	8,00	R\$ 341,36
TOTAL DO OFICIO			8,00	R\$ 341,36



Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE

Protocolo	159797/2025	Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Título	AVISO DA CONCORRÊNCIA Nº 02/2025	Municipalidades
Órgão	<u>PMPEROLA - Prefeitura Municipal de Pérola</u>	Prefeituras
Depositário	Yasmim Fernanda Rissato Martins	Pérola
E-mail	compras@perola.pr.gov.br	Aviso - CIS
Enviada em	19/11/2025 13:45	<u>07-AVISO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02-2025-DIOE E FOLHA.pdf</u> 115,52 KB
Data de publicação		
24/11/2025 Segunda-feira	R\$ 210,00	Faturada 19/11/25 13:46
		Nº da Edição do Diário: 12023
<u>Histórico</u>	TRIAGEM REALIZADA	

Prefeitura Municipal de Pérola

Licitações e Contratos

Aviso de Licitação



AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025

O MUNICÍPIO DE PÉROLA, Estado do Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório para contratação do objeto abaixo especificado, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, observada as disposições contidas no presente Edital.

OBJETO: Contratação de empresa para continuação da execução de construção de uma Creche Padrão tipo 2 – Convencional, Projeto Padrão FNDE, visando atender as necessidades da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Município de Pérola, Estado do Paraná.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Até às 09:00 horas do dia 11/12/2025.

LOCAL: PLATAFORMA BLL.

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.

TIPO DE LICITAÇÃO: Empreitada Por Preço Global do tipo Menor Preço.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 3.817.618,00 (Três milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e dezoito reais).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, Decreto Federal nº 10.024/19, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 2.367/2017, Decreto Municipal nº 059 de 03 de março de 2021 e Decreto nº 141, 21 de Junho de 2024 e demais legislações pertinentes.

INFORMAÇÕES: O inteiro teor do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: <http://www.perola.pr.gov.br/>, no link Processos Licitatórios. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço mencionado, através do endereço eletrônico: bll.org.br ou pelo Fone: (44) 3636-8300, de Segunda à Sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Pérola/PR, 19 de novembro de 2025.

VALDETE CUNHA
Prefeita Municipal.

Ouro Verde do Oeste**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 132/2025
PREGÃO Nº 078/2025 – MODALIDADE ELETRÔNICO**

O Município de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná, torna público que estará realizando a abertura do certame licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2025, cujo o objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de kits familiar e kits bebê, destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, no âmbito do município de Ouro Verde do Oeste. O valor máximo previsto para a contratação é de R\$ 208.955,10 (duzentos e oito mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos). Abertura, avaliação das propostas e disputa, no dia **04 de dezembro de 2025** a partir das 08h31min na plataforma BLL "www.bll.org.br" "Acesso Identificado no link – licitações."

- O edital completo encontra-se disponível no site do Município de Ouro Verde do Oeste - <https://ouroverdedoeste.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1/>, bem como em campo próprio na plataforma de realização de pregões eletrônicos "www.bll.org.br" "Acesso Identificado no link – licitações", para ciência de todos os interessados. Maiores informações pelo telefone: (45) 3251-8000, ramais 201, 202 e 203.

159259/2025

Paranaguá**AVISO DE CHAMADA PÚBLICA
CHAMADA PÚBLICA Nº 018/2025
Processo nº 90.949/2025**

A Prefeitura Municipal de Paranaguá-Pr, através da Secretaria Municipal de Desenv. Econômico, Habitação e Regularização Fundiária, por meio da Comissão Permanente de Contratação, com fundamento no artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4319/23, Lei estadual 15.607/07, conforme as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, torna público, através deste, que realizará o Chamamento Público para "Credenciamento de Empresas do ramo Imobiliários, Corretores Imobiliários Autônomos e correspondentes Imobiliários, interessados na Concessão de Estandes para participação no Evento "Feirão de Imóveis", que será realizado nos dias 13 e 14 de dezembro de 2025na Praça de Eventos 29 de Julho, neste Município, conforme informações contidas no edital e seus anexos.

Os interessados para Seleção do Credenciamento, deverão apresentar toda documentação exigida (obrigatoriamente) no endereço eletrônico:
<https://paranagua.atende.net/autoatendimento/servicos/e-pd-credenciamento-feirao-de-imoveis>

O presente Edital de Credenciamento ficará disponível entre os dias 24 (vinte e quatro) de novembro de 2025 à 09 (nove) de Dezembro de 2025, até às 23h:59min.

O inteiro teor do edital, poderá ser retirado no seguinte endereço: Rua Júlia da Costa, 322, Centro, Paranaguá-Pr, no horário das 08h:00 às 11h:00 e das 13h:00 às 18h:00, através do site: www.paranagua.pr.gov.br no link Chamada Pública Pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br, ou através do telefone 41-3721-1810. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Contratação, através do e-mail acima mencionado, ou através dos telefones 41-3721-1018.

PARANAGUÁ, 19 de Novembro de 2025.
SHEILA DA ROSA MARIA
Comissão Permanente de Contratação

159950/2025

Pérola**AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025**

O MUNICÍPIO DE PÉROLA, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA para Contratação de empresa para continuação da execução de construção de uma Creche Padrão tipo 2 – Convencional, Projeto Padrão FNDE, visando atender as necessidades da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Município de Pérola, Estado do Paraná.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Até às 09:00 horas do dia 11/12/2025.

LOCAL: PLATAFORMA BLL.

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.

TIPO DE LICITAÇÃO: Empreitada Por Preço Global do tipo Menor Preço.
VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 3.817.618,00 (Três milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e dezoito reais).

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, Decreto Federal nº 10.024/19, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 2.367/2017, Decreto Municipal nº 059 de 03 de março de 2021 e Decreto nº 141, 21 de Junho de 2024 e demais legislações pertinentes.

INFORMAÇÕES: Através do endereço eletrônico: bll.org.br ou www.perola.pr.gov.br/, no link Processos Licitatórios. Fone: (44) 3636-8300, de Segunda à Sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Pérola/PR., 19 de novembro de 2025.

VALDETE CUNHA
Prefeita Municipal.

159797/2025

Pinhal de São Bento**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO**

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO. 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/2024 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO. CONTRATADA: ESPECTRO MANUTENCAO PREDITIVA LTDA. CLÁUSULA PRIMEIRA: EXECUÇÃO DO OBJETO passa a ter a seguinte redação: Prorroga-se o prazo de vigência do contrato até 27/11/2025, em conformidade com o pregão nº 52/2024 e o contrato nº 142/2024. CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, 19/11/2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

159588/2025

Pitanga

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO-IAT MUNICÍPIO DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 76.172.907/0001-08 torna público que requereu ao IAT, Licença de Instalação para implantação de Loteamento de Interesse Social, localizado no Prolongamento da Av. Brasil s/n- bairro Santa Rita, Pitanga – Paraná.

159670/2025

Ponta Grossa**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA - PR
Aviso de Intenção de Registro de Preço Nº 26/2025**

A Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR, por meio da Secretaria Municipal de Educação, torna público que realizará um procedimento de Intenção de Registro de Preços. O objetivo é identificar instituições públicas interessadas em participar de futura licitação para a aquisição de solução em nuvem de gestão administrativa e pedagógica com suporte, manutenção, implantação, capacitação e customização, visando à formação de Ata de Registro de Preços. As instituições interessadas deverão encaminhar manifestação formal do dia 24 de novembro até 05 de dezembro de 2025 para Jéssica Venâncio (jessica.venancio@pontagrossa.pr.gov.br). Mais informações, como o Termo de Referência, poderão ser obtidas das 12 horas às 18 horas na sede da Secretaria de Educação ou pelo telefone (42) 3220-1010 (ramais 3120 / 3009) ou ainda através do link <https://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portal/transparencia/1/publicacoes>.

Em, 19 de novembro de 2025

Joana D'Arc Panzarini Egg - Secretária Municipal de Educação

159571/2025

Pontal do Paraná**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO nº 345/2025 – DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 033/2025 – Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de Televisão - SMART TV de 98 polegadas, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná. A contratação será pelo período de 12 meses. ABERTURA: **28/11/2025**, às 09:00 horas. A sessão será realizada na

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 24/11/2025 | Edição: 223 | Seção: 3 | Página: 203

Órgão: Prefeituras/Estado do Paraná/Prefeitura Municipal de Pérola

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2/2025

O MUNICÍPIO DE PÉROLA, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA para a Contratação de empresa para continuação da execução de construção de uma Creche Padrão tipo 2 - Convencional, Projeto Padrão FNDE, visando atender as necessidades da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Município de Pérola, Estado do Paraná.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Até às 09:00 horas do dia 11/12/2025.

LOCAL: PLATAFORMA BLL.

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.

TIPO DE LICITAÇÃO: Empreitada Por Preço Global do tipo Menor Preço.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 3.817.618,00 (Três milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e dezoito reais).

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, Decreto Federal nº 10.024/19, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 2.367/2017, Decreto Municipal nº 059 de 03 de março de 2021 e Decreto nº 141, 21 de Junho de 2024 e demais legislações pertinentes.

INFORMAÇÕES: Através do endereço eletrônico: bll.org.br ou www.perola.pr.gov.br/, no link Processos Licitatórios. Fone: (44) 3636-8300, de Segunda à Sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Pérola/PR, 19 de novembro de 2025.

VALDETE CUNHA
Prefeita

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO

Edição N.º: 13211

Data: 09 / 01 / 2025

ASSINATURA



PÉROLA
GOVERNO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 007, DE 08 DE JANEIRO DE 2025.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, EQUIPE DE APOIO E DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto Municipal nº 422/2023 e,

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 422/2023, que estabelecem as atribuições e demais disposições das funções do agente de contratação, equipe de apoio e comissão de contratação;

RESOLVE:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo especificados para executarem as atribuições descritas no Decreto nº 422 de 28 de dezembro de 2023.

DA NOMEAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Art. 2º Fica(m) nomeado(s) para atuar(em) como Agente de Contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 o(s) seguinte(s) servidor(es):

- a) Tiago da Silva Canguçu – matrícula n. 2375-2
- b) Yasmim Fernanda Rissato Martins – matrícula n. 2774-0
- c) Leonardo Cordeiro da Silva - matrícula n. 2513-5
- d) Debora Maia Rodrigues - matrícula n. 2494-5

DA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO

Art. 3º Ficam nomeados para comporem a Equipe de Apoio nos termos da Lei nº 14.133/2021 os seguintes servidores:

- a) Tiago da Silva Canguçu – matrícula n. 2375-5
- b) Leonardo Cordeiro da Silva - matrícula n. 2513-5

- c) Debora Maia Rodrigues - matricula n. 2494-5
- d) Paulo Fernando Travain Bento – matricula n. 2455-4
- e) Yasmim de Freitas Marsola – matricula n. 2648-4
- f) Laila Salvadego – matricula n. 2378-8
- g) Pedro Renato Poiares Buosi – n. 2411-2
- h) Yasmim Fernanda Rissato Martins – matricula n. 2774-0

DA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Art. 4º Ficam nomeados para comporem a Comissão de Contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021 os seguintes servidores:

- a) Tiago da Silva Canguçu – matricula n. 2375-3 – Presidente.
- b) Yasmim Fernanda Rissato Martins – matricula n. 2774-0
- c) Laila Salvadego – matricula n. 2378-7

Parágrafo único. Em suas ausências ou impedimentos, o Presidente será substituído, observando-se a ordem acima.

Art. 5º As atribuições dos servidores acima nomeados e demais disposições inerentes às funções, são as estabelecidas no Decreto nº 422 de 28 de dezembro de 2023.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, **revogando-se as disposições em contrário.**

Pérola, PR, aos 08 dias do mês de janeiro de 2025.



VÁLDETE CUNHA
Prefeita Municipal.

SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
ALTERAÇÃO Nº 15 E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 06.129.907/0001-31 NIRE: 41205188021




CLEBER RUIZ MARTINEZ, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, empresário, natural de Terra Rica - Parana, nascido em 01 de Março de 1979, portador da Cedula de Identidade Civil RG nº 6.925.696-1 SSP/PR e CPF 021.110.919-36, residente e domiciliado na Rua Eloy Baptista Lopes, 6333, Jardim Aratimbó, CEP 87502-430, na cidade de Umuarama - Pr e **JOSE RUIZ MARTINEZ**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, natural de Vera Cruz - Sao Paulo, nascido em 25 de Maio de 1947, portador da Cedula de Identidade Civil RG nº 978.611-2 SSP/PR e CPF 197.271.789-87, residente e domiciliado na Rua Eloy Baptista Lopes, 6333, Jardim Aratimbó, CEP 87502-430 na cidade de Umuarama - Parana, na qualidade de sócios componentes da Sociedade Empresaria Limitada, denominada "**RCM PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**", com sede e foro na cidade de Umuarama - Parana, na Rua Projetada A, nº 1646, Parque Industrial III, CEP 87507-135, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Parana, sob nº 41205188021, em 08 de Março de 2004 devidamente inscrita no CNPJ sob nº 06.129.907/0001-31, resolvem pelo presente instrumento alterar o contrato primitivo e posteriores alterações conforme as clausulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA -Retira-se da sociedade o sócio **JOSE RUIZ MARTINEZ**, possuidor de 5.000 (Cinco mil) quotas, no valor de R\$5.000,00 (Cinco mil reais), o qual vende, cede e transfere ao sócio remanescente **CLEBER RUIZ MARTINEZ**, que as compram e quita neste ato em moeda corrente do País, e ambos dão e recebem plena, geral e irrevogável quitação de todos os direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar, seja a que titulo for do cessionário ou da sociedade.

CLÁUSULA SEGUNDA - O capital social no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (Quinhentos mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado esta distribuído entre os sócios na proporção de:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR
CLEBER RUIZ MARTINEZ	100,00	500.000	R\$ 500.000,00
TOTAL	100.00	500.000	R\$ 500.000,00

CLAUSULA TERCEIRA: Em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei nº 10406/2002, os sócios resolvem **ATUALIZAR e CONSOLIDAR** o Contrato Social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as clausulas e condições contidas no contrato primitivo, que, adequando as disposições da referida Lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passando a ter a seguinte redação:

SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
ALTERAÇÃO Nº 15 E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 06.129.907/0001-31 NIRE: 41205188021

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 06.129.907/0001-31 NIRE: 41205188021

CLEBER RUIZ MARTINEZ, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, empresário, natural de Terra Rica - Paraná, nascido em 01 de Março de 1979, portador da Cédula de identidade Civil RG nº 6.925.696-1 SSP/PR e CPF 021.110.919-36, residente e domiciliado na Rua Eloy Baptista Lopes, 6333, Jardim Aratimbó, CEP 87502-430 na cidade de Umuarama - Pr, na qualidade de sócio componente da Sociedade Empresaria Limitada, denominada "**RCM PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**", com sede e foro na cidade de Umuarama - Paraná, na Rua Projetada A, nº 1646, Parque Industrial III, CEP 87507-135, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob nº 41205188021, em 08 de Março de 2004 devidamente inscrita no CNPJ sob nº 06.129.907/0001-31, Resolvem pelo presente instrumento consolidar o contrato social que se rege pelas cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de "**R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**" e tem sua sede e domicilio na Rua Projetada A, nº 1646, Parque Industrial III, CEP 87507-135, nesta cidade de Umuarama, estado do Paraná.

CLAUSULA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir e/ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLAUSULA TERCEIRA: O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, iniciando suas atividades em 08 de Março de 2004.

CLAUSULA QUARTA: A sociedade tem por objeto social, o ramo de: **CONSTRUÇÃO CIVIL (EDIFICAÇÃO RESIDENCIAIS, INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVIÇOS), OBRAS DE DRENAGENS, OBRAS RODOVIÁRIAS, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, OBRAS DE CONSERVAÇÃO, SERVIÇOS DE QUÍMICA (COLETA E AMOSTRA DE ÁGUA, COLETA E AMOSTRA DE ESGOTO, ANÁLISE LABORATORIAL DE ÁGUA, ANÁLISE LABORATORIAL DE ESGOTO, TRIAGEM DE ÁGUA, TRIAGEM DE ESGOTO E OUTROS SERVIÇOS RELACIONADOS A QUÍMICA), COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS ELÉTRICOS P/ CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, EXECUÇÃO DE PROJETOS ELÉTRICOS, MONTAGENS DE PAINÉIS DO COMANDO, EXECUÇÃO DE REDES ELÉTRICAS DE ALTA E BAIXA TENSÃO, MONTAGEM DE CABINES, TRANSFORMADORAS, COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA**

[Handwritten signatures and initials]

000477

SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
ALTERAÇÃO Nº 15 E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 06.129.907/0001-31 NIRE: 41205188021
O TRABALHO, CONSERVAÇÕES ROTINEIRAS DE RODOVIAS, SERVIÇOS
DE JARDINAGEM EM GERAL, SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO, SERVIÇOS HIDRAULICOS EM GERAL, PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO EM OBRAS, SISTEMAS DE ESGOTO SANITARIO, SISTEMA DE
ABASTECIMENTO DE AGUA E REVENDA DE TINTAS E PEÇAS DE
EQUIPAMENTOS DE PAVIMENTAÇÃO, CAMINHAO E MAQUINARIOS
PESADOS.

CLAUSULA QUINTA: O capital social no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (Quinhentos mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado está distribuído entre os sócios na proporção de:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR
CLEBER RUIZ MARTINEZ	100,00	500.000	R\$ 500.000,00
TOTAL	100.00	500.000	R\$ 500.000,00

CLAUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio e restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme dispõe o art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLAUSULA SÉTIMA: A sociedade poderá emitir quotas desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

CLAUSULA OITAVA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas a venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual presente.

CLAUSULA NONA: O sócio que pretenda vender ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas a venda, o preço, forma de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

§ 1º Caso nenhum dos sócios demonstre interesse em adquirir as quotas sociais do sócio retirante, a sociedade poderá adquiri-la.

§ 2º Fica, a critério exclusivo dos sócios, pela maioria absoluta do Capital Social, a admissão de novos sócios, ressalvadas as disposições legais e regulamentares.

Handwritten signatures and initials:
 A blue wavy signature on the left.
 A blue signature on the right.
 The name "Ronaldo" written in blue ink at the bottom right.

000478

SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
ALTERAÇÃO Nº 15 E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 06.129.907/0001-31 **NIRE: 41205188021**

CLAUSULA DECIMA: A administração da sociedade caberá ao sócio **CLEBER RUIZ MARTINEZ**, com os poderes e atribuições de gerir e administrar isoladamente os negócios da sociedade, representa-la ativa e passivamente, judicial e extra judicial, perante aos órgãos públicos, instituições financeira, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários a consecução dos objetivos ou a defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

§ 1º Fica vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social, mas fica autorizado a assumir obrigações em favor de terceiros, bem como, onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§ 2º Faculta-se ao administrador, atuando isoladamente, constituírem, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

§ 3º A destituição do sócio administrador operar-se-á, pela maioria de votos do capital social, em reunião de quotistas e o administrador não sócio pela destituição, em qualquer tempo do titular.




§ 4º Os administradores contratados, terão remuneração fixadas ao tempo da contratação, e os administradores sócios poderão ser remunerados com uma importância fixa, a título de pró-labore a ser estabelecida anualmente em reunião de quotista.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios os lucros ou perdas apurados, na proporção de suas quotas ou outros percentuais definidos em ata de reunião social com a participação da representação de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social, conforme art. 1.007 do Código Civil.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA: As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, para aprovar as contas da sociedade, o balanço determinar a distribuição de lucros, fixar o pró-labore do administrador e, a qualquer momento, para tratar de assuntos de interesse social.

§ 1º As deliberações serão tomadas por maioria de votos do capital social, cabendo a cada quota um voto ressalvadas as disposições legais que forem aplicáveis.

§ 2º Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a assembleia, o balanço patrimonial e o resultado econômico devem ser postas, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, a disposição dos sócios que não exercem a administração.

000479

SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
ALTERAÇÃO Nº 15 E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 06.129.907/0001-31 **NIRE: 41205188021**

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuara suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificadas em balanço especialmente levantado.

§ 3º O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

CLAUSULA DECIMA QUARTA: Ressalvado o disposto no art. 1.030 da Lei nº 10.406/2002, quando a sociedade entender que algum sócio esta pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-lo da sociedade, por justa causa, desde que, determinado através de decisão judicial, mediante alteração do contrato social.

§ 1º A exclusão só poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§ 2º Efetuado o registro da alteração contratual, o valor dos haveres do sócio excluído será apurado e liquidado na forma prevista na clausula terceira deste contrato.

CLAUSULA DECIMA QUINTA: Em caso de modificação do contrato, fusão da sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra ou transformação, se não houver o consentimento de todos os sócios, o dissidente da decisão majoritária poderá retirar-se da sociedade, nos 30 (trinta) dias subsequentes, a deliberação, aplicando-se, nesse caso, o disposto no art. 1.031 da Lei nº 10.406/2002.

CLAUSULA DECIMA SEXTA: A sociedade reger-se-á nas omissões do contrato, pelas normas da Lei 6404/76 e demais alterações posteriores.

CLAUSULA DECIMA SETIMA: A sociedade entrara em liquidação nos casos previstos em lei. Em caso de liquidação ou dissolução da sociedade, serão os liquidantes da mesma o Sócio Administrador, observadas as normas legais pertinentes, ou quem este indicar. Nesta hipótese os haveres da sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente se houver, rateado entre os quotistas em proporção ao numero de quotas que cada um possuir.

CLAUSULA DECIMA OITAVA: O Administrador declara, sob as penas da lei, que não esta impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que

SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
ALTERAÇÃO Nº 15 E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 06.129.907/0001-31 NIRE: 41205188021

temporariamente , o acesso a cargos públicos ; ou por crime falimentar , de prevaricação, de peita ou suborno, de concussão , de peculato, ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, fé pública , ou a propriedade.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento em via unica de igual teor e forma.

Umuarama - PR, 20 de Fevereiro de 2025.

(Assinado Digitalmente)

CLEBER RUIZ MARTINEZ

(Assinado Digitalmente)

JOSE RUIZ MARTINEZ

W

J
Ramo



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02111091936	CLEBER RUIZ MARTINEZ
19727178987	JOSE RUIZ MARTINEZ



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/02/2025 12:20 SOB Nº 20250922193.
PROTOCOLO: 250922193 DE 21/02/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12503448649. CNPJ DA SEDE: 06129907000131.
NIRE: 41205188021. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 20/02/2025.
R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA

SEBASTIÃO MOTA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



000482

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 2387419816

NOME
 CLEBER RUIZ MARTINEZ

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
 69254961 SESP PR

CPF
 021.110.919-36

DATA NASCIMENTO
 01/03/1979

FILIAÇÃO
 JOSE RUIZ MARTINEZ
 LENITA DE OLIVEIRA RUIZ

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
 AB

Nº REGISTRO
 02247440073

VALIDADE
 18/05/2032

1ª HABILITAÇÃO
 25/04/1997

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
 CURITIBA, PR

DATA EMISSÃO
 18/05/2022

ASSINADO DIGITALMENTE
 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

06758808750
 PR921628652

PARANÁ

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

Handwritten signatures and marks in blue ink.

PODER JUDICIÁRIO**Comarca de Maringá - Estado do Paraná**

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa , s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871

Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

CERTIDÃO NEGATIVA

Número: 202512081259346214551

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.distribuidormaringa.com.br>**** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT **, Distribuidor e anexos da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...**

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, nos mesmos constatou a INEXISTÊNCIA, de quaisquer pedidos de FALÊNCIA, CONCORDATAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRAJUDICIAL (Lei nº 11.101/2005) contra:

R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA**CNPJ: 06.129.907/0001-31****Observações:**

Não Há.

***** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.******* A certidão em nome de PESSOA JURÍDICA considera os processos referentes à matriz e filiais.******* Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).******* CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. ********** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R\$ 45,38 = 164 VRC - R\$ 0,91 = ISSQN 2% *****

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, segunda-feira, 8 de dezembro de 2025.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 10.2.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 41205188021	CNPJ 06.129.907/0001-31
NOME EMPRESARIAL R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário	NÚMERO DO LIVRO 33
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) D8.CD.8A.35.D8.B5.1E.36.BE.DB.59.A1.8D.A4.05.62.6D.AA.69.A5	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	83229574915	VALMIR RUIZ MARTINEZ:83229574915	298705096183967325 0	12/06/2023 a 11/06/2024	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10596158000120	ESCRITORIO MILLENIUM DE CONTABILIDADE LTDA:10596158000120	808403291103872673 410887	10/07/2023 a 09/07/2024	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

D8.CD.8A.35.D8.B5.1E.36.BE.DB.59.A
1.8D.A4.05.62.6D.AA.69.A5-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 02/05/2024 às 08:30:03

E6.B5.4D.0A.68.AD.22.19
16.3F.56.73.9D.3C.2D.40

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

h
g
Recebo

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 06.129.907/0001-31
 Número de Ordem do Livro: 33
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA

NIRE 41205188021

CNPJ 06.129.907/0001-31

Número de Ordem 33

Natureza do Livro Livro Diário

Município UMUARAMA

Data do arquivamento dos atos constitutivos 08/03/2004

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2023

Quantidade total de linhas do arquivo digital 17217

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA

Natureza do Livro Livro Diário

Número de ordem 33

Quantidade total de linhas do arquivo digital 17217

Data de inicio 01/01/2023

Data de término 31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D8.CD.8A.35.D8.B5.1E.36.BE.DB.59.A1.8D.A4.05.62.6D.AA.69.A5-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Entidade: R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNP 06.129.907/0001-31

Número de Ordem do Livro: 33

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Historico	CAPITAL SOCIAL (R\$)	CAPITAL SOCIAL - FILIAL (R\$)	RESERVA DE CORRECAO MONETARIA DO CAPITAL (R\$)	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR (R\$)	LUCROS ACUMULADOS (R\$)	(-) LUCROS DISTRIBUIDOS (R\$)	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS (R\$)	Total (R\$)
Saldo Inicial em 01.01.2023	450.000,00	50.000,00	233.568,60	3.235.438,19	14.110.079,85	(-)356.990,00	(-)3.663.398,22	14.058.698,42
Lucro do Período					1.612.463,02			1.612.463,02
Lucro Distribuído						(-)4.700.000,00		(-)4.700.000,00
Saldo Final em 31.12.2023	450.000,00	50.000,00	233.568,60	3.235.438,19	15.722.542,87	(-)5.056.990,00	(-)3.663.398,22	10.971.161,44

Notas

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D8.CD.8A.35.D8.B5.1E.36.BE.DB.59.A1.8D.A4.05.62.6D.AA.69.A5-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 1 de 1

000486

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUÇOES LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 06.129.907/0001-31
 Número de Ordem do Livro: 33
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

000487

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 14.412.380,95	R\$ 11.341.088,85
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 12.592.828,96	R\$ 10.474.770,04
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		R\$ 12.305.473,33	R\$ 1.070.900,67
CAIXA GERAL		R\$ 11.467.062,88	R\$ 147.558,43
CAIXA		R\$ 11.467.062,88	R\$ 147.558,43
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 688.410,45	R\$ 267.670,33
BANCO ITAÚ S/A C/C 30060-3		R\$ 574.713,40	R\$ 208.719,18
BANCO INTER		R\$ 113.697,05	R\$ 58.951,15
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 150.000,00	R\$ 655.671,91
BANCO ITAÚ S/A		R\$ 150.000,00	R\$ 655.671,91
CLIENTES		R\$ 287.355,63	R\$ 9.403.869,37
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 287.355,63	R\$ 9.403.869,37
CLIENTES A RECEBER		R\$ 287.355,63	R\$ 603.869,37
CLIENTES DIVERSOS		R\$ 0,00	R\$ 8.800.000,00
OUTROS CRÉDITOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SALÁRIO FAMILIA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
IMPOSTOS A RECUPERAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
IRRF A RECUPERAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL RETIDO A COMPENSAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COFINS RETIDO A COMPENSAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PIS RETIDO A COMPENSAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
INSS A COMPENSAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 1.819.551,99	R\$ 866.318,81
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R\$ 759.688,06	R\$ 0,00
EMPRÉSTIMOS A RECEBER		R\$ 759.688,06	R\$ 0,00
EMPRÉSTIMOS A RECEBER		R\$ 759.688,06	R\$ 0,00
INVESTIMENTOS		R\$ 427,00	R\$ 427,00
OUTROS INVESTIMENTOS		R\$ 427,00	R\$ 427,00
AÇÕES SICREDI		R\$ 427,00	R\$ 427,00
IMOBILIZADO		R\$ 1.059.436,93	R\$ 865.891,81
IMÓVEIS		R\$ 293.122,33	R\$ 293.122,33
TERRENOS		R\$ 251.568,60	R\$ 251.568,60
EDIFICAÇÕES		R\$ 41.553,73	R\$ 41.553,73
BENS EM OPERAÇÃO		R\$ 972.170,51	R\$ 972.170,51
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 5.789,30	R\$ 5.789,30
VEÍCULOS		R\$ 966.381,21	R\$ 966.381,21
(-) (-) DEPRECIACÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL.		R\$ (205.855,91)	R\$ (399.401,03)
(-) (-) EDIFICAÇÕES		R\$ (12.109,95)	R\$ (12.109,95)
(-) (-) MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (5.789,30)	R\$ (5.789,30)
(-) (-) VEÍCULOS		R\$ (187.956,66)	R\$ (381.501,78)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 14.412.380,95	R\$ 11.341.088,85
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 121.682,53	R\$ 137.927,41
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 64.423,59	R\$ 17.435,36
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R\$ 63.004,08	R\$ 17.435,36
ISS A RECOLHER		R\$ 1.443,17	R\$ 1.016,55
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R\$ 15.020,69	R\$ 6.200,03
PIS A RECOLHER		R\$ 4.535,79	R\$ 1.490,55
COFINS A RECOLHER		R\$ 20.934,41	R\$ 6.879,45
IRPJ A RECOLHER		R\$ 21.070,02	R\$ 1.848,78
TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER		R\$ 1.419,51	R\$ 0,00
IRRF A RECOLHER		R\$ 1.419,51	R\$ 0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA		R\$ 57.258,94	R\$ 120.492,05
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		R\$ 32.407,90	R\$ 42.753,77
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		R\$ 32.407,90	R\$ 42.753,77
INDENIZAÇÕES A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
FÉRIAS A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		R\$ 24.851,04	R\$ 77.738,28
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER		R\$ 51,96	R\$ 385,00
INSS A RECOLHER		R\$ 24.799,08	R\$ 69.824,45
FGTS A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 7.528,83
PENSAO ALIMENTICIA A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 232.000,00	R\$ 232.000,00
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		R\$ 232.000,00	R\$ 232.000,00
EMPRÉSTIMOS		R\$ 232.000,00	R\$ 232.000,00
EMPRÉSTIMO PESSOA FÍSICA		R\$ 232.000,00	R\$ 232.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 14.058.698,42	R\$ 10.971.161,44
CAPITAL SOCIAL		R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 450.000,00	R\$ 450.000,00
CAPITAL SOCIAL - FILIAL		R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
RESERVAS		R\$ 3.489.006,79	R\$ 3.489.006,79
RESERVAS DE CAPITAL		R\$ 233.568,60	R\$ 233.568,60
RESERVA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL		R\$ 233.568,60	R\$ 233.568,60
RESERVAS DE LUCROS		R\$ 3.235.438,19	R\$ 3.235.438,19
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR		R\$ 3.235.438,19	R\$ 3.235.438,19
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 10.089.691,63	R\$ 7.002.154,65
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 10.089.691,63	R\$ 7.002.154,65
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 14.110.079,85	R\$ 15.722.542,87
(-) (-) PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ (3.663.398,22)	R\$ (3.663.398,22)
RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LUCRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) (-) LUCROS DISTRIBUIDOS		R\$ (356.990,00)	R\$ (5.056.990,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D8.CD.8A.35.D8.B5.1E.36.BE.DB.59.A1.8D.A4.05.62.6D.AA.69.A5-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped
 Versão 10.2.0 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 06.129.907/0001-31
 Número de Ordem do Livro: 33
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ 8.377.137,13	R\$ 4.644.429,28
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS		R\$ 8.377.137,13	R\$ 4.644.429,28
(-) DEDUÇÕES		R\$ (609.528,68)	R\$ (324.696,55)
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (609.528,68)	R\$ (324.696,55)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 7.767.608,45	R\$ 4.319.732,73
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ (5.724.996,92)	R\$ (2.343.291,03)
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ (5.724.996,92)	R\$ (2.343.291,03)
(-) CUSTOS DIVERSOS		R\$ (4.878.144,90)	R\$ (1.543.212,44)
(-) SANEPAR		R\$ (155.538,89)	R\$ (147.166,89)
P.M. GUAPOREMA		R\$ (36.381,60)	R\$ 0,00
(-) P.M. RONDON		R\$ (130.503,11)	R\$ (27.852,64)
(-) P.M. DOURADINA		R\$ (38.478,42)	R\$ (38.465,44)
(-) P.M. ICARAIMA		R\$ (0,00)	R\$ (249.655,12)
P.M. ALTO PARAISO		R\$ (53.633,79)	R\$ 0,00
P.M. XAMBRÉ		R\$ (10.792,30)	R\$ 0,00
(-) P.M. CAFEZAL DO SUL		R\$ (164.177,82)	R\$ (162.622,15)
P.M. TAPEJARA		R\$ (68.934,43)	R\$ 0,00
(-) P.M. PEROBAL		R\$ (156.726,08)	R\$ (174.316,35)
P.M. SÃO TOME		R\$ (20.587,37)	R\$ 0,00
P.M. TAPIRA		R\$ (11.098,21)	R\$ 0,00
LUCRO BRUTO		R\$ 2.042.611,53	R\$ 1.976.441,70
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (371.635,29)	R\$ (379.689,72)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (371.635,29)	R\$ (379.689,72)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R\$ (5.703,73)	R\$ (295,46)
(-) CONTRIBUIÇÕES IMPOSTOS E TAXAS		R\$ (5.703,73)	R\$ (295,46)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (3.643,32)	R\$ (266,26)
(-) DESPESAS GERAIS		R\$ (3.643,32)	R\$ (266,26)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 12.165,52	R\$ 80,67
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 12.165,52	R\$ 80,67
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 3.219,89	R\$ 16.192,09
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 3.219,89	R\$ 16.192,09
RESULTADO OPERACIONAL		R\$ 1.677.014,60	R\$ 1.612.463,02
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		R\$ 1.677.014,60	R\$ 1.612.463,02
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ 1.677.014,60	R\$ 1.612.463,02

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D8.CD.8A.35.D8.B5.1E.36.BE.DB.59.A1.8D.A4.05.62.6D.AA.69.A5-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Discriminação	Valor
LUCROS/PREJUÍZOS	
Saldo Anterior de Lucros Acumulados	10.089.691,63
Ajustes Credores de Períodos-base Anteriores	0,00
Reversão de Reservas	0,00
Outros Recursos	0,00
Lucro Líquido do Ano	1.612.463,02
(-)Saldo Anterior de Prejuízo Acumulados	0,00
(-)Ajustes Devedores de Períodos-base Anteriores	0,00
(-)Prejuízo Líquido do Ano	0,00
TOTAL	11.702.154,65
DESTINAÇÕES	
Transferências para Reservas	0,00
Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados	(4.700.000,00)
Parcela dos Lucros Incorporados ao Capital	0,00
Outras Destinações	0,00
TOTAL	(4.700.000,00)
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	7.002.154,65



Documento assinado digitalmente

CLEBER RUIZ MARTINEZ

Data: 02/05/2024 09:38:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ASSINADO DIGITALMENTE
VALMIR RUIZ MARTINEZ

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



CLEBER RUIZ MARTINEZ
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 021.110.919-36

VALMIR RUIZ MARTINEZ
Reg. no CRC - PR sob o No. PR058155O4
CPF: 832.295.749-15

[Handwritten signatures]

000490

NOTAS EXPLICATIVAS

CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA Nº 1

R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, cadastrada no CNPJ sob o número 06.129.907/0001-31 constituída em 08/03/2004, tributada pelo Lucro Presumido com apuração trimestral, com ramo da atividade de Construção Civil (Edificações Residenciais, Industriais, Comerciais e de Serviços), Obras de Drenagens, Obras Rodoviárias, Terraplanagem, Pavimentação, Conservações Rotineiras de Rodovias, Obras de Conservação, Serviços de Química (Coleta de Amostra de Água, Coleta de Amostra de Esgoto, Análise Laboratorial de Água, Análise Laboratorial de Esgoto, Triagem de Água, Triagem de Esgoto e Outros Serviços Relacionados a Química), Comércio Varejista de Materiais Elétricos para Construção, Manutenção de Redes de Distribuição de Energia Elétrica, Execução de Projetos Elétricos, Montagens de Painéis do Comando, Execução de Redes Elétricas de Alta e Baixa Tensão, Montagem de Cabines Transformadoras, Comércio de Equipamentos de Segurança no Trabalho, Conservações Rotineiras de Rodovias, Serviços de Jardinagem em Geral, Serviços de Conservação e Manutenção, Serviços Hidráulicos em Geral, Prestação de Serviço em Obras em Geral, Sistema de Esgoto Sanitário, Sistema de Abastecimento de Água e Revenda de Tintas e Peças de Equipamentos de Pavimentação, Caminhão e Maquinários Pesados. Com sede no município de Umuarama – Paraná, Rua Projetada A, 1646, Parque Industrial III, CEP 87.507-135.

POLÍTICA CONTÁBIL E BASE DE PREPARAÇÃO

NOTA Nº 02

As **demonstrações contábeis** encerradas em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 (comparativas), aqui compreendidos: **Balanco Patrimonial**, **Demonstração do Resultado (DR)**, **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)** e **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)**, foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos da **Legislação Comercial, Lei n. 10.406/2002** e demais legislações aplicáveis.

NOTA Nº 03

A **Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)** foi suprimida conforme facultam os itens 3.18 e 3.19 da NBC TG 1000(R1).

NOTA Nº 04

O resultado foi apurado de acordo com o **regime de competência**, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

NOTA Nº 05

As **receitas e despesas de natureza financeira foram contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia** e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas aos títulos descontados ou ainda as relacionadas às operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear.

NOTA Nº 06

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levaram em conta as **características qualitativas e quantitativas** conforme determina a NBC TG 1000(R1): Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas com normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* adequadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

NOTA Nº 07

Os administrados da empresa optaram pela contratação de **contabilidade terceirizada**, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme

Reamo

NOTAS EXPLICATIVAS

000491

previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da empresa, declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da empresa, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. **A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005** que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto às documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda estas demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

NOTA Nº 08

As demonstrações contábeis incluem **estimativas e premissas**, tais como: mensuração de perdas estimadas; estimativas do valor justo; provisões; perdas por redução ao valor recuperável (*Impairment*) e a determinação da vida útil de determinados ativos. Neste quesito a responsabilidade profissional por tais estimativas são dos que efetivamente assinarem os respectivos laudos técnicos. Diante disso os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

NOTA Nº 09

As demonstrações contábeis estão apresentadas em **REAIS**, que é a moeda funcional da empresa. Assim os ativos, os passivos e os resultados apresentados nas demonstrações contábeis mesmo quando contratados em moeda estrangeira foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

TESTE DE RECUPERABILIDADE PARA ATIVOS (*IMPAIRMENT*)

NOTA Nº 10

A administração da empresa fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos levando em conta os **principais indicadores de desvalorização** e chegou à conclusão de que **todos os ativos se encontravam a valor recuperável** através da Venda ou do Uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos de *Impairment* conforme prevê a Seção nº 27 da NBC TG 1000(R1).

PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES.

NOTA Nº 11

Os **ativos** considerados **contingentes não foram reconhecidos** conforme previsto na Seção nº 21 da NBC TG 1000(R1) expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. **As provisões** quando constituídas encontram-se fortemente alicerçadas nas opiniões dos assessores jurídicos ou advogados, levando em conta a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. Assim, a administração considera que tais provisões são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. Mesmo que algum passivo esteja sendo discutido judicialmente, tal obrigação é mantida até o ganho definitivo quando não couberem mais recursos ou quando da sua prescrição.

AJUSTE A VALOR PRESENTE

NOTA Nº 12

O Ajuste a Valor Presente que tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as **operações de longo prazo**, ou de curto prazo quando relevantes, **para os ativos e para os passivos**. O AVP foi realizado no **reconhecimento inicial de cada operação** de longo prazo em base exponencial *pro rata*, registrado em conta retificadora para que os ativos e passivos possam refletir a realidade. **Os juros** foram sendo **reconhecidos como receitas, despesas ou custos com o transcorrer do tempo** na Demonstração do Resultado, ou como custo de ativo, através do **método da taxa efetiva de juros**.

Handwritten signature and initials in blue ink.

NOTAS EXPLICATIVAS

000492

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

NOTA Nº 13

A empresa **declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com o NBC TG 1000(R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. A administração da empresa também procedeu ao exame conceitual e concluiu que **a empresa não possui prestação pública de contas** e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação do previsto na Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

DETERMINAÇÃO DO RESULTADO

NOTA Nº 14

O resultado foi apurado em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 (comparativamente) e está em obediência ao **regime de competência**. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a legislação societária, conforme a Lei n. 10.406/2002 e demais legislações aplicáveis, especialmente a NBC TG 1000(R1).

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NOTA Nº 15

O Patrimônio Líquido é o valor dos ativos reconhecidos menos os passivos reconhecidos. O Capital Social está representado por 500.000 (quinhentos mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, dividido entre os sócios na seguinte proporção:

Cleber Ruiz Martinez com 99% que equivale R\$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais)

Jose Ruiz Martinez 1% que equivale R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

A empresa declara possui uma filial na cidade de Douradina - PR, situado à Jose Pereira Barbosa, 2485, Parque Industrial, CEP 87485-000, conforme registrado na Junta Comercial do Paraná sob o nº 4.190.126.440-1, por despacho em sessão de 28 de Fevereiro de 2012, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 06.129.907/0002-12. Para esta fica destacado uma parcela de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), do capital da matriz, para a formação de capital da filial.

EVENTO SUBSEQUENTE

NOTA Nº 16

A empresa declara que **não existem eventos subsequentes relevantes**.

Umuarama-Pr., 31 de Dezembro de 2023.



Documento assinado digitalmente
CLEBER RUIZ MARTINEZ
Data: 02/05/2024 09:26:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CLEBER RUIZ MARTINEZ
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 021.110.919-36



VALMIR RUIZ MARTINEZ
REG. CRC PR05815504
CPF: 832.295.749-15

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Empresa:
CNPJ:

R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA
06.129.907/0001-31

Folha: 0004
Número livro: 0033

NOTAS EXPLICATIVAS

000493




CAPACIDADE FINANCEIRA

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$	$\frac{10.474.770,04}{137.927,41 + 232.000,00}$	28,31
Liquidez corrente (LC) $LC = AC / PC$	$\frac{10.474.770,04}{137.927,41}$	75,94
Endividamento (E) $E = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)$	$\frac{137.927,41 + 232.000,00}{10.474.770,04 + 866.318,81}$	0,03
Solvência Geral (SG) $SG = AT / (PC + ELP)$	$\frac{11.341.088,85}{137.927,41 + 232.000,00}$	30,65

AC – ativo circulante;
AP – ativo permanente;
PC – passivo circulante;

RLP – realizável a longo prazo;
ELP – exigível a longo prazo;

Documento assinado digitalmente
gov.br CLEBER RUIZ MARTINEZ
Data: 09/05/2024 10:25:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ASSINADO DIGITALMENTE
VALMIR RUIZ MARTINEZ
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

RESPONSÁVEL LEGAL
Nome: Cleber Ruiz Martinez
RG. nº: 6.925.696-1 SSP/PR

CONTADOR
Nome: Valmir Ruiz Martinez
CPF nº: 832.295.749-15
CRC nº: PR 05815504

Boano

000495

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 10.3.2

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 41205188021	CNPJ 06.129.907/0001-31
NOME EMPRESARIAL R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2024 a 31/12/2024
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário	NÚMERO DO LIVRO 34
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 81.12.75.A0.1A.CC.25.44.06.17.3A.9B.E2.CE.91.76.43.A5.FA.AD	
ARQUIVOS SUBSTITUÍDOS (HASH)	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	77428048915	IRACEMA ALVES MARQUES:77428048915	523844627677285483 667171	20/09/2023 a 19/09/2026	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10596158000120	ESCRITORIO MILLENIUM DE CONTABILIDADE LTDA:10596158000120	930397464397624206 860629	06/03/2025 a 06/03/2026	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

81.12.75.A0.1A.CC.25.44.06.17.3A.9B.
E2.CE.91.76.43.A5.FA.AD-9

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 30/04/2025 às 15:06:48

62.E7.A4.6F.47.61.83.DC
1B.A0.FC.29.AC.66.D4.A0

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

000496

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024 CNPJ: 06.129.907/0001-31
Número de Ordem do Livro: 34

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA
NIRE	41205188021
CNPJ	06.129.907/0001-31
Número de Ordem	34
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	UMUARAMA
Data do arquivamento dos atos constitutivos	08/03/2004
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2024
Quantidade total de linhas do arquivo digital	28602

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	34
Quantidade total de linhas do arquivo digital	28602
Data de inicio	01/01/2024
Data de término	31/12/2024

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 81.12.75.A0.1A.CC.25.44.06.17.3A.9B.E2.CE.91.76.43.A5.FA.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.2 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Entidade: **R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA**

Período da Escrituração: **01/01/2024 a 31/12/2024**

CNPJ: **06.129.907/0001-31**

Número de Ordem do Livro: **34**

Período Selecionado: **01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024**

Histórico	CAPITAL SOCIAL (R\$)	CAPITAL SOCIAL - FILIAL (R\$)	RESERVA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL (R\$)	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR (R\$)	LUCROS ACUMULADOS (R\$)	(-) LUCROS DISTRIBUÍDOS (R\$)	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS (R\$)	Total (R\$)
Saldo Inicial em 01.01.2024	450.000,00	50.000,00	233.568,60	3.235.438,19	15.722.542,87	(-)5.056.990,00	(-)3.663.398,22	10.971.161,44
Lucro do Período					1.759.173,02			1.759.173,02
Lucro Distribuído						(-)330.000,00		(-)330.000,00
Prejuízo do exercício							(-)3.912.631,68	(-)3.912.631,68
Saldo Final em 31.12.2024	450.000,00	50.000,00	233.568,60	3.235.438,19	17.481.715,89	(-)5.386.990,00	(-)7.576.029,90	8.487.702,78
Notas								

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 81.12.75.A0.1A.CC.25.44.06.17.3A.9B.E2.CE.91.76.43.A5.FA.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.2 do Visualizador

Página 1 de 1

000497

BALANÇO PATRIMONIAL



000498

Entidade: R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024 CNPJ: 06.129.907/0001-31
 Número de Ordem do Livro: 34
 Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 11.341.088,85	R\$ 8.808.807,82
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 10.474.770,04	R\$ 8.134.754,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		R\$ 1.070.900,67	R\$ 1.863.722,17
CAIXA GERAL		R\$ 147.558,43	R\$ 84.717,44
CAIXA		R\$ 147.558,43	R\$ 84.717,44
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 267.670,33	R\$ 230.704,73
BANCO ITAÚ S/A C/C 30060-3		R\$ 208.719,18	R\$ 85.385,44
BANCO INTER		R\$ 58.951,15	R\$ 143.516,23
SICREDI - FILIAL		R\$ 0,00	R\$ 1.803,06
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 655.671,91	R\$ 1.248.300,00
BANCO ITAÚ S/A		R\$ 655.671,91	R\$ 150.000,00
SICREDI - APLICAÇÃO		R\$ 0,00	R\$ 1.198.300,00
CLIENTES		R\$ 9.403.869,37	R\$ 6.471.031,96
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 9.403.869,37	R\$ 6.471.031,96
CLIENTES A RECEBER		R\$ 603.869,37	R\$ 1.171.031,96
CLIENTES DIVERSOS		R\$ 8.800.000,00	R\$ 5.300.000,00
OUTROS CRÉDITOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SALARIO FAMILIA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SALARIO MATERNIDADE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
IMPOSTOS A RECUPERAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
IRRF A RECUPERAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL RETIDO A COMPENSAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COFINS RETIDO A COMPENSAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PIS RETIDO A COMPENSAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
INSS A COMPENSAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 866.318,81	R\$ 674.053,69
INVESTIMENTOS		R\$ 427,00	R\$ 1.707,00
OUTROS INVESTIMENTOS		R\$ 427,00	R\$ 1.707,00
AÇÕES SICREDI		R\$ 427,00	R\$ 1.707,00
IMOBILIZADO		R\$ 865.891,81	R\$ 672.346,69
IMÓVEIS		R\$ 293.122,33	R\$ 293.122,33
TERRENOS		R\$ 251.568,60	R\$ 251.568,60
EDIFICAÇÕES		R\$ 41.553,73	R\$ 41.553,73
BENS EM OPERAÇÃO		R\$ 972.170,51	R\$ 972.170,51
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 5.789,30	R\$ 5.789,30
VEÍCULOS		R\$ 966.381,21	R\$ 966.381,21
(-) (-) DEPRECIACÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL.		R\$ (399.401,03)	R\$ (592.946,15)
(-) (-) EDIFICAÇÕES		R\$ (12.109,95)	R\$ (12.109,95)
(-) (-) MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (5.789,30)	R\$ (5.789,30)
(-) (-) VEÍCULOS		R\$ (381.501,78)	R\$ (575.046,90)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 11.341.088,85	R\$ 8.808.807,82
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 137.927,41	R\$ 321.105,04
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 17.435,36	R\$ 151.401,85
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R\$ 17.435,36	R\$ 151.401,85
ISS A RECOLHER		R\$ 1.016,55	R\$ 0,00
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R\$ 6.200,03	R\$ 50.120,11
PIS A RECOLHER		R\$ 1.490,55	R\$ 12.189,32
COFINS A RECOLHER		R\$ 6.879,45	R\$ 56.258,40
IRPJ A RECOLHER		R\$ 1.848,78	R\$ 32.834,02
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA		R\$ 120.492,05	R\$ 169.703,19
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		R\$ 42.753,77	R\$ 81.185,04
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		R\$ 42.753,77	R\$ 81.185,04
INDENIZAÇÕES A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
FÉRIAS A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º SALARIO A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		R\$ 77.738,28	R\$ 88.518,15
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER		R\$ 385,00	R\$ 832,76
INSS A RECOLHER		R\$ 69.824,45	R\$ 67.964,22
FGTS A RECOLHER		R\$ 7.528,83	R\$ 19.721,17
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 232.000,00	R\$ 0,00
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		R\$ 232.000,00	R\$ 0,00
EMPRESTIMOS		R\$ 232.000,00	R\$ 0,00
EMPRÉSTIMO PESSOA FÍSICA		R\$ 232.000,00	R\$ 0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 10.971.161,44	R\$ 8.487.702,78
CAPITAL SOCIAL		R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 450.000,00	R\$ 450.000,00
CAPITAL SOCIAL - FILIAL		R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
RESERVAS		R\$ 3.469.006,79	R\$ 3.469.006,79
RESERVAS DE CAPITAL		R\$ 233.568,60	R\$ 233.568,60
RESERVA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL		R\$ 233.568,60	R\$ 233.568,60
RESERVAS DE LUCROS		R\$ 3.235.438,19	R\$ 3.235.438,19
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR		R\$ 3.235.438,19	R\$ 3.235.438,19
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 7.002.154,65	R\$ 4.518.695,99
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 7.002.154,65	R\$ 4.518.695,99
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 15.722.542,87	R\$ 17.481.715,89
(-) (-) PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ (3.663.398,22)	R\$ (7.576.029,90)
RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LUCRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) PREJUÍZO ACUMULADO DO EXERCÍCIO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) (-) LUCROS DISTRIBUÍDOS		R\$ (5.056.990,00)	R\$ (5.386.990,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 81.12.75.A0.1A.CC.25.44.06.17.3A.9B.E2.CE.91.76.43.A5.FA.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 10.3.2 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024 CNPJ: 06.129.907/0001-31
 Número de Ordem do Livro: 34
 Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ 4.644.429,28	R\$ 10.615.444,53
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS		R\$ 4.644.429,28	R\$ 10.615.444,53
(-) DEDUÇÕES		R\$ (324.696,55)	R\$ (704.443,51)
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (324.696,55)	R\$ (704.443,51)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 4.319.732,73	R\$ 9.911.001,02
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ (2.343.291,03)	R\$ (11.871.922,83)
(-) CUSTOS DIVERSOS		R\$ (1.543.212,44)	R\$ (10.554.584,16)
(-) SANEPAR		R\$ (147.166,89)	R\$ (754.169,35)
P.M. RONDON		R\$ (27.852,64)	R\$ 0,00
(-) P.M. DOURADINA		R\$ (38.465,44)	R\$ (130.426,12)
(-) P.M. ICARAIMA		R\$ (249.655,12)	R\$ (86.896,02)
(-) P.M. ALTO PARAISO		R\$ (0,00)	R\$ (30.189,26)
P.M. CAFEZAL DO SUL		R\$ (162.622,15)	R\$ 0,00
(-) P.M. PEROBAL		R\$ (174.316,35)	R\$ (107.807,41)
(-) P.M. MARIA HELENA		R\$ (0,00)	R\$ (84.333,92)
(-) P.M. INDIANOPOLIS		R\$ (0,00)	R\$ (28.195,91)
(-) P.M. IVATÉ		R\$ (0,00)	R\$ (10.125,30)
(-) P.M. TUNEIRAS		R\$ (0,00)	R\$ (85.195,38)
(-) LUCRO BRUTO		R\$ 1.976.441,70	R\$ (1.960.921,81)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (379.689,72)	R\$ (332.555,54)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (379.689,72)	R\$ (332.555,54)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R\$ (295,46)	R\$ (0,00)
CONTRIBUIÇÕES IMPOSTOS E TAXAS		R\$ (295,46)	R\$ 0,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (266,26)	R\$ (2.658,24)
(-) DESPESAS GERAIS		R\$ (266,26)	R\$ (2.658,24)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 80,67	R\$ 116.992,01
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 80,67	R\$ 116.992,01
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 16.192,09	R\$ 25.684,92
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 16.192,09	R\$ 25.684,92
(-) RESULTADO OPERACIONAL		R\$ 1.612.463,02	R\$ (2.153.458,66)
(-) RESULTADO ANTES DO IR E CSL		R\$ 1.612.463,02	R\$ (2.153.458,66)
(-) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		R\$ 1.612.463,02	R\$ (2.153.458,66)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 81.12.75.A0.1A.CC.25.44.06.17.3A.9B.E2.CE.91.76.43.A5.FA.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.2 do Visualizador

Página 1 de 1

[Handwritten signatures and marks]

NOTAS EXPLICATIVAS

000500

CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA Nº 1

R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, cadastrada no CNPJ sob o número 06.129.907/0001-31 constituída em 08/03/2004, tributada pelo Lucro Presumido com apuração trimestral, com ramo da atividade de Construção Civil (Edificações Residenciais, Industriais, Comerciais e de Serviços), Obras de Drenagens, Obras Rodoviárias, Terraplanagem, Pavimentação, Conservações Rotineiras de Rodovias, Obras de Conservação, Serviços de Química (Coleta de Amostra de Água, Coleta de Amostra de Esgoto, Análise Laboratorial de Água, Análise Laboratorial de Esgoto, Triagem de Água, Triagem de Esgoto e Outros Serviços Relacionados a Química), Comércio Varejista de Materiais Elétricos para Construção, Manutenção de Redes de Distribuição de Energia Elétrica, Execução de Projetos Elétricos, Montagens de Painéis do Comando, Execução de Redes Elétricas de Alta e Baixa Tensão, Montagem de Cabines Transformadoras, Comércio de Equipamentos de Segurança no Trabalho, Conservações Rotineiras de Rodovias, Serviços de Jardinagem em Geral, Serviços de Conservação e Manutenção, Serviços Hidráulicos em Geral, Prestação de Serviço em Obras em Geral, Sistema de Esgoto Sanitário, Sistema de Abastecimento de Água e Revenda de Tintas e Peças de Equipamentos de Pavimentação, Caminhão e Maquinários Pesados. Com sede no município de Umuarama – Paraná, Rua Projetada A, 1646, Parque Industrial III, CEP 87.507-135.

POLÍTICA CONTÁBIL E BASE DE PREPARAÇÃO

NOTA Nº 02

As **demonstrações contábeis** encerradas em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (comparativas), aqui compreendidos: **Balanco Patrimonial**, **Demonstração do Resultado (DR)**, **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)** e **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)**, foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos da **Legislação Comercial, Lei n. 10.406/2002** e demais legislações aplicáveis.

NOTA Nº 03

A **Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)** foi suprimida conforme facultam os itens 3.18 e 3.19 da NBC TG 1000(R1).

NOTA Nº 04

O resultado foi apurado de acordo com o **regime de competência**, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

NOTA Nº 05

As **receitas e despesas de natureza financeira foram contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia** e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas aos títulos descontados ou ainda as relacionadas às operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear.

NOTA Nº 06

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levaram em conta as **características qualitativas e quantitativas** conforme determina a NBC TG 1000(R1): Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas com normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* adequadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

NOTA Nº 07

Os administrados da empresa optaram pela contratação de **contabilidade terceirizada**, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da empresa, declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações

NOTAS EXPLICATIVAS

000501

refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da empresa, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. **A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005** que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto às documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda estas demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

NOTA Nº 08

As demonstrações contábeis incluem **estimativas e premissas**, tais como: mensuração de perdas estimadas; estimativas do valor justo; provisões; perdas por redução ao valor recuperável (*Impairment*) e a determinação da vida útil de determinados ativos. Neste quesito a responsabilidade profissional por tais estimativas são dos que efetivamente assinarem os respectivos laudos técnicos. Diante disso os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

NOTA Nº 09

As demonstrações contábeis estão apresentadas em **REAIS**, que é a moeda funcional da empresa. Assim os ativos, os passivos e os resultados apresentados nas demonstrações contábeis mesmo quando contratados em moeda estrangeira foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

TESTE DE RECUPERABILIDADE PARA ATIVOS (*IMPAIRMENT*)

NOTA Nº 10

A administração da empresa **fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos** levando em conta os **principais indicadores de desvalorização** e chegou à conclusão de que **todos os ativos se encontravam a valor recuperável** através da Venda ou do Uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos de *Impairment* conforme prevê a Seção nº 27 da NBC TG 1000(R1).

PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES.

NOTA Nº 11

Os **ativos** considerados **contingentes não foram reconhecidos** conforme previsto na Seção nº 21 da NBC TG 1000(R1) expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. **As provisões** quando constituídas encontram-se fortemente alicerçadas nas opiniões dos assessores jurídicos ou advogados, levando em conta a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. Assim, a administração considera que tais provisões são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. Mesmo que algum passivo esteja sendo discutido judicialmente, tal obrigação é mantida até o ganho definitivo quando não couberem mais recursos ou quando da sua prescrição.

AJUSTE A VALOR PRESENTE

NOTA Nº 12

O Ajuste a Valor Presente que tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as **operações de longo prazo**, ou de curto prazo quando relevantes, **para os ativos e para os passivos**. O AVP foi realizado no **reconhecimento inicial de cada operação** de longo prazo em base exponencial *pro rata*, registrado em conta retificadora para que os ativos e passivos possam refletir a realidade. **Os juros** foram sendo **reconhecidos como receitas, despesas ou custos com o transcorrer do tempo** na Demonstração do Resultado, ou como custo de ativo, através do **método da taxa efetiva de juros**.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

NOTAS EXPLICATIVAS

000502

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE
NOTA Nº 13

A empresa **declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com o NBC TG 1000(R1)** – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. A administração da empresa também procedeu ao exame conceitual e concluiu que **a empresa não possui prestação pública de contas** e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação do previsto na Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

DETERMINAÇÃO DO RESULTADO
NOTA Nº 14

O resultado foi apurado em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (comparativamente) e está em obediência ao **regime de competência**. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a legislação societária, conforme a Lei n. 10.406/2002 e demais legislações aplicáveis, especialmente a NBC TG 1000(R1).

PATRIMÔNIO LÍQUIDO
NOTA Nº 15

O Patrimônio Líquido é o valor dos ativos reconhecidos menos os passivos reconhecidos. O Capital Social está representado por 500.000 (quinhentos mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, dividido entre os sócios na seguinte proporção:

Cleber Ruiz Martinez com 99% que equivale R\$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais)

Jose Ruiz Martinez 1% que equivale R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

A empresa declara possui uma filial na cidade de Douradina - PR, situado à Jose Pereira Barbosa, 2485, Parque Industrial, CEP 87485-000, conforme registrado na Junta Comercial do Paraná sob o nº 4.190.126.440-1, por despacho em sessão de 28 de Fevereiro de 2012, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 06.129.907/0002-12. Para esta fica destacado uma parcela de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), do capital da matriz, para a formação de capital da filial.

EVENTO SUBSEQUENTE

NOTA Nº 16

A empresa declara que **não existem eventos subsequentes relevantes**.

Umuarama-Pr., 31 de Dezembro de 2024.



Documento assinado digitalmente
CLEBER RUIZ MARTINEZ
Data: 30/04/2025 15:54:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CLEBER RUIZ MARTINEZ
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 021.110.919-36



VALMIR RUIZ MARTINEZ
REG. CRC PR05815504
CPF: 832.295.749-15

Handwritten signature and initials



R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ nº. 06.129.907/0001-31
Inscrição Estadual nº. 904.37958-10
Fone: (44) 98823-2020
Rua A, nº 1646 – Parque Industrial III
CEP 87.507-135 – Umuarama – Paraná
E-mail: adm_rcm@hotmail.com

CAPACIDADE FINANCEIRA

000503

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$	8.134.754,13 321.105,04	25,33
Liquidez corrente (LC) $LC = AC / PC$	8.134.754,13 321.105,04	25,33
Endividamento (E) $E = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)$	321.105,04 8.134.754,13 + 674.053,69	0,03
Solvência Geral (SG) $SG = AT / (PC + ELP)$	8.808.807,82 321.105,04	27,43

AC – ativo circulante;
AP – ativo permanente;
PC – passivo circulante;

RLP – realizável a longo prazo;
ELP – exigível a longo prazo;

gov.br Documento assinado digitalmente
CLEBER RUIZ MARTINEZ
Data: 02/05/2025 09:29:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ASSINADO DIGITALMENTE
VALMIR RUIZ MARTINEZ
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

RESPONSÁVEL LEGAL
Nome: Cleber Ruiz Martinez
CPF. nº: 021.110.919-36
Sócio-gerente

CONTADOR
Nome: Valmir Ruiz Martinez
CPF nº: 832.295.749-15
CRC nº: PR 05815504



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.129.907/0001-31 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/03/2004
NOME EMPRESARIAL R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.20-4-00 - Construção de edifícios 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R PROJETADA A	NÚMERO 1646	COMPLEMENTO *****
CEP 87.507-135	BAIRRO/DISTRITO PARQUE INDUSTRIAL III	MUNICÍPIO UMUARAMA
		UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (44) 3623-1085	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **31/10/2025** às **15:18:39** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**RECEITA
ESTADUAL DO
PARANÁ**

000505

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90437958-10	06.129.907/0001-31	04/2008

Empresa / Estabelecimento	
Nome Empresarial	R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA
Título do Estabelecimento	
Endereço do Estabelecimento	RUA PROJETADA A, 1646 - PARQUE INDUSTRIAL III - CEP 87507-135 FONE: (44) 3624-0096
Município de Instalação	UMUARAMA - PR, DESDE 04/2008 (Estabelecimento Matriz)

Qualificação	
Situação Atual	ATIVO - REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1, DESDE 06/2018
Natureza Jurídica	206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4319-3/00 - SERVICOS DE PREPARACAO DO TERRENO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	3514-0/00 - DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA 4212-0/00 - CONSTRUCAO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS 4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM 4322-3/01 - INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS 4322-3/02 - INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO 4330-4/01 - IMPERMEABILIZACAO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL 4330-4/99 - OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO

Quadro Societário			
Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	021.110.919-36	CLEBER RUIZ MARTINEZ	SÓCIO-ADMINISTRADOR

Este CICAD tem validade até 08/01/2026.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br


 Estado do Paraná
 Secretaria de Estado da Fazenda
 Receita Estadual do Paraná
CAD/ICMS Nº 90437958-10
 Emitido Eletronicamente via Internet
09/12/2025 8:22:19
 Dados transmitidos de forma segura
 Tecnologia CELEPAR



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA
CNPJ: 06.129.907/0001-31

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:01:12 do dia 04/08/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/01/2026.

Código de controle da certidão: **0B3C.8F03.0FEF.EAB9**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

000507

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 037912884-83

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **06.129.907/0001-31**
Nome: **R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 27/01/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

000508



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Estado do Paraná
SECRETARIA DE FAZENDA
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Certidão Negativa de Débitos N° 47520 / 2025

CERTIFICAMOS, conforme requerido por **R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**, CPF/CNPJ nº 06.129.907/0001-31, para fins **LICITAÇÃO**, que **NÃO CONSTAM DÉBITOS** RELATIVOS A TRIBUTOS MUNICIPAIS (impostos, taxas, contribuição de melhoria e dívida ativa dos cadastros Mobiliários e Imobiliários), até a presente data em nome de **R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA EPP** CPF/CNPJ nº **06.129.907/0001-31**, situado(a) na cidade de Umuarama.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: **859735E38A589FF3E30CBFA40494CDAD**

A PRESENTE CERTIDÃO TERÁ VALIDADE ATÉ 13/01/2026

Umuarama, 15 de outubro de 2025

FUNCIÓNÁRIO: **WEB**

[Handwritten signatures in blue ink]

000509

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 06.129.907/0001-31
Razão Social: R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA
Endereço: R A 1646 / PARQUE INDUSTRIAL V / UMUARAMA / PR / 87507-135

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/12/2025 a 30/12/2025

Certificação Número: 2025120105021255719055

Informação obtida em 09/12/2025 08:23:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 06.129.907/0001-31
Certidão nº: 72356390/2025
Expedição: 27/11/2025, às 15:40:29
Validade: 26/05/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.129.907/0001-31**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 121973/2025

Validade: 31/03/2026

Razão social: RCM PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA		CNPJ: 06.129.907/0001-31
Num. Registro: 46457	Data do Registro: 09/04/2008	Capital Social: R\$ 500.000,00
Endereço: RUA PROJETADA A, 1646, CX POSTAL 237, PARQUE INDUSTRIAL III		CEP: 87507-135
Cidade: UMUARAMA-PR		
Nº da Alteração Contratual: 15	Data da última alteração: 25/02/2025	

Objetivo Social:

Construção civil (Edificações residenciais, industriais, comerciais e de serviços), obras de drenagens, obras rodoviárias, terraplanagem, pavimentação, conservações rotineiras de rodovias, obras de conservação, serviços de química (coleta de amostra de água, coleta de amostra de esgoto, análise laboratorial de água, análise laboratorial de esgoto, triagem de água, triagem de esgoto e outros serviços relacionados a Química), comércio varejista de materiais elétricos para construção, manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, execução de projetos elétricos, montagens de painéis do comando, execução de redes elétricas de alta e baixa tensão, montagem de cabines transformadoras, comércio de equipamentos de segurança no trabalho, conservações rotineiras de rodovias, serviços de jardinagem em geral, serviços de conservação e manutenção, serviços hidráulicos em geral, prestação de serviço em obras em geral, sistema de esgoto sanitário, sistema de abastecimento de água e revenda de tintas e peças de equipamentos de pavimentação, caminhão e maquinários pesados.

Restrição de atividade:

Ramo de atividade restrito as atribuições dos profissionais Responsáveis Técnicos.

Encontra-se quite com o exercício 2025

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Filial(is):

1 - CNPJ: 06129907000212

Situação: Restrição

Endereço: RUA JOSÉ PEREIRA BARBOSA, 2485

Bairro: PARQUE INDUSTRIAL

Cidade: DOURADINA-PR

CEP: 87485000

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 06.129.907/0001-31**NOME CIVIL: ALAOR THIAGO MORI**

Carteira: PR-184825/D - Data de expedição: 12/02/2020

Desde 22/05/2024 - Carga horária: 1h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO MECANICO - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRO MECANICO - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 12º

TÍTULO: ENGENHEIRO MECANICO - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 1.073/2016 - Art. 5º

TÍTULO: ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 359/1991 - Art. 4º

TÍTULO: ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 1.073/2016 - Art. 5º


NOME CIVIL: ALESSANDRO MONTEIRO DA SILVA

Carteira: PR-31857/D - Data de expedição: 31/08/1998

Desde 09/04/2008 - Carga horária: 4h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Obs.: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 359/1991 - Art. 4º

Anotações:

1. Ao profissional em questão foi apostilado em 22/08/2001 o curso de Engenharia de Segurança do Trabalho.

NOME CIVIL: ARTHUR FURLAN SOSSAI

Carteira: PR-145926/D - Data de expedição: 16/04/2015

Desde 11/10/2019 - Carga horária: 4h

Desde 22/05/2015 até 08/06/2015 - Carga horária: 20h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Obs.: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

NOME CIVIL: CLEBER RUIZ MARTINEZ

Carteira: PR-198037/D - Data de expedição: 10/09/2021

Desde 22/09/2021 - Carga horária: 2h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

Obs.: Atribuições concedidas pelo Crea-MG.

NOME CIVIL: HUGO DE ASSIS GONZAGA

Carteira: MG-61736/D - Data de expedição: 14/08/1995

Desde 14/01/2008 - Carga horária: 4h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º



TÍTULO: ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 359/1991 - Art. 4º

Anotações:

1. Ao profissional em questão foi apostilado em 18/03/2002, o Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, expedido em 23/03/2001 pela Universidade Estadual de Londrina.

Responsáveis técnicos pela Filial - CNPJ: 06.129.907/0002-12

NOME CIVIL: ARTHUR FURLAN SOSSAI

Carteira: PR-145926/D - Data de expedição: 16/04/2015

Desde 23/06/2015 - Carga horária: 20h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Obs.: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 297459/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 27/10/2025 16:06:50

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço N.º 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



Certidão de Registro Profissional e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 82398/2025

Validade: 13/01/2026

Nome civil:
ALESSANDRO MONTEIRO DA SILVA

CPF:
884.741.869-00

Carteira - CREA-PR Nº:
PR-31857/D

Documento de Identidade:
4.961.920-0

Registro Nacional:
1700795457

Órgão emissor:
PR/PR

Registrado(a) desde:
31/08/1998

Filiação:
PAI: CLOVIS SOARES DA SILVA
MÃE: MARIA APARECIDA M. DA SILVA

Naturalidade:
UMUARAMA/PR

Encontra-se quite com o exercício 2025.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS

Título: ENGENHEIRO CIVIL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Data da Colação de Grau: 23/08/1997 - Diplomação: 25/08/1997

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Obs.: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933

Título: ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Data da Colação de Grau: 31/05/2001 - Diplomação: 31/05/2001

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 359/1991 - Art. 4º de 31/07/1991

ANOTAÇÕES

1. Ao profissional em questão foi apostilado em 22/08/2001 o curso de Engenharia de Segurança do Trabalho.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

R C M INFRAESTRUTURA E CONSTRUCÇÕES LTDA

CNPJ: 04375328000143

Desde: 05/02/2002 Carga Horária: 4h

RCM PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 06129907000131

Desde: 09/04/2008 Carga Horária: 4h

**Certidão de Registro Profissional e Negativa de Débitos**

OPHICINA ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

CNPJ: 43730380000122

Desde: 19/04/2022 Carga Horária: 3h

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 209038/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 17/07/2025 13:36:02

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço N° 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 82399/2025

Validade: 13/01/2026

Nome civil:
 ARTHUR FURLAN SOSSAI

CPF:
 076.157.419-04

Carteira - CREA-PR N°:
 PR-145926/D

Documento de Identidade:
 10.445.202-7

Registro Nacional:
 1714287807

Órgão emissor:
 SESP/PR/PR

Registrado(a) desde:
 16/04/2015

Filiação:
 PAI: PLINIO SOSSAI
 MÃE: CELIA TEREZINHA FURLAN SOSSAI

Naturalidade:
 DOURADINA/PR

Encontra-se quite com o exercício 2025.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS
Título: ENGENHEIRO CIVIL

UNIVERSIDADE PARANAENSE

Data da Colação de Grau: 15/01/2015 - Diplomação: 16/01/2015

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Obs.: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

RCM PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 06129907000212

Desde: 23/06/2015 Carga Horária: 20h

R C M INFRAESTRUTURA E CONSTRUCÕES LTDA

CNPJ: 04375328000143

Desde: 12/04/2017 Carga Horária: 2h

RCM PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 06129907000131

Desde: 11/10/2019 Carga Horária: 4h

Para fins de: Licitações



Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 209043/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 17/07/2025 13:36:40

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 82397/2025

Validade: 13/01/2026

Nome civil:
 CLEBER RUIZ MARTINEZ

CPF:
 021.110.919-36

Carteira - CREA-PR Nº:
 PR-198037/D

Documento de Identidade:
 02247440073

Registro Nacional:
 1720410518

Órgão emissor:
 DETRAN-PR/PR

Registrado(a) desde:
 10/09/2021

Filiação:
 PAI: JOSE RUIZ MARTINEZ
 MÃE: LENITA DE OLIVEIRA RUIZ

Naturalidade:
 UMUARAMA/PR

Encontra-se quite com o exercício 2025.
 Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS
Título: ENGENHEIRO CIVIL

UNIVERSIDADE DE UBERABA

Data da Colação de Grau: 13/08/2021 - Diplomação: 30/08/2021

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973

Obs.: Atribuições concedidas pelo Crea-MG.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

INDUSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMUARAMA LTDA

CNPJ: 10801453000170

Desde: 22/09/2021 Carga Horária: 2h

R C M INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 04375328000143

Desde: 22/09/2021 Carga Horária: 2h

RCM PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 06129907000131

Desde: 22/09/2021 Carga Horária: 2h

Para fins de: Licitações



Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 209037/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 17/07/2025 13:35:20

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 82401/2025

Validade: 13/01/2026

Nome civil:
 HUGO DE ASSIS GONZAGA

CPF:
 809.031.426-00

Carteira - CREA-PR N°:
 MG-61736/D

Documento de Identidade:
 M-3.501.106

Registro Nacional:
 1401326293

Órgão emissor:
 SSP MG/MG

Registrado(a) desde:
 14/08/1995

Filiação:
 PAI: MAURICIO VIANNA GONZAGA E REGINA
 MÃE: REGINA EMILIA DE ASSIS GONZAGA

Naturalidade:
 BELO HORIZONTE/MG

Encontra-se quite com o exercício 2025.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS
Título: ENGENHEIRO CIVIL

ESCOLA DE ENGENHARIA KENNEDY

Data da Colação de Grau: - Diplomação: 02/12/1994

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973

Título: ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Data da Colação de Grau: 23/03/2001 - Diplomação: 23/03/2001

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 359/1991 - Art. 4º de 31/07/1991

ANOTAÇÕES

1. Ao profissional em questão foi apostilado em 18/03/2002, o Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, expedido em 23/03/2001 pela Universidade Estadual de Londrina.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

RCM PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 06129907000131

Desde: 14/01/2008 Carga Horária: 4h

INDUSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMUARAMA LTDA

CNPJ: 10801453000170

Desde: 03/08/2009 Carga Horária: 4h

R C M INFRAESTRUTURA E CONSTRUCÕES LTDA

CNPJ: 04375328000143

Desde: 19/01/2011 Carga Horária: 20h



MACANEIRO & GONZAGA LTDA

CNPJ: 17155411000159

Desde: 19/04/2018 Carga Horária: 1h

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 209044/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 17/07/2025 13:37:11

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço N° 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ nº 06.129.907/0001-31
Inscrição Estadual nº. 90437958-10
Fone: (44) 98823-2020
Rua A, nº 1646 – Parque Industrial III
CEP 87.507-135 – Umuarama – Paraná
E-mail: adm_rcm@hotmail.com

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA

000522

À
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025

A empresa **R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**, CNPJ 06.129.907/0001-31, neste ato representada por Sr. Cleber Ruiz Martinez, sócio-gerente. Declara, para fins de participação nessa licitação, pleno conhecimento das condições locais e peculiares inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo de preços.

Umuarama-PR, 11 de dezembro de 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br **CLEBER RUIZ MARTINEZ**
Data: 09/12/2025 10:55:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cleber Ruiz Martinez
CPF 021.110.919-36
CREA PR 198037/D
Sócio Gerente

Documento assinado digitalmente
gov.br **ALESSANDRO MONTEIRO DA SILVA**
Data: 09/12/2025 10:59:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alessandro Monteiro da Silva
CPF 884.741.869-00
CREA PR 31857/D
Engenheiro Civil



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Certidão de Acervo
Técnico

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

2758/2019

Número da ART: **20184031064** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 06/09/2018 Baixada em: 18/09/2018 Forma de registro:
Substituição Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUÇOES LTDA - EPP**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ** CNPJ: **76.404.136/0001-29**

Rua: **AVENIDA MARILIA** Nº: 1920

Complemento: Bairro: **CENTRO**

Cidade: **MARILUZ** UF: **PR** CEP: **87470-000**

Contrato: 67/2016 celebrado em 27/06/2016 Vinculado a ART: 20162657430

Valor do contrato: R\$ 1.191.514,44 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Dimensão: 890,73 Unidade de Medida: M2

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: **RUA PRESIDENTE FLORIANO PEIXOTO** Nº: SN

Complemento: QD: 186 LT: 11/12/13 Bairro: **CENTRO**

Cidade: **MARILUZ**

UF: **PR**

CEP: **87470-000**

Coordenadas Geográficas:

Data de início: 27/06/2016 Conclusão efetiva: 22/02/2017

Finalidade: **Outro**

Proprietário:

CPF:

Atividade Técnica: Tipo de Contrato: **EMPREITADA**, Atividade Técnica: **EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO**,
Área de Competência: **SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA MODALIDADE CIVIL**, Tipo de Obra/Serviço: **OUTRAS**
OBRAS/SERVIÇOS, Serviço Contratado: **EXECUÇÃO**

Observações:

CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PRÓ-INFÂNCIA PROJETO II, COM UMA ÁREA TOTAL DE 890,73 M²

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança A 060806, A 060807, A 060808, A 060809, o atestado expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2758/2019

27/04/2022 12:51

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço <https://www.crea-pr.org.br>, informando o número do protocolo: 204747/2019.

A CAT é válida em todo território nacional.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ 76.404.136/0001-29
ESTADO DO PARANÁ

000524

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ, com sede nesta Cidade de Mariluz, Estado Paraná, sito à Av. Marília, 1920, inscrita no CNPJ n.º 76.404.136/0001-29. **ATESTAMOS** para os devidos fins de direitos, que fizeram necessários, que a empresa **RCM PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**, com sede na Cidade de Umuarama, Estado Paraná, situada à Rua Projetada A, 1646, Parque Industrial III, inscrita no CNPJ n.º 06.129.907/0001-31 e o Engenheiro Civil **ALESSANDRO MONTEIRO DA SILVA**, inscrito no CREA sob o n.º PR-31.857/D; executou com plena qualidade os serviços discriminados abaixo:

DISCRIMINAÇÃO TÉCNICA	
EXECUTORA:	RCM PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ CONT.	06.129.907/0001-31
ENG. EXEC.	ALESSANDRO MONTEIRO DA SILVA – ENGENHEIRO CIVIL - CREA: PR-31.857/D
ART	20184031064
ENDEREÇO	RUA PRESIDENTE FLORIANO PEIXOTO, S/N;
ÁREA	890,73 m ²
DATA INÍCIO	27/06/2016
DATA CONCLUSÃO	22/02/2017

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS		
EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA PRÓ INFÂNCIA PROJETO II, COM ÁREA TOTAL DE 890,73M²		
SERVICOS PRELIMINARES		
1.1 PLACA DA OBRA PADRAO GOVERNO FEDERAL	M2	6,00
1.2 INSTALACAO PROVISORIA DE AGUA	UNIDADE	1,00
1.3 INSTALACAO PROVISORIA DE ENERGIA ELETRICA EM BAIXA TENSAO	UNIDADE	1,00
1.4 INSTALACOES PROVISORIAS DE ESGOTO	UNIDADE	1,00
1.5 BARRACOES PROVISORIOS (DEPOSITO, ESCRITORIO, VESTIARIO E REFEITORIO) COM PISO CIMENTADO	M2	40,00
1.6 LOCACAO DA OBRA (EXECUCAO DE GABARITO)	M2	890,73
1.7 SONDAGEM DO TERRENO (UM FURO DE 7M A CADA 200 MÂ ²)	M	35,00
1.8 TAPUME DE CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, 6MM (35X2,00M, FRENTE DO TERRENO)	M2	70,00
MOVIMENTO DE TERRAS PARA FUNDACOES		
2.1 EDIFICACAO		

CREA-PR

O SELO DE AUTENCIDADE FOI
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto n.º 100/2020 CNJ - artigo 22.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ 76.404.136/0001-29
ESTADO DO PARANÁ

000525

2.1.1 ATERRO APILOADO EM CAMADAS DE 0,20 M COM MATERIAL ARGILLO ARENOSO (ENTRE BALDRAMES)	M3	172,35
2.1.2 ESCAVACAO MANUAL DE VALAS EM QUALQUER TERRENO EXCETO ROCHA ATE H=1,50 M	M3	97,64
2.1.3 REGULARIZACAO E COMPACTACAO DO FUNDO DE VALAS	M2	193,93
2.1.4 REATERRO APILOADO DE VALA COM MATERIAL DA OBRA	M3	66,59
MURETA		
2.2.1 ESCAVACAO MANUAL DE VALAS EM QUALQUER TERRENO EXCETO ROCHA ATE H=1,50 M	M3	15,62
2.2.2 REGULARIZACAO E COMPACTACAO DO FUNDO DE VALAS	M2	27,71
2.2.3 REATERRO APILOADO DE VALA COM MATERIAL DA OBRA	M3	9,20
CASTELO D'AGUA		
2.3.1 ESCAVACAO MANUAL DE VALAS EM QUALQUER TERRENO EXCETO ROCHA ATE H=1,50 M	M3	5,78
2.3.2 REGULARIZACAO E COMPACTACAO DO FUNDO DE VALAS	M2	12,96
2.3.3 REATERRO APILOADO DE VALA COM MATERIAL DA OBRA	M3	1,06
FUNDACOES		
CONCRETO ARMADO PARA FUNDACOES SAPATAS		
3.1.1 LASTRO DE CONCRETO MAGRO (E=3,0 CM) PREPARO MECANICO	M2	73,56
3.1.2 FORMA DE MADEIRA COMUM PARA FUNDACOES REAPROVEITAMENTO 10X	M2	149,56
3.1.3 ARMACAO ACO CA 50, DIAM. 6,3 (1/4) A 12,5MM(1/2) FORNECIMENTO/CORTE PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	920,18
3.1.4 ARMACAO DE ACO CA 60 DIAM. 3,4 A 6,0MM FORNECIMENTO/CORTE PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	130,09
3.1.5 CONCRETO PARA FUNDACAO FCK=25MPA, INCLUINDO PREPARO, LANCAMENTO, ADENSAMENTO.	M3	16,60
CONCRETO ARMADO PARA FUNDACOES VIGAS BALDRAMES		
3.2.1 FORMA DE MADEIRA COMUM PARA FUNDACOES REAPROVEITAMENTO 10X	M2	453,6
3.2.2 ARMACAO ACO CA 50, DIAM. 6,3 (1/4) A 12,5MM(1/2) FORNECIMENTO/CORTE PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	795,73

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto n° 100/2020 CNJ - artigo 22.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ 000526
CNPJ 76.404.136/0001-29
ESTADO DO PARANÁ

3.2.3 ARMACAO DE ACO CA 60 DIAM. 3,4 A 6,0MM FORNECIMENTO/CORTE PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	358,45
3.2.4 CONCRETO PARA FUNDACAO FCK=25MPA, INCLUINDO PREPARO, LANCAMENTO, ADENSAMENTO.	M3	26,73
FUNDACAO DO CASTELO D'AGUA		
3.3.1 ESTACA A TRADO (BROCA) D=30 CM COM CONCRETO FCK=15 MPA (SEM ARMACAO) 7 M	M	56
3.3.2 CORTE E REPARO EM CABECA DE ESTACA	UNIDADE	12,00
3.3.3 LASTRO DE CONCRETO MAGRO, E=3,0 CM REPARO MECANICO	M2	12,96
3.3.4 FORMA DE MADEIRA COMUM PARA FUNDACOES REAPROVEITAMENTO 10X	M2	7,20
3.3.5 ARMACAO ACO CA 50, PARA 1,0 M ³ DE CONCRETO	UNIDADE	6,48
3.3.6 CONCRETO FCK=25MPA, INCLUINDO PREPARO, LANCAMENTO E ADENSAMENTO.	M3	4,71
MURETA BLOCOS		
3.4.1 ESTACA A TRADO (BROCA) D=30 CM COM CONCRETO FCK=15 MPA (SEM ARMACAO) 7 M	M	77,00
3.4.2 LASTRO DE CONCRETO MAGRO, E=3,0 CM PREPARO MECANICO	M2	10,87
3.4.3 FORMA DE MADEIRA COMUM PARA FUNDACOES REAPROVEITAMENTO 5X	M2	29,01
3.4.4 ARMACAO ACO CA 50, DIAM. 6,3 (1/4) A 12,5MM(1/2) FORNECIMENTO/CORTE PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	50,27
3.4.5 ARMACAO DE ACO CA 60 DIAM. 3,4 A 6,0MM FORNECIMENTO/CORTE PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	53,27
3.4.6 CONCRETO PARA FUNDACAO FCK=25MPA, INCLUINDO PREPARO, LANCAMENTO, ADENSAMENTO.	M3	3,010
MURETA VIGAS BALDRAME		
3.5.1 FORMA DE MADEIRA COMUM PARA FUNDACOES REAPROVEITAMENTO 10X	M2	48,85
3.5.2 ARMACAO ACO CA 50, DIAM. 6,3 (1/4) A 12,5MM(1/2) FORNECIMENTO/CORTE PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	107,82
3.5.3 ARMACAO DE ACO CA 60 DIAM. 3,4 A 6,0MM FORNECIMENTO/CORTE PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	49,18
3.5.4 CONCRETO PARA FUNDACAO FCK=25MPA, INCLUINDO PREPARO, LANCAMENTO, ADENSAMENTO.	M3	2,60
SUPERESTRUTURA		

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provedor n° 100/2020 CNJ - artigo 22.

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ**

000527

CNPJ 76.404.136/0001-29**ESTADO DO PARANÁ**

CONCRETO ARMADO PILARES		
4.1.1 FORMA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA PILARES	M2	288,23
4.1.2 ARMACAO ACO CA 50, DIAM. 6,3 (1/4) A 12,5MM(1/2) FORNECIMENTO/CORTE PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	1000,18
4.1.3 ARMACAO DE ACO CA 60 DIAM. 3,4 A 6,0MM FORNECIMENTO/CORTE PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	383,73
4.1.4 CONCRETO BOMBEADO FCK=25MPA, INCLUINDO PREPARO, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO.	M3	15,73
CONCRETO ARMADO VIGAS		
4.2.1 FORMA MADEIRA COMP. PLASTIFICADA 12MM P/ ESTRUTURA CORTE/ MONTAGEM/ ESCORAMENTO/ DESFORMA VIGAS	M2	450,43
4.2.2 ARMACAO ACO CA 50, DIAM. 6,3 (1/4) A 12,5MM(1/2) FORNECIMENTO/CORTE PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	695,27
4.2.3 ARMACAO DE ACO CA 60 DIAM. 3,4 A 6,0MM FORNECIMENTO/CORTE PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	374,55
4.2.4 CONCRETO BOMBEADO FCK=25MPA, INCLUINDO PREPARO, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO.	M3	27,10
CONCRETO ARMADO PARA VERGAS		
4.3.1 VERGA E CONTRAVERGAS PRE MOLDADA EM CONCRETO ARMADO FCK 15MPA 10X10CM, CONFORME PROJETO.	M	142,10
CONCRETO ARMADO MURETA PILARES		
4.4.1 FORMA MADEIRA COMP. PLASTIFICADA 12MM P/ ESTRUTURA CORTE/ MONTAGEM/ ESCORAMENTO/ DESFORMA	M2	23,53
4.4.2 ARMACAO ACO CA 50, DIAM. 6,3 (1/4) A 12,5MM(1/2) FORNECIMENTO/CORTE PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	68,18
4.4.3 ARMACAO DE ACO CA 60 DIAM. 3,4 A 6,0MM FORNECIMENTO/CORTE PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	28,36
4.4.4 CONCRETO BOMBEADO FCK=25MPA, INCLUINDO PREPARO, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO.	M3	1,090
SISTEMA DE VEDACAO VERTICAL INTERNO E EXTERNO (PAREDES)		
ELEMENTOS VAZADOS		

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provedor n° 100/2020 CNJ - artigo 22.

CREA-PR

O SELLO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ 76.404.136/0001-29
ESTADO DO PARANÁ

000528

5.1.1 COBOGO DE CONCRETO (ELEMENTO VAZADO) (6X40X40CM) ASSENTADO COM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO, AREIA)	M2	5,14
ALVENARIA DE VEDACAO		
5.2.1 ALVENARIA DE VEDACAO DE 1/2 VEZ EM TIJOLOS CERAMICOS (DIMENSOES NOMINAIS: 39X19X09). ASSENTAMENTO EM ARGAMASSA NO TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA) PARA PAREDE INTERNA	M2	572,63
5.2.2 ALVENARIA DE VEDACAO DE 1 VEZ EM TIJOLOS CERAMICOS DE 08 FUROS (DIMENSOES NOMINAIS: 19X19X09). ASSENTAMENTO EM ARGAMASSA NO TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	M2	12,34
5.2.3 ALVENARIA DE VEDACAO HORIZONTAL EM TIJOLOS CERAMICOS DIMENSOES NOMINAIS: 14X19X39. ASSENTAMENTO EM ARGAMASSA NO TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA) PARA PAREDE EXTERNA	M2	460,66
5.2.4 ENCUNHAMENTO (APERTO DE ALVENARIA) EM TIJOLO CERAMICOS MACICOS 5X10X20CM 1 VEZ (ESP. 20CM), ASSENTAMENTO C/ ARGAMASSA TRACO1:6 (CIMENTO E AREIA)	M	35,02
5.2.5 DIVISORIA DE BANHEIROS E SANITARIOS EM GRANITO COM ESPESSURA DE 2CM POLIDO ASSENTADO COM ARGAMASSA TRACO 1:4	M2	11,32
ALVENARIA DA MURETA		
5.3.1 ALVENARIA DE VEDACAO DE 1/2 VEZ EM TIJOLOS CERAMICOS DE 08 FUROS (DIMENSOES NOMINAIS: 39X19X09). ASSENTAMENTO EM ARGAMASSA NO TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	M2	33,93
ESQUADRIAS		
PORTAS DE MADEIRA		
6.1.1 PORTA DE MADEIRA PM1 70X210, FOLHA LISA COM CHAPA METALICA, INCLUSO FERRAGENS, CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS	UNIDADE	6,00
6.1.2 PORTA DE MADEIRA PM2 80X210, COM VENEZIANA, INCLUSO FERRAGENS, CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS	UNIDADE	3,00
6.1.3 PORTA DE MADEIRA PM3 80X210, BARRA E CHAPA METALICA, INCLUSO FERRAGENS, CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS	UNIDADE	3,00
6.1.4 PORTA DE MADEIRA PM4 80X210, FOLHA LISA COM CHAPA METALICA, INCLUSO FERRAGENS, CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS	UNIDADE	6,00

[Handwritten signature]

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.

[Handwritten signature]

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00. CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ 76.404.136/0001-29
ESTADO DO PARANÁ

000529

6.1.5 PORTA DE MADEIRA PM5 80X210, COM BARRA E CHAPA METALICA E VISOR, INCLUSO FERRAGENS, CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS	UNIDADE	5,00
6.1.6 PORTA DE COMPESANDO DE MADEIRA PM6 60X100, FOLHA LISA REVESTIDA COM LAMINADO MELAMINICO, INCLUSO FERRAGENS, CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS	UNIDADE	8,00
6.1.7 CHAPA METALICA (ALUMINIO) 0,8*0,5X 1MM PARA AS PORTAS FORNECIMENTO E INSTALACAO	M2	15,40
FERRAGENS E ACESSORIOS		
6.2.1 FECHADURA DE EMBUTIR COMPLETA, PARA PORTAS INTERNAS	UNIDADE	31,00
PORTAS EM ALUMINIO		
6.3.1 PORTA DE ABRIR PA1 100X210 EM CHAPA DE ALUMINIO E VENEZIANA CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS, INCLUSIVE FERRAGENS	M2	2,10
6.3.2 PORTA DE ABRIR PA2 80X210 EM CHAPA DE ALUMINIO COM VENEZIANA CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS, INCLUSIVE FERRAGENS	M2	1,68
6.3.3 PORTA DE ABRIR PA3 160X210 EM CHAPA DE ALUMINIO COM VENEZIANA CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS, INCLUSIVE FERRAGENS	M2	3,36
6.3.4 PORTA DE CORRER DE VIDRO PA4 450X210 CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS, INCLUSIVE FERRAGENS	M2	66,15
6.3.5 PORTA DE ABRIR PA5 120X185 CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS, INCLUSIVE FERRAGENS	M2	2,22
PORTAS DE VIDRO PV		
6.4.1 PORTA DE VIDRO TEMPERADO PV1 175X230, COM FERRAGENS, INCLUSIVE VIDRO, CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS	UNIDADE	1,00
JANELAS DE ALUMINIO JA		
6.5.1 JANELA DE ALUMINIO JA 01, 70X125, COMPLETA CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS GUILHOTINA	M2	0,88
6.5.2 JANELA DE ALUMINIO JA 02, 110X195, COMPLETA CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS GUILHOTINA	M2	2,15
6.5.3 VIDRO FIXO JA 03, 140X115, COMPLETA CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS	M2	1,61
6.5.4 JANELA DE ALUMINIO JA 04, 140X195, COMPLETA CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS GUILHOTINA	M2	2,73
6.5.5 JANELA DE ALUMINIO JA 06, 210X50, COMPLETA CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS MAXIM AR INCLUSO VIDRO LISO INCOLOR, ESPESSURA 6MM	M2	1,05

Handwritten signature

CREA-PR
O SELO DE AUTENCIDADE FOI
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.

Handwritten signature

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provedor n° 100/2020 CNJ - artigo 22.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ**

000530

CNPJ 76.404.136/0001-29**ESTADO DO PARANÁ**

6.5.6 JANELA DE ALUMINIO JA 07, 210X75, COMPLETA CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS MAXIM AR INCLUSO VIDRO LISO INCOLOR, ESPESSURA 6MM	M2	12,60
6.5.7 JANELA DE ALUMINIO JA 08, 210X100, COMPLETA CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS MAXIM AR INCLUSO VIDRO LISO INCOLOR, ESPESSURA 6MM	M2	8,40
6.5.8 JANELA DE ALUMINIO JA 09, 210X150, COMPLETA CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS MAXIM AR INCLUSO VIDRO LISO INCOLOR, ESPESSURA 6MM	M2	6,30
6.5.9 JANELA DE ALUMINIO JA 10, 70*75, COMPLETA CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS MAXIM AR INCLUSO VIDRO LISO INCOLOR, ESPESSURA 6MM	M2	1,05
6.5.10 JANELA DE ALUMINIO JA 11, 140X75, COMPLETA CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS MAXIM AR INCLUSO VIDRO LISO INCOLOR, ESPESSURA 6MM	M2	5,25
6.5.11 JANELA DE ALUMINIO JA 12, 420X50, COMPLETA CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS MAXIM AR INCLUSO VIDRO LISO INCOLOR, ESPESSURA 6MM	M2	4,20
6.5.12 JANELA DE ALUMINIO JA 13, 560X100, COMPLETA CONFORME PROJETO DE ESQUADRIAS MAXIM AR INCLUSO VIDRO LISO INCOLOR, ESPESSURA 6MM	M2	16,80
6.5.13 TELA DE NYLON DE PROTECAO FIXADA NA ESQUADRIA	M2	1,88
VIDROS		
6.6.1 VIDRO LISO TEMPERADO INCOLOR, ESPESSURA 6MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	M2	9,46
6.6.2 ESPELHO CRISTAL ESP. 4MM SEM MOLDURA	M2	12,00
ESQUADRIA GRADIL METALICO		
6.7.1 FECHAMENTO COM CHAPA DE ACO PERFURADA, INCLUSIVE PERFIS METALICOS PARA SUPORTE E PINTURA FORNECIMENTO E INSTALACAO	M2	112,15
6.7.2 PORTAO DE ABRIR EM CHAPA DE ACO PERFURADA, INCLUSIVE PINTURA FORNECIMENTO E INSTALACAO (PF1 E PF2)	M2	5,46
6.7.3 PORTAO DE ABRIR COM GRADIL METALICO E TELA DE ACO GALVANIZADO, INCLUSIVE PINTURA FORNECIMENTO E INSTALACAO (PO1, PO2, PO3)	M2	19,12
6.7.4 GRADIL METALICO E TELA DE ACO GALVANIZADO, INCLUSIVE PINTURA FORNECIMENTO E INSTALACAO (GR1, GR2, GR3, GR4)	M2	99,9
SISTEMAS DE COBERTURA		
7.1 ESTRUTURA METALICA	M2	779,36
7.2 TELHA SANDUICHE METALICA	M2	805,81

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provedor nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ****CNPJ 76.404.136/0001-29****ESTADO DO PARANÁ**

000531

7.3 CUMIEEIRA EM PERFIL ONDULADO DE ACO ZINCADO	M	6,60
7.4 CALHA EM CHAPA METALICA NÂ° 22 DESENVOLVIMENTO DE 50 CM	M2	97,85
7.5 RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NR. 24, DESENVOLVIMENTO 25 CM	M	214,50
7.6 PINGADEIRA (CHAPIM) EM CONCRETO	M	211,25
IMPERMEABILIZACAO		
8.1 IMPERMEABILIZACAO COM TINTA BETUMINOSA EM FUNDACOES, BALDRAMES	M2	453,60
REVESTIMENTOS INTERNOS E EXTERNOS		
9.1 CHAPISCO DE ADERENCIA EM PAREDES INTERNAS, EXTERNAS, VIGAS E PLATIBANDA	M2	2544,94
9.2 EMBOCO PARA PAREDES INTERNAS E EXTERNAS TRACO 1:2:9 PREPARO MANUAL ESPESSURA 2,0 CM	M2	2019,11
9.3 MASSA UNICA PARA PAREDES EXTERNAS TRACO 1:2:9 PREPARO MANUAL ESPESSURA 2,5 CM	M2	525,83
9.4 REBOCO PARA PAREDES INTERNAS, EXTERNAS, PORTICOS, VIGAS E PERGOLAS, TRACO 1:4,5 ESPESSURA 0,5 CM	M2	1530,66
9.5 REVESTIMENTO CERAMICO DE PAREDES PEI IV CERAMICA 30 X 40 CM INCL. REJUNTE CONFORME PROJETO BRANCA	M2	411,91
9.6 REVESTIMENTO CERAMICO DE PAREDES PEI IV CERAMICA 10 X 10 CM INCL. REJUNTE CONFORME PROJETO AZUL	M2	5,58
9.7 REVESTIMENTO CERAMICO DE PAREDES PEI IV CERAMICA 10 X 10 CM INCL. REJUNTE CONFORME PROJETO VERMELHO	M2	4,15
9.8 REVESTIMENTO CERAMICO DE PAREDES PEI IV CERAMICA 10 X 10 CM INCL. REJUNTE CONFORME PROJETO BRANCO	M2	6,84
9.9 REVESTIMENTO CERAMICO DE PAREDES PEI IV CERAMICA 10 X 10 CM INCL. REJUNTE CONFORME PROJETO AMARELO	M2	66,37
9.10 RODA MEIO EM MADEIRA (LARGURA=10CM)	M	103,55
9.11 FORRO DE GESSO ACARTONADO ESTRUTURADO MONTAGEM E INSTALACAO	M2	300,27
9.12 "FORRO EM FIBRA MINERAL REMOVIVEL (1250X625X16MM) APOIADO SOBRE PERFIL METALICO ""T"" INVERTIDO 24MM"	M2	400,28
SISTEMAS DE PISOS INTERNOS E EXTERNOS (PAVIMENTACAO)		
PAVIMENTACAO INTERNA		
10.1.1 CONTRAPISO E=5,0CM	M2	811,66

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto n° 100/2020 CNJ - artigo 22.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ**

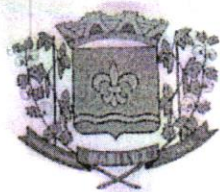
000532

CNPJ 76.404.136/0001-29**ESTADO DO PARANÁ**

10.1.2 CAMADA REGULARIZADORA E=2,0CM	M2	811,66
10.1.3 PISO CIMENTADO DESEMPENADO COM ACABAMENTO LISO E=3,0CM COM JUNTA PLASTICA ACABADA 1,2M	M2	403,54
10.1.4 PINTURA DE BASE EPOXI SOBRE PISO	M2	37,42
10.1.5 PISO CERAMICO ANTIDERRAPANTE PEI V 40 X 40 CM INCL. REJUNTE CONFORME PROJETO	M2	149,12
10.1.6 PISO CERAMICO ANTIDERRAPANTE PEI V 60 X 60 CM INCL. REJUNTE CONFORME PROJETO	M2	42,60
10.1.7 PISO VINILICO EM MANTA E=2,0MM	M2	216,40
10.1.8 PISO PODOTATIL DE ALERTA EM BORRACHA INTEGRADO 30X30CM, ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA (FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO)	M2	18,09
10.1.9 PISO PODOTATIL DIRECIONAL EM BORRACHA INTEGRADO 30X30CM, ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA (FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO)	M2	20,43
10.1.10 RODAPE VINILICO H=5CM	M2	103,55
10.1.11 SOLEIRA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, L=15CM, E=2CM	M	19,88
10.1.12 SOLEIRA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, L=17,5CM, E=2CM	M	33,48
10.1.13 SOLEIRA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, L=30CM, E=2CM	M	1,77
PAVIMENTACAO EXTERNA		
10.2.1 PASSEIO EM CONCRETO DESEMPENADO COM JUNTA PLASTICA A CADA 1,20M, E=7CM	M2	222,84
10.2.2 RAMPA DE ACESSO EM CONCRETO NAO ESTRUTURAL	M2	17,38
10.2.3 PAVIMENTACAO EM BLOCOS INTERTRAVADO DE CONCRETO, E= 6,0CM, FCK 35MPA, ASSENTADOS SOBRE COLCHAO DE AREIA	M2	28,05
10.2.4 PISO TATIL DE ALERTA EM PLACAS PRE MOLDADAS 5MPA	M2	3,51
10.2.5 PISO TATIL DIRECIONAL EM PLACAS PRE MOLDADAS 5MPA	M2	1,89
10.2.6 MEIO FIO (GUIA) DE CONCRETO PRE MOLDADO, REJUNTADO COM ARGAMASSA, INCLUINDO ESCAVACAO E REATERRO	M	15,30
10.2.7 COLCHAO DE AREIA E=10CM	M3	6,00
10.2.8 GRAMA BATATAIS EM PLACAS	M2	331,98
PINTURA		
11.1 EMASSAMENTO DE PAREDES INTERNAS COM MASSA ACRILICA 02 DEMAOS	M2	1530,66

Este presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provedor nº 100/2020 CNU - artigo 22.


CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FICARÁ
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

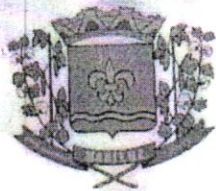


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ 76.404.136/0001-29
ESTADO DO PARANÁ

11.2 PINTURA EM LATEX ACRILICO 02 DEMAOS SOBRE PAREDES INTERNAS, EXTERNAS	M2	2050,08
11.3 PINTURA EM LATEX PVA 02 DEMAOS SOBRE TETO	M2	704,15
11.4 PINTURA EM ESMALTE SINTETICO 02 DEMAOS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA	M2	78,12
11.5 PINTURA EM ESMALTE SINTETICO 02 DEMAOS EM RODAMEIO DE MADEIRA	M2	10,36
11.6 PINTURA EPOXI 02 DEMAOS	M2	109,17
INSTALACAO HIDRAULICA		
TUBULACOES E CONEXOES DE PVC RIGIDO		
12.1.1 TUBO PVC SOLDAVEL Å 20 MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	24,14
12.1.2 TUBO PVC SOLDAVEL Å 25 MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	164,46
12.1.3 TUBO PVC SOLDAVEL Å 32 MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	2,71
12.1.4 TUBO PVC SOLDAVEL Å 50 MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	64,93
12.1.5 TUBO PVC SOLDAVEL Å 60 MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	19,39
12.1.6 TUBO PVC SOLDAVEL Å 75MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	179,81
12.1.7 "ADAPTADOR SOLDAVEL COM FLANGE LIVRE PARA CAIXA D'AGUA 75MM 2 2/1"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	8,00
12.1.8 "ADAPTADOR SOLDAVEL COM FLANGE LIVRE PARA CAIXA D'AGUA 20MM 1/2"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	2,00
12.1.9 "ADAPTADOR SOL. CURTO COM BOLSA ROSCA PARA REGISTRO 20MM 1/2"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	2,00
12.1.10 "ADAPTADOR SOL. CURTO COM BOLSA ROSCA PARA REGISTRO 25MM 3/4"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	62,00
12.1.11 "ADAPTADOR SOL. CURTO COM BOLSA ROSCA PARA REGISTRO 32MM 1"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	2,00
12.1.12 "ADAPTADOR SOL. CURTO COM BOLSA ROSCA PARA REGISTRO 50MM 1 1/2"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	21,00
12.1.13 "ADAPTADOR SOL. CURTO COM BOLSA ROSCA PARA REGISTRO 60MM 2"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	8,00

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00. CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/IPR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22.


CREA-PR
 SELO DE AUTENTICIDADE
 AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ

CNPJ 76.404.136/0001-29

ESTADO DO PARANÁ

000534

12.1.14 "ADAPTADOR SOL. CURTO COM BOLSA ROSCA PARA REGISTRO 75MM 2 1/2"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	12,00
12.1.15 BUCHA DE REDUCAO SOLD. CURTA 60MM 50MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	16,00
12.1.16 BUCHA DE REDUCAO SOLD. CURTA 75MM 60MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	6,00
12.1.17 BUCHA DE REDUCAO SOLD. LONGA 50MM 25MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	24,00
12.1.18 BUCHA DE REDUCAO SOLD. LONGA 60MM 25MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	7,00
12.1.19 BUCHA DE REDUCAO SOLD. LONGA 60MM 32MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	1,00
12.1.20 BUCHA DE REDUCAO SOLD. LONGA 75MM 50MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	8,00
12.1.21 ENGATE FLEXIVEL PLASTICO 1/2 30CM	UNIDADE	30,00
12.1.22 JOELHO 45 SOLDABEL 20MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	1,00
12.1.23 JOELHO 45 SOLDABEL 25MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	5,00
12.1.24 JOELHO 45 SOLDABEL 50MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	3,00
12.1.25 JOELHO 45 SOLDABEL 75MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	14,00
12.1.26 JOELHO 90 SOLDABEL 20MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	6,00
12.1.27 JOELHO 90 SOLDABEL 25MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	68,00
12.1.28 JOELHO 90 SOLDABEL 50MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	12,00
12.1.29 JOELHO 90 SOLDABEL 60MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	1,00
12.1.30 JOELHO 90 SOLDABEL 75MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	34,00
12.1.31 "JOELHO 90Â° SOLDABEL COM BUCHA DE LATAO 25MM 3/4"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	7,00
12.1.32 "JOELHO DE REDUCAO 90Â° SOLDABEL COM BUCHA LATAO 25MM 1/2"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	55,00
12.1.33 JOELHO DE REDUCAO 90Â° SOLDABEL 32MM 25MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	1,00
12.1.34 "LUA SOLDABEL COM ROSCA 25MM 3/4''"	UNIDADE	10,00
12.1.35 "LUA DE REDUCAO SOLDABEL COM BUCHA LATAO 25MM 1/2"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	5,00

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00. CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provisório nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ

000535

CNPJ 76.404.136/0001-29

ESTADO DO PARANÁ

12.1.36 TE 90 SOLDAVEL 25MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	20,00
12.1.37 TE 90 SOLDAVEL 50MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	6,00
12.1.38 TE 90 SOLDAVEL 60MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	11,00
12.1.39 TE 90 SOLDAVEL 75MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	14,00
12.1.40 TE DE REDUCAO 90 SOLDAVEL 50MM 25MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	11,00
12.1.41 TE DE REDUCAO 90 SOLDAVEL 75MM 50MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	13,00
12.1.42 TE DE REDUCAO 90 SOLDAVEL 75MM 60MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	3,00
12.1.43 "TE REDUCAO 90Â° SOLDAVEL COM BUCHA LATAO B CENTRAL 25MM 1/2"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	11,00
12.1.44 "TE SOLDAVEL COM ROSCA BOLSA CENTRAL 20MM 1/2"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	1,00
12.1.45 "TE SOLDAVEL COM BUCHA LATAO BOLSA CENTRAL 25MM 3/4"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	1,00
12.1.46 TUBO DE DESCARGA VDE 38MM	UNIDADE	14,00
12.1.47 TUBO DE LIGACAO LATAO CROMADO COM CANOPLA PARA VASO SANITARIO	UNIDADE	14,00
REGISTROS		
12.2.1 "REGISTRO ESFERA BORBOLETA BRUTO PVC 1/2"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	1,00
12.2.2 "REGISTRO BRUTO DE GAVETA 2"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	4,00
12.2.3 "REGISTRO BRUTO DE GAVETA 2 1/2"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	6,00
12.2.4 "REGISTRO DE GAVETA COM CANOPLA CROMADA 1/2"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	1,00
12.2.5 "REGISTRO DE GAVETA COM CANOPLA CROMADA 1"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	1,00
12.2.6 "REGISTRO DE GAVETA COM CANOPLA CROMADA 1 1/2"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	4,00
12.2.7 "REGISTRO DE GAVETA COM CANOPLA CROMADA 3/4"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	26,00
12.2.8 "REGISTRO DE PRESSAO COM CANOPLA CROMADA 3/4"', FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	10,00
DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS		
13.1 TUBULACOES E CONEXOES DE PVC		

10.

CREA-PR
O SELO DE AUTENCIDADE FOI
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto n° 100/2020 CNJ - artigo 22.



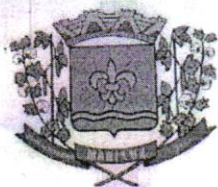
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ 76.404.136/0001-29
ESTADO DO PARANÁ

000536

13.1.1 TUBO DE PVC Å 100MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	237,72
13.1.2 JOELHO 45 100MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	14,00
13.1.3 JOELHO 90 100MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	36,00
13.1.4 TE SANITARIO 100X100MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	1,00
ACESSORIOS		
13.2.1 RALO HEMISFERICO (FORMATO ABACAXI) DE FERRO FUNDIDO, Å 100MM	UNIDADE	12,00
13.2.2 CAIXA DE AREIA SEM GRELHA 60X60CM	UNIDADE	10,00
INSTALACAO SANITARIA		
14.1 TUBO DE PVC RIGIDO 40MM, FORNEC. E INSTALACAO	M	83,23
14.2 TUBO DE PVC RIGIDO 50MM, FORNEC. E INSTALACAO	M	185,94
14.3 TUBO DE PVC RIGIDO 75MM, FORNEC. E INSTALACAO	M	38,05
14.4 TUBO DE PVC RIGIDO 100MM, FORNEC. E INSTALACAO	M	143,52
14.5 TUBO DE PVC RIGIDO 150MM, FORNEC. E INSTALACAO	M	2,77
14.6 BUCHA DE REDUCAO PVC LONGA 50MM 40MM	UNIDADE	22,00
14.7 CURVA PVC 90Å° CURTA 40MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	56,00
14.8 JOELHO PVC 45Å° 100MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	8,00
14.9 JOELHO PVC 45Å° 50MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	36,00
14.10 JOELHO PVC 45Å° 40MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	27,00
14.11 JOELHO PVC 90Å° 100MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	14,00
14.12 JOELHO PVC 90Å° 75MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	29,00
14.13 JOELHO PVC 90Å° 50MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	33,00
14.14 JOELHO PVC 90Å° 40MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	6,00
14.15 "JOELHO PVC 90 COM ANEL PARA ESGOTO SECUNDARIO 40MM 1 1/2"" FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	37,00
14.16 JUNCAO PVC SIMPLES 100MM 50MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	14,00
14.17 JUNCAO PVC SIMPLES 100MM 100MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	8,00
14.18 JUNCAO PVC SIMPLES 50MM 50MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	8,00
14.19 TE PVC 45Å° 40MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	1,00

Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00. CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/IPR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE
FIXADO NA ÚLTIMA FOLHA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ

CNPJ 76.404.136/0001-29

ESTADO DO PARANÁ

000537

14.20 TE PVC 90Â° 40MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	9,00
14.21 TE PVC SANITARIO 100MM 50MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	4,00
14.22 TE PVC SANITARIO 100MM 75MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	10,00
14.23 TE PVC SANITARIO 50MM 50MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	15,00
14.24 CAIXA SIFONADA 150X150X50MM	UNIDADE	19,00
14.25 CAIXA DE GORDURA SIMPLES CG 37CM	UNIDADE	4,00
14.26 CAIXA DE INSPECAO 60X60CM	UNIDADE	13,00
14.27 CAIXA DE INSPECAO MODULADA DN 30CM	UNIDADE	1,00
14.28 RALO SIFONADO, PVC 100X100X40MM	UNIDADE	18,00
14.29 TERMINAL DE VENTILACAO 50MM	UNIDADE	23,00
14.30 SUMIDOURO EM ALVENARIA 2,40 X 2,40 M	UNIDADE	1,00
14.31 FOSSA SEPTICA 2,30 X 2,30 M	UNIDADE	1,00
LOUCAS E METAIS		
15.1 BACIA SANITARIA VOGUE PLUS, LINHA CONFORTO COM ABERTURA, COR BRANCO GELO, CODIGO P.51, DECA, OU EQUIVALENTE P/ DE DESCARGA, COM ACESSORIOS, BOLSA DE BORRACHA PARA LIGACAO, TUBO PVC LIGACAO FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	2,00
15.2 BACIA SANITARIA CONVENCIONAL, CODIGO IZY P.11, DECA, OU EQUIVALENTE COM ACESSORIOS FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	2,00
15.3 BACIA CONVENCIONAL STUDIO KIDS, CODIGO PI.16, PARA VALVULA DE DESCARGA, EM LOUCA BRANCA, ASSENTO PLASTICO, ANEL DE VEDACAO, TUBO PVC LIGACAO FORNECIMENTO E INSTALACAO, DECA OU EQUIVALENTE	UNIDADE	10,00
15.4 "VALVULA DE DESCARGA 1 1/2"', COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	14,00
15.5 CUBA DE EMBUTIR OVAL COR BRANCO GELO, CODIGO L.37, DECA, OU EQUIVALENTE, EM BANCADA ECOMPLEMENTOS (VALVULA, SIFAO E ENGATE FLEXIVEL CROMADOS), EXCETO TORNEIRA.	UNIDADE	13,00
15.6 "CUBA INDUSTRIAL 50X40 PROFUNDIDADE 30 Â HIDRONOX, OU EQUIVALENTE, COM SIFAO EM METAL CROMADO 1.1/2X1.1/2"', VALVULA EM METAL CROMADO TIPO AMERICANA 3.1/2"X1.1/2" PARA PIA FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	3,00

Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provedor n° 100/2020 CNJ - artigo 22.

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ

CNPJ 76.404.136/0001-29

ESTADO DO PARANÁ

000538

15.7 "CUBA INOX EMBUTIR 40X34X17CM, CUBA 3, BASICA ACO INOXIDAVEL, COM VALVULA, FRANKE, OU EQUIVALENTE, COM SIFAO EM METAL CROMADO 1.1/2X1.1/2"', VALVULA EM METAL CROMADO TIPO AMERICANA 3.1/2"'X1.1/2"' PARA PIA FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	9,00
15.8 BANHEIRA EMBUTIR EM PLASTICO TIPO PVC, 77X45X20CM, BURIGOTTO OU EQUIVALENTE	UNIDADE	2,00
15.9 LAVATORIO DE CANTO SUSPENSO COM MESA, LINHA IZY CODIGO L101.17, DECA OU EQUIVALENTE, COM VALVULA, SIFAO E ENGATE FLEXIVEL CROMADOS, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	3,00
15.10 LAVATORIO PEQUENO RAVENA/IZY COR BRANCO GELO, COM COLUNA SUSPENSA, CODIGO L915 DECA OU EQUIVALENTE	UNIDADE	3,00
15.11 TANQUE GRANDE (40 L) COR BRANCO GELO, CODIGO TQ.03, DECA, OU EQUIVALENTE INCLUSO TORNEIRA CROMADA	UNIDADE	5,00
15.12 CHUVEIRO MAXI DUCHA, LORENZETTI, COM MANGUEIRA PLASTICA/DESVIADOR PARA DUCHAS ELETRICAS, COGIGO 8010 A, LORENZETTI, OU EQUIVALENTE	UNIDADE	10,00
15.13 ASSENTO POLIESTER COM ABERTURA FRONTAL VOGUE PLUS, LINHA CONFORTO, COR BRANCO GELO, CODIGO AP.52, DECA, OU EQUIVALENTE	UNIDADE	2,00
15.14 ASSENTO PLASTICO IZY, CODIGO AP.01, DECA, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	2,00
15.15 PAPELEIRA METALICA LINHA IZY, CODIGO 2020.C37, DECA OU EQUIVALENTE, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	14,00
15.16 DUCHA HIGIENICA COM REGISTRO E DERIVACAO IZY, CODIGO 1984.C37. ACT.CR, DECA, OU EQUIVALENTE, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	3,00
15.17 TORNEIRA ELETRICA LORENEASY, LORENZETTI OU EQUIVALENTE, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	2,00
15.18 TORNEIRA ELETRICA FORTTI MAXI, COM MANGUEIRA PLASTICA, CODIGO 79004, LORENZETTI OU EQUIVALENTE, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	2,00
15.19 TORNEIRA ACABAMENTO PARA REGISTRO PEQUENO LINHA IZY, CODIGO: 4900.C37.PQ, DECA OU EQUIVALENTE (PARA CHUVEIROS), DECA OU EQUIVALENTE	UNIDADE	10,00
15.20 TORNEIRA PARA COZINHA DE MESA BICA MOVEL IZY, CODIGO 1167.C37, DECA, OU EQUIVALENTE	UNIDADE	12,00

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Digital/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.

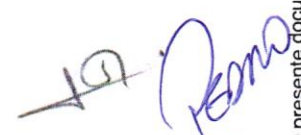


000539

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ 76.404.136/0001-29
ESTADO DO PARANÁ

15.21 TORNEIRA DE PAREDE DE USO GERAL PARA JARDIM OU TANQUE	UNIDADE	11,00
15.22 TORNEIRA PARA LAVATORIO DE MESA BICA BAIXA IZY, CODIGO 1193.C37, DECA OU EQUIVALENTE	UNIDADE	19,00
15.23 DISPENSER SABONETEIRA LINHA EXCELLENCE, CODIGO 7009, MELHORAMENTOS OU EQUIVALENTE, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	17,00
15.24 DISPENSER TOALHA LINHA EXCELLENCE, CODIGO 7007, MELHORAMENTOS OU EQUIVALENTE, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	13,00
15.25 BARRA DE APOIO, LINHA CONFORTO, CODIGO 2310.I.080.ESC, ACO INOX POLIDO, DECA OU EQUIVALENTE, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	6,00
15.26 BARRA DE APOIO DE CANTO PARA LAVATORIO, ACO INOX POLIDO, CELITE OU EQUIVALENTE, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	3,00
15.27 "BARRA DE APOIO DE CHUVEIRO PNE, EM ""L"" , LINHA CONFORTO CODIGO 2335.I.ESC, FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	1,00
15.28 CABIDE METALICO IZY, CODIGO 2060.C37, DECA OU EQUIVALENTE, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	10,00
15.29 CADEIRA ARTICULADA PARA BANHO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	1,00
15.30 GANCHO METALICO PARA MOCHILAS, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	94,00
15.31 "BARRA METALICA COM PINTURA AZUL PARA PROTECAO DOS ESPELHOS E CHUVEIRO INFANTIL D=1 1/4"""	M	9,90
INSTALACAO DE GAS COMBUSTIVEL		
16.1 ABRIGO PARA CENTRAL DE GLP, EM CONCRETO	M3	0,78
16.2 TELA METALICA PARA VENTILACAO COM REQUADRO EM ALUMINIO	M2	0,32
16.3 "TUBO DE ACO GALVANIZADO Å 3/4"" , INCLUSIVE CONEXOES"	M	22,00
16.4 ENVELOPAMENTO DE CONCRETO 3CM	M	22,00
16.5 FITA ANTICORROSIVA 5CMX30M (2 CAMADAS)	UNIDADE	2,00
16.6 "VALVULA ESFERA Å 3/4"" NPT 300"	UNIDADE	4,00
16.7 "UNIAO 3/4"" NPT 300"	UNIDADE	3,00
16.8 "NIPLE 3/4"" NPT 300"	UNIDADE	6,00
16.9 "NIPLE 1/2"" NPT 300"	UNIDADE	4,00
16.10 "NIPLE 1/4"" NPT 300"	UNIDADE	4,00
16.11 "TE REDUCAO 3/4""X1/2"""	UNIDADE	1,00
16.12 "REDUCAO 1/2"" X 1/4"""	UNIDADE	1,00

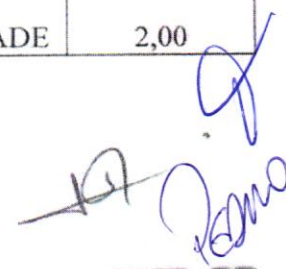
O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provimto nº 100/2020 CNU - artigo 22.


CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ 76.404.136/0001-29
ESTADO DO PARANÁ

16.13 "LUVA DE REDUCAO 3/4 X 1/2" " "	UNIDADE	2,00
16.14 "LUVA DE REDUCAO 1/4" X 1/2" ""	UNIDADE	2,00
16.15 "JOELHO 1/2" NPT 300"	UNIDADE	2,00
16.16 REGULADOR 1Â° ESTAGIO COM MANOMETRO	UNIDADE	1,00
16.17 "MANOMETRO NPT 1/4" , 0 A 300 PSI"	UNIDADE	1,00
16.18 MANGUEIRA FLEXIVEL	M	2,00
16.20 REGULADOR 2Â° ESTAGIO COM REGISTRO	UNIDADE	2,00
16.21 PLACA DE SINALIZACAO EM PVC COD 1 (348X348) PROIBIDO FUMAR	UNIDADE	1,00
16.22 PLACA DE SINALIZACAO EM PVC COD 6 (348X348) PERIGO INFLAMAVEL	UNIDADE	1,00
SISTEMA DE PROTECAO CONTRA INCENDIO		
17.1 EXTINTOR ABC 6KG	UNIDADE	5,00
17.2 EXTINTOR CO2 6KG	UNIDADE	1,00
17.3 "COTOVELO 45Â° GALVANIZADO 2 1/2" ""	UNIDADE	2,00
17.4 "COTOVELO 90Â° GALVANIZADO 2 1/2" ""	UNIDADE	10,00
17.5 "CURVA MACHO FEMEA 2 1/2" ""	UNIDADE	1,00
17.6 "NIPLE DUPLO ACO GALVANIZADO 2 1/2" ""	UNIDADE	11,00
17.7 "TE ACO GALVANIZADO 2 1/2" ""	UNIDADE	2,00
17.8 "TUBO ACO GALVANIZADO 65MM 2 1/2" "2 1/2" ""	M	61,56
17.9 "ADAPTADOR STORZ ROSCAS INTERNAS 2 1/2" ""	UNIDADE	3,00
17.10 CAIXA PARA ABRIGO DE MANGUEIRA 90X60X17CM	UNIDADE	2,00
17.11 "CHAVE PARA CONEXAO DE MANGUEIRA TIPO STROZ ENGATE RAPIDO DUPLA 1 1/2" X 1 1/2" ""	UNIDADE	2,00
17.12 "ESGUICHO JATO SOLIDO 1 1/2" " 16MM"	UNIDADE	2,00
17.13 "MANGUEIRAS DE INCENDIO DE NYLON 1 1/2" " 16MM"	UNIDADE	4,00
17.14 "NIPLE PARALELO EM FERRO MALEAVEL 2 1/2" ""	UNIDADE	2,00
17.15 "UNIAO ASSENTO DE FERRO CONICO MACHO FEMEA 2 1/2" ""	UNIDADE	4,00
17.16 "REDUCAO GIRATORIA TIPO STORZ 2 1/2 X 1 1/2" ""	UNIDADE	2,00
17.17 "REGISTRO GLOBO 2 1/2" " 45Â°"	UNIDADE	2,00
17.18 "TAMPAO CEGO COM CORRENTE TIPO STORZ 1 1/2" ""	UNIDADE	2,00
17.19 TAMPAO DE FOFO 50X50CM	UNIDADE	1,00
17.20 "REGISTRO BRUTO DE GAVETA INSUTRIAL 2 1/2" ""	UNIDADE	5,00
17.21 "VALVULA DE RETENCAO VERTICAL 2 1/2" ""	UNIDADE	2,00
17.22 LUMINARIA DE EMERGENCIA COM LAMPADA FLUORESCENTE 9W DE 1 HORA	UNIDADE	20,00
17.23 MARCACAO NO PISO 1 X 1M PARA EXTINTOR	M2	6,00
17.24 MARCACAO NO PISO 1 X 1M PARA HIDRANTE	M2	2,00
17.25 CONJUNTO MOTOBOMBA	UNIDADE	2,00
17.26 PLACA DE SINALIZACAO EM PVC COD 25 (200X200) HIDRANTE DE INCENDIO	UNIDADE	2,00


CREA-PR
 O SELO DE AUTENCIDADE FOI
 AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ

CNPJ 76.404.136/0001-29

ESTADO DO PARANÁ

17.27 PLACA DE SINALIZACAO EM PVC COD 12 E 13 (250X125) SAIDA DE EMERGENCIA	UNIDADE	11,00
17.28 "PLACA DE SINALIZACAO EM PVC COD 17 (250X125) MENSAGEM ""SAIDA"""	UNIDADE	3,00
17.29 PLACA DE SINALIZACAO EM PVC COD 23 (200X200) EXTINTOR DE INCENDIO	UNIDADE	6,00
INSTALACOES ELETRICAS 220V		
CENTRO DE DISTRIBUICAO		
18.1.1 QUADRO DE DISTRIBUICAO DE EMBUTIR, COMPLETO, (PARA 18 DISJUNTORES MONOPOLARES, COM BARRAMENTO PARA AS FASES, NEUTRO E PARA PROTECAO, METALICO, PINTURA ELETROSTATICA EPOXI COR BEGE, C/ PORTA, TRINCO E ACESSORIOS)	UNIDADE	3,00
18.1.2 QUADRO DE DISTRIBUICAO DE EMBUTIR, COMPLETO, (PARA 24 DISJUNTORES MONOPOLARES, COM BARRAMENTO PARA AS FASES, NEUTRO E PARA PROTECAO, METALICO, PINTURA ELETROSTATICA EPOXI COR BEGE, C/ PORTA, TRINCO E ACESSORIOS)	UNIDADE	1,00
18.1.3 QUADRO DE DISTRIBUICAO DE EMBUTIR, COMPLETO, (PARA 32 DISJUNTORES MONOPOLARES, COM BARRAMENTO PARA AS FASES, NEUTRO E PARA PROTECAO, METALICO, PINTURA ELETROSTATICA EPOXI COR BEGE, C/ PORTA, TRINCO E ACESSORIOS)	UNIDADE	2,00
18.1.4 QUADRO DE DISTRIBUICAO DE EMBUTIR, COMPLETO, (PARA 40 DISJUNTORES MONOPOLARES, COM BARRAMENTO PARA AS FASES, NEUTRO E PARA PROTECAO, METALICO, PINTURA ELETROSTATICA EPOXI COR BEGE, C/ PORTA, TRINCO E ACESSORIOS)	UNIDADE	1,00
18.1.5 QUADRO DE MEDICAO FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	1,00
DISJUNTORES		
18.2.1 DISJUNTOR UNIPOLAR TERMOMAGNETICO 10A	UNIDADE	38,00
18.2.2 DISJUNTOR UNIPOLAR TERMOMAGNETICO 20A	UNIDADE	26,00
18.2.3 DISJUNTOR UNIPOLAR TERMOMAGNETICO 32A	UNIDADE	4,00
18.2.4 DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNETICO 20A	UNIDADE	4,00
18.2.5 DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNETICO 50A	UNIDADE	4,00
18.2.6 DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNETICO 70A	UNIDADE	2,00
18.2.7 DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNETICO 125A	UNIDADE	1,00
18.2.8 DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNETICO 150A	UNIDADE	1,00
18.2.9 DISPOSITIVO DE PROTECAO CONTRA SURTO 175V 40KA	UNIDADE	4,00
18.2.10 DISPOSITIVO DE PROTECAO CONTRA SURTO 275V 40KA	UNIDADE	22,00

CREA-PR

 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI

 FIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ 76.404.136/0001-29
ESTADO DO PARANÁ

000542

18.2.11 DISPOSITIVO DE PROTECAO CONTRA SURTO 275V 80KA	UNIDADE	4,00
ELETRODUTOS E ACESSORIOS		
18.3.1 "ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO REFORCADO, Æ 20MM (DN 3/4""), INCLUSIVE CONEXOES"	M	758,80
18.3.2 "ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO REFORCADO, Æ 25MM (DN 1""), INCLUSIVE CONEXOES"	M	12,10
18.3.3 "ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO REFORCADO, Æ 32MM (DN 1 1/2""), INCLUSIVE CONEXOES"	M	187,50
18.3.4 "ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO REFORCADO, Æ 50MM (DN 2""), INCLUSIVE CONEXOES"	M	6,60
18.3.5 "ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO REFORCADO, Æ 75MM (DN 3""), INCLUSIVE CONEXOES"	M	55,20
18.3.6 CAIXA DE PASSAGEM 100X100X80MM ACO PINTADA	UNIDADE	16,00
18.3.7 "CAIXA PVC 4X2"" , FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	118,00
18.3.8 "CAIXA PVC OCTOGONAL 3"" , FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	134,00
CABOS E FIOS (CONDUTORES)		
18.4.1 CONDUTOR DE COBRE UNIPOLAR, ISOLACAO EM PVC/70Â°C, CAMADA DE PROTECAO EM PVC, NAO PROPAGADOR DE CHAMAS, CLASSE DE TENSAO 750V, ENCORDOAMENTO CLASSE 5, FLEXIVEL, COM A SEGUINTE SECAO NOMINAL: #2,5 MMÂ ²	M	5800,30
18.4.2 CONDUTOR DE COBRE UNIPOLAR, ISOLACAO EM PVC/70Â°C, CAMADA DE PROTECAO EM PVC, NAO PROPAGADOR DE CHAMAS, CLASSE DE TENSAO 750V, ENCORDOAMENTO CLASSE 5, FLEXIVEL, COM A SEGUINTE SECAO NOMINAL: #4 MMÂ ²	M	1955,30
18.4.3 CONDUTOR DE COBRE UNIPOLAR, ISOLACAO EM PVC/70Â°C, CAMADA DE PROTECAO EM PVC, NAO PROPAGADOR DE CHAMAS, CLASSE DE TENSAO 750V, ENCORDOAMENTO CLASSE 5, FLEXIVEL, COM A SEGUINTE SECAO NOMINAL: #6 MMÂ ²	M	364,20
18.4.4 CONDUTOR DE COBRE UNIPOLAR, ISOLACAO EM PVC/70Â°C, CAMADA DE PROTECAO EM PVC, NAO PROPAGADOR DE CHAMAS, CLASSE DE TENSAO 750V, ENCORDOAMENTO CLASSE 5, FLEXIVEL, COM A SEGUINTE SECAO NOMINAL: #16 MMÂ ²	M	140,60
18.4.5 CONDUTOR DE COBRE UNIPOLAR, ISOLACAO EM PVC/70Â°C, CAMADA DE PROTECAO EM PVC, NAO PROPAGADOR DE CHAMAS, CLASSE DE TENSAO 750V, ENCORDOAMENTO CLASSE 5, FLEXIVEL, COM A SEGUINTE SECAO NOMINAL: #25 MMÂ ²	M	145,60

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.

Este presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto n° 100/2020 CNU - artigo 22.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ 76.404.136/0001-29
ESTADO DO PARANÁ

000543

18.4.6 CONDUTOR DE COBRE UNIPOLAR, ISOLACAO EM PVC/70Â°C, CAMADA DE PROTECAO EM PVC, NAO PROPAGADOR DE CHAMAS, CLASSE DE TENSAO 750V, ENCORDAMENTO CLASSE 5, FLEXIVEL, COM A SEGUINTE SECAO NOMINAL: #35 MMÂ²	M	35,50
18.4.7 CONDUTOR DE COBRE UNIPOLAR, ISOLACAO EM PVC/70Â°C, CAMADA DE PROTECAO EM PVC, NAO PROPAGADOR DE CHAMAS, CLASSE DE TENSAO 750V, ENCORDAMENTO CLASSE 5, FLEXIVEL, COM A SEGUINTE SECAO NOMINAL: #70 MMÂ²	M	141,90
ELETROCALHAS		
18.5.1 ELETROCALHA LISA TIPO U 50X50MM COM TAMPA, INCLUSIVE CONEXOES	M	36,30
18.5.2 ELETROCALHA LISA TIPO U 100X50MM COM TAMPA, INCLUSIVE CONEXOES	M	58,00
18.5.3 ELETROCALHA LISA TIPO U 100X100MM COM TAMPA, INCLUSIVE CONEXOES	M	0,60
18.5.4 SUPORTE VERTICAL ELETROCALHA 70X81MM	UNIDADE	21,00
18.5.5 SUPORTE VERTICAL ELETROCALHA 70X96MM	UNIDADE	33,00
18.5.6 TALA PLANA PERFURADA 50MM	UNIDADE	40,00
ILUMINACAO E TOMADAS		
18.6.1 TOMADA UNIVERSAL, 2P+T, 10A, COR BRANCA, COMPLETA	UNIDADE	49,00
18.6.2 TOMADA UNIVERSAL, 2P+T, 20A, COR BRANCA, COMPLETA	UNIDADE	11,00
18.6.3 INTERRUPTOR SIMPLES 10 A, COMPLETA	UNIDADE	1,00
18.6.4 INTERRUPTOR 1 TECLA E TOMADA, COMPLETA	UNIDADE	39,00
18.6.5 LUMINARIAS SOBREPOR 2X36W COMPLETA	UNIDADE	8,00
18.6.6 LUMINARIAS EMBUTIR 2X16W COMPLETA	UNIDADE	11,00
18.6.7 LUMINARIAS EMBUTIR 2X36W COMPLETA	UNIDADE	64,00
18.6.8 LUMINARIA COM ALETAS EMBUTIR 2X36 COMPLETA	UNIDADE	26,00
18.6.9 LUMINARIA DE PISO, COM LAMPADA VAPOR METALICO 70W	UNIDADE	9,00
18.6.10 PROJETOR COM LAMPADA DE VAPOR METALICO 150W	UNIDADE	5,00
18.6.11 ARANDELAS DE SOBREPOR COM 1 LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA DE 60W	UNIDADE	8,00
INSTALACOES DE CLIMATIZACAO		
19.1 TUBO PVC SOLDAVEL A 25 MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	95,00
19.2 JOELHO 45 25MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	18,00
19.3 JOELHO 90 25MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	22,00

0 presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provisório nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

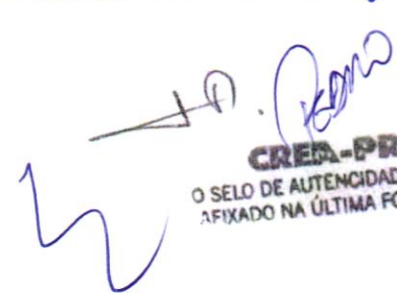
CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ 76.404.136/0001-29
ESTADO DO PARANÁ

000544

19.4 CAIXA DE AREIA 40X40X40 COM FUNDO DE BRITA N.º 1	UNIDADE	5,00
INSTALACOES DE REDE ESTRUTURADA		
EQUIPAMENTOS PASSIVOS		
20.1.1 "PATCH PANEL 19"" 24 PORTAS, CATEGORIA 6"	UNIDADE	2,00
20.1.2 SWITCH DE 48 PORTAS	UNIDADE	1,00
20.1.3 GUIAS DE CABOS SIMPLES	UNIDADE	2,00
20.1.4 GUIA DE CABOS VERTICAL, FECHADO	UNIDADE	1,00
20.1.5 GUIA DE CABOS VERTICAL	UNIDADE	2,00
20.1.6 GUIA DE CABOS SUPERIOR, FECHADO	UNIDADE	1,00
20.1.7 PERFIL DE MONTAGEM	UNIDADE	1,00
20.1.8 ANEL ORGANIZADOR DE CABOS	UNIDADE	2,00
20.1.9 BANDEJA DESLIZANTE PERFURADA	UNIDADE	2,00
20.1.10 "MINI RACK DE PAREDE 19"" X 8U X 450MM FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	1,00
20.1.11 ACCESS POINT WIRELESS 2.4 GHZ 300MPBS FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNIDADE	1,00
CABOS EM PAR TRANCADOS		
20.2.1 CABO UTP 6 (24AWG)	M	980,30
20.2.2 CABO COAXIAL	M	242,00
CABOS DE CONEXAO		
20.3.1 CABOS DE CONEXOES A PATCH CORD CATEGORIA 6 2,5 METROS	UNIDADE	19,00
TOMADAS		
20.4.1 TOMADA MODULAR RJ 45 CATEGORIA 6 (COMPLETA)	UNIDADE	19,00
20.4.2 CONECTOR DE TV TIPO F (COAXIAL) COM PLACA	UNIDADE	8,00
20.4.3 CENTRAL PABX 24 PORTAS	UNIDADE	1,00
CAIXAS E ACESSORIOS		
20.5.1 CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA 30X30X12 COM TAMPA DE FERRO FUNDIDO	UNIDADE	2,00
20.5.2 "CAIXA DE PASSAGEM PVC 4X2"" FORNECIMENTO E INSTALACAO"	UNIDADE	41,00
ELETRODUTOS E ACESSORIOS		
20.6.1 "ELETRODUTO PVC FLEXIVEL 1"" , INCLUSIVE CONEXOES"	M	1,30
20.6.2 "ELETRODUTO PVC FLEXIVEL 3/4"" , INCLUSIVE CONEXOES"	M	219,80
20.6.3 "ELETRODUTO ACO GALVANIZADO , A 1.1/2"" , FORNECIMENTO E INSTALACAO"	M	4,00
20.6.4 ELETROCALHA LISA COM TAMPA 50 X 25 MM, INCLUSIVE CONEXOES	M	90,10
SISTEMA DE EXAUSTAO MECANICA		
21.1 COIFA DE CENTRO EM ACO INOX DE 1200X900X600	UNIDADE	1,00


CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE DEVERA SER AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.

Este documento foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provedor nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ**

000545

CNPJ 76.404.136/0001-29

ESTADO DO PARANÁ

21.2 DUTO DE LIGACAO 1000 X 0.80MM	M	5,00
21.3 CHAPEU CHINES EM ALUMINIO	UNIDADE	1,00
21.4 EXAUSTOR MECANICO PARA BANHEIRO 80M3/H COM DUTO FLEXIVEL KIT	UNIDADE	1,00
SISTEMA DE PROTECAO CONTRA DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA)		
22.1 "PARA RAIOS TIPO FRANKLIN EM ACO INOX 3 PONTAS EM HASTE DE 3 M. X 1.1/2"" TIPO SIMPLES"	M	3,00
22.2 VERGALHAO CA 25 # 10 MM2	M	35,00
22.3 CONECTOR MINI BAR EM BRONZE ESTANHADO TEL 583	UNIDADE	10,00
22.4 PARAFUSO FENDA EM ACO INOX 4,2 X 32MM E BUCHA DE NYLON	CJ	20,00
22.5 PRESILHA EM LATAO	UNIDADE	20,00
22.6 CAIXA DE EQUALIZACAO DE POTENCIAS 200X200MM EM ACO COM BARRAMENTO, EXPESSURA 6 MM	UNIDADE	1,00
22.7 ESCAVACAO DE VALA PARA ATERRAMENTO	M3	30,00
22.8 "HASTE TIPO COOPERWELD 5/8"" X 2,40M."	UNIDADE	10,00
22.9 CORDOALHA DE COBRE NU 35 MM2	M	250,00
22.10 CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM2	M	200,00
22.11 "CAIXA DE INSPECAO, PVC DE 12"", COM TAMPA DE FERRO FUNDIDO, CONFORME DETALHE NO PROJETO"	UNIDADE	5,00
22.12 "CONECTOR DE BRONZE PARA HASTE DE 5/8"" E CABO DE 50 MMÂ ² "	UNIDADE	10,00
SERVICOS COMPLEMENTARES		
GERAIS		
23.1.1 "CONJUNTO DE MASTROS PARA BANDEIRAS EM TUBO FERRO GALVANIZADO TELESCOPICO (ALT= 7M (3MX2"" + 4MX1 1/2""))"	UNIDADE	1,00
23.1.2 BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA ESPESSURA 2CM, CONFORME PROJETO	M2	29,79
23.1.3 PRATELEIRA, ACABAMENTOS EM GRANITO CINZA ANDORINHA ESPESSURA 2CM, CONFORME PROJETO	M2	30,37
23.1.4 PRATELEIRAS E ESCANINHOS EM MDF	M2	31,00
23.1.5 BANCOS DE CONCRETO	M2	5,87
23.1.6 BANCO E ACABAMENTO EM GRANITO	M2	2,40
23.1.7 PEITORIL EM GRANITO CINZA, LARGURA=17,00CM ESPESSURA VARIAVEL E PINGADEIRA	M	59,90
CAIXA DAGUA 15.000L		
23.2.1 ALCA DE ICAMENTO	UNIDADE	2,00
23.2.2 SUPORTE DE LUZ PILOTO	UNIDADE	1,00
23.2.3 SUPORTE PARA CINTO DE SEGURANCA	UNIDADE	1,00
23.2.4 SUPORTE PARA PARA RAIOS	UNIDADE	1,00

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provisório nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ 76.404.136/0001-29
ESTADO DO PARANÁ

000546

23.2.5 ESCADA INTERNA E EXTERNA TIPO MARINHEIRO, INCLUSIVE PINTURA	M	9,00
23.2.6 GUARDA CORPO DE 1M DE ALTURA	M	4,99
23.2.7 CHAPA DE ACO CARBONO DE ALTA RESISTENCIA A CORROSAO E DE QUALIDADE ESTRUTURAL E SOLDA INTERNA E EXTERNA, PARA CONFECCAO DO RESERVATORIO CONFORME PROJETO	KG	1028,08
23.2.8 SISTEMA DE ANCORAGEM COM 6 NICHOS, CONFORME PROJETO	UNIDADE	1,00
23.2.9 PREPARO DE SUPERFICIE: JATEAMENTO ABRASIVO AO METAL BRANCO (INTERNO E EXTERNO), PADRAO AS 3.	M2	101,80
23.2.10 ACABAMENTO EXTERNO: UMA DEMAIO DE ESPESSURA SECA DE PRIMER EPOXI	M2	50,90
23.2.11 ACABAMENTO INTERNO: DUAS DEMAOS DE ESPESSURA SECA DE PRIMER EPOXI	M2	52,88
23.2.12 PINTURA EXTERNA: UMA DEMAIO DE POLUIRETANO NA COR AMARELO	M2	50,90
SERVICOS FINAIS		
24.1 LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	890,73

Atestamos ainda que o referido Profissional executou os mencionados serviços no prazo estabelecido, cumprindo rigorosamente as exigências do projeto quanto às especificações normas técnicas, demonstrando alta capacidade técnica operacional.

O referido é a expressão da verdade.

Mariluz-Pr, 14 de Maio de 2018.



[Handwritten Signature]
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Edson Noboru Simakawa
Engenheiro Civil
CREA-RJ 5846/D

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Cezar Eduardo Panessa Ruiz, em terça-feira, 25 de outubro de 2022 07:55:01 GMT-03:00, CNS: 08.730-4 - Serviço Distrital/PP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023

CREA-PR

CAT COM REGISTRO
DE ATESTADO

000547

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

1720230004257

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional ALESSANDRO MONTEIRO DA SILVA referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **ALESSANDRO MONTEIRO DA SILVA** RNP: **1700795457**
Registro: **PR-31857/D**
Título profissional: ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO, ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **20193568733** Situação da ART: **BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO**
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 08/08/2019 Baixada em: 08/08/2023 Forma de registro: Inicial
Participação técnica: Individual
Empresa contratada: **R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA - EPP**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL** CNPJ: **95.640.652/0001-05**

Rua: AV ITALO ORCELLI Nº: 604

Complemento: Bairro: CENTRO

Cidade: CAFEZAL DO SUL UF: PR CEP: 87565-000

Contrato: 97/2019 celebrado em 31/07/2019

Valor do contrato: R\$ 1.537.764,23 Tipo de contratante: Não informado

Dimensão: 890,33 Unidade de Medida: M2

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: AV ITALO ORCELLI Nº: SN

Complemento: QD: 35-A Bairro: CENTRO

Cidade: CAFEZAL DO SUL

UF: PR

CEP: 87565-000

Coordenadas Geográficas:

Data de início: 31/07/2019 Conclusão efetiva: 27/03/2020

Finalidade: Outro

Proprietário:

CPF:

Atividade Técnica: Tipo de Contrato: **EMPREITADA**, Atividade Técnica: **EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO**,
Área de Competência: **SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA MODALIDADE CIVIL**, Tipo de Obra/Serviço: **OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS**, Serviço Contratado: **EXECUÇÃO**

Observações:
CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE-PRO INFÂNCIA TIPO II, NO MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL-PR COM 890,33 M2.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 233025/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 1 de 36



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

CAT COM REGISTRO
DE ATESTADO

1720230004257

000548

Atividade concluída

Número da ART: 1720213069648 Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 23/06/2021 Baixada em: 08/08/2023 Forma de registro:
Complementar Participação técnica: Individual
Empresa contratada: R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUcoes LTDA - EPP

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL CNPJ: 95.640.652/0001-05

Rua: AV ITALO ORCELLI Nº: 604

Complemento: Bairro: CENTRO

Cidade: CAFEZAL DO SUL UF: PR CEP: 87565-000

Contrato: 97/2019 celebrado em 31/07/2019 Vinculado a ART: 20193568733

Valor do contrato: R\$ 1.537.764,23 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: AV ITALO ORCELLI Nº: SN

Complemento: QD: 35-A Bairro: CENTRO

Cidade: CAFEZAL DO SUL

UF: PR

CEP: 87565-000

Coordenadas Geográficas: -23,905499 x -53,517771

Data de início: 31/07/2019 Conclusão efetiva: 31/07/2021

Finalidade: Outro

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Atividade Técnica: 1- Execução de obra de edificação de alvenaria, 890,33 M2

Observações:

CONSTRUCAO DE UMA CRECHE-PRO INFANCIA TIPO II, NO MUNICIPIO DE CAFEZAL DO SUL-PR COM 890,33 M2.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do
Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas: Informando o número
do protocolo: 233025/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 2 de 36





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023

CREA-PR

CAT COM REGISTRO
DE ATESTADO

000549

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

1720230004257

Atividade concluída

Número da ART: **1720213069761** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 01/07/2021 Baixada em: 08/08/2023 Forma de registro:
Complementar Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA - EPP**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL** CNPJ: 95.640.652/0001-05

Rua: AV ITALO ORCELLI Nº: 604

Complemento: Bairro: CENTRO

Cidade: CAFEZAL DO SUL UF: PR CEP: 87565-000

Contrato: 97/2019 celebrado em 31/07/2019 Vinculado a ART: 1720213069648

Valor do contrato: R\$ 1.537.764,23 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: AV ITALO ORCELLI Nº: SN

Complemento: QD: 35-A Bairro: CENTRO

Cidade: CAFEZAL DO SUL

UF: PR

CEP: 87565-000

Coordenadas Geográficas: -23,905499 x -53,517771

Data de início: 31/07/2019 Conclusão efetiva: 31/07/2021

Finalidade:

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Atividade Técnica: 1- Execução de obra de edificação de alvenaria, 890,33 M2

Observações:

cCONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE-PRO INFANCIA TIPO II, NO MUNICIPIO DE CAFEZAL SO SUL-PR COM 890,33M²

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas, Informando o número do Protocolo: 233025/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 3 de 36



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

CAT COM REGISTRO
DE ATESTADO

000550

1720230004257

Atividade concluída

Número da ART: 1720214402600 Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 03/09/2021 Baixada em: 08/08/2023 Forma de registro:
Complementar Participação técnica: Individual
Empresa contratada: R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA - EPP

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL CNPJ: 95.640.652/0001-05

Rua: AV ITALO ORCELLI Nº: 604

Complemento: Bairro: CENTRO

Cidade: CAFEZAL DO SUL UF: PR CEP: 87565-000

Contrato: 97/2019 celebrado em 31/07/2019 Vinculado a ART: 1720213069761

Valor do contrato: R\$ 1.537.764,23 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: AV ITALO ORCELLI Nº: SN

Complemento: QD: 35-A Bairro: CENTRO

Cidade: CAFEZAL DO SUL

UF: PR

CEP: 87565-000

Coordenadas Geográficas: -23,905499 x -53,517771

Data de início: 31/07/2019 Conclusão efetiva: 20/03/2022

Finalidade:

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Atividade Técnica: 1- Execução de obra de edificação de alvenaria, 890,33 M2

Observações:

cCONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE-PRO INFANCIA TIPO II, NO MUNICIPIO DE CAFEZAL DO SUL-PR COM 890,33M²

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do
Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> / Consulhas Públicas, informando o número
do protocolo: 233025/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 4 de 36



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023

CREA-PR

CAT COM REGISTRO
DE ATESTADO

000551

1720230004257

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Atividade concluída

Número da ART: 1720222049573 Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 19/04/2022 Baixada em: 08/08/2023 Forma de registro:
Complementar Participação técnica: Individual
Empresa contratada: R C M PAVIMENTACOES E CONSTRUÇOES LTDA - EPP

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL CNPJ: 95.640.652/0001-05

Rua: AV ITALO ORCELLI Nº: 604

Complemento: Bairro: CENTRO

Cidade: CAFEZAL DO SUL UF: PR CEP: 87565-000

Contrato: 97/2019 celebrado em 31/07/2019 Vinculado a ART: 1720214402600

Valor do contrato: R\$ 1.537.764,23 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: AV ITALO ORCELLI Nº: SN

Complemento: QD: 35-A Bairro: CENTRO

Cidade: CAFEZAL DO SUL

UF: PR

CEP: 87565-000

Coordenadas Geográficas: -23,905499 x -53,517771

Data de início: 31/07/2019 Conclusão efetiva: 01/06/2023

Finalidade:

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Atividade Técnica: 1- Execução de obra de edificação de alvenaria, 890,33 M2

Observações:

cCONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE-PRO INFANCIA TIPO II, NO MUNICIPIO DE CAFEZAL SO SUL-PR COM 890,33M²

Observações da certidão:

O Crea-PR certifica os dados das ARTs.

O atestado anexado foi assinado eletronicamente.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 31 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1720230004257/2023

17/08/2023 09:32

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço <https://www.crea-pr.org.br>, informando o número do protocolo: 233025/2023.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas, Informando o número do protocolo: 233025/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 5 de 36



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná



Resumo



Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul

Estado do Paraná

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Ítalo Orcelli, 604 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - CEP: 87.565-000 - Cafetal do Sul - Pr.
E-mail: licitacao@cafetaldosul.pr.gov.br

000552

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, com sede nesta Cidade de Cafetal do Sul, Estado Paraná, sito à Av. Ítalo Orcelli, nº 604, Centro, inscrita no CNPJ nº. 95.640.652/0001-05. ATESTAMOS para os devidos fins de direitos, que fizeram necessários, que a empresa **R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**, com sede na Rua Projetada "A", 1646, Parque Industrial III, Cidade de Umuarama, Estado Paraná, inscrita no CNPJ n.º 06.129.907/0001-31, executou com plena qualidade os serviços discriminados abaixo:

<i>DESCRIMINAÇÃO TÉCNICA</i>	
EXECUTORA:	R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
C.N.P.J CONT.	06.129.907/0001-31
ENG. EXEC.	ALESSANDRO MONTEIRO DA SILVA – ENGENHEIRO CIVIL - CREA PR-31857/D
ART	20193568733
ART ADITIVO	1720213069648
ART COMPLEMENTAR	1720213069761
ART ADITIVO	1720214402600
ART ADITIVO	1720222049573
ENG. CORRESPONSÁVEL	CLEBER RUIZ MARTINEZ – ENGENHEIRO CIVIL – CREA PR – 198037/D
ART	1720214957407
ART ADITIVO	1720222049662
ENDEREÇO OBRA	AVENIDA ITALO ORCELLI, SN, QD: 35-A CENTRO – CAFEZAL DO SUL-PR
ÁREA	890,33 M ²
DATA INÍCIO	31/07/2019
DAT.TÉRMINO	01/06/2023

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas, Informando o número do protocolo: 233025/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 6 de 36



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná

LUIZ
EDUARDO
CANDIDO:063
22513958

Assinado de forma digital por LUIZ EDUARDO CANDIDO:06322513958
Dados: 2023.08.07 15:25:20 -03'00'



Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul

000553

Estado do Paraná

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Ítalo Orcelli, 604 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - CEP: 87.565-000 - Cafetal do Sul - Pr.

E-mail: licitacao@cafetaldosul.pr.gov.br

CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE PRO-ESCOLA		
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		
SERVIÇOS PRELIMINARES		
Placa da obra em chapa de aço galvanizado, Padrão Governo Federal	m ²	10,00
Tapume de chapa de madeira compensada, espessura 6mm (45x2,20m)	m ²	99,00
Entrada de energia elétrica aérea monofásica 40A com poste de concreto; inclusive cabeamento, caixa de proteção para medidor e aterramento	un	1,00
Ligação provisória de energia elétrica em canteiro de obra	un	1,00
Instalação provisória de água	un	1,00
Instalações provisórias de esgoto	un	1,00
Execução de sanitário e vestiário em canteiro de obra, inclusive instalação e aparelhos	m ²	2,52
Barracão para escritório de obra porte pequeno s=20,00m ²	m ²	20,00
Barracão provisório para depósito	m ²	20,00
Locação da obra (execução de gabarito)	m ²	891,68
Sondagem do terreno (mínimo de 2 furos com 7m de profundidade para até 200m ²)	m	35,00
Limpeza mecanizada de terreno com remoção de camada vegetal	m ²	1.575,00
MOVIMENTO DE TERRA PARA FUNDAÇÕES		
EDIFICAÇÃO		
Execução e compactação de aterro com solo predominantemente argiloso, exclusive escavação, carga transporte e solo	m ³	81,68

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 233025/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 7 de 36



LUIZ EDUARDO
CANDIDO:0632
2513958

Assinado de forma digital por LUIZ EDUARDO CANDIDO:06322513958
Dados: 2023.08.07 15:25:33 -03'00'



Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul

Estado do Paraná

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Ítalo Orcelli, 604 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - CEP: 87.565-000 - Cafetal do Sul - Pr.

E-mail: licitacao@cafetaldosul.pr.gov.br

000554

Escavação manual de valas com profundidade menor igual a 1,30 m.	m ³	212,12
Regularização e compactação do fundo de valas	m ²	107,09
Reaterro apiloado de vala com material da obra	m ³	172,39
MURETA E ABRIGO GÁS		
Escavação manual de valas com profundidade menor igual a 1,30 m.	m ³	13,84
Regularização e compactação do fundo de valas	m ²	13,37
Reaterro apiloado de vala com material da obra	m ³	9,04
CASTELO D'ÁGUA		
Escavação manual de valas com profundidade menor igual a 1,30 m.	m ³	5,10
Regularização e compactação do fundo de valas	m ²	4,84
Reaterro apiloado de vala com material da obra	m ³	0,96
FUNDAÇÕES		
CONCRETO ARMADO PARA FUNDAÇÕES - SAPATAS		
Lastro de concreto não-estrutural, espessura 5cm	m ²	46,65
Fabricação, montagem e desmontagem de forma para viga baldrame em madeira serrada, e= 25mm, 4 utilizações.	m ²	131,71
Armação de aço CA-50 Ø 6,3mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	317,20
Armação de aço CA-50 Ø 8mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	41,25
Armação de aço CA-50 Ø 10mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	366,94
Armação de aço CA-50 Ø 12,5mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	225,00

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 233025/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 8 de 36



Assinado de forma digital por LUIZ EDUARDO CANDIDO.0632 2513958
CANDIDO.06322513958
Dados: 2023.08.07 15:25:43 -03'00'



Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul

000555

Estado do Paraná

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Ítalo Orcelli, 604 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - CEP: 87.565-000 - Cafetal do Sul - Pr.

E-mail: licitacao@cafetaldosul.pr.gov.br

Armação de aço CA-60 Ø 5,0mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	134,38
Concreto Bombeado fck= 25MPa; incluindo preparo, lançamento e adensamento	m ³	15,55
CONCRETO ARMADO PARA FUNDAÇÕES - VIGAS BALDRAMES		-
Forma de madeira em tábuas para fundações, com reaproveitamento	m ²	349,55
Lastro de concreto não-estrutural, espessura 5cm	m ²	60,44
Armação de aço CA-50 Ø 8mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	660,10
Armação de aço CA-50 Ø 10mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	113,60
Armação de aço CA-50 Ø 12,5mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	26,41
Armação de aço CA-60 Ø 5,0mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	356,91
Concreto Bombeado fck= 25MPa; incluindo preparo, lançamento e adensamento	m ³	24,17
FUNDAÇÃO DO CASTELO D'ÁGUA		-
Estaca Ø 25cm escavada manualmente fck= 15MPa, sem armação - 7m	m	35,00
Corte e reparo em cabeça de estaca	un	5,00
Lastro de concreto não-estrutural, espessura 5cm	m ²	4,84
Fabricação, montagem e desmontagem de forma para viga baldrame em madeira serrada, e= 25mm, 4 utilizações.	m ²	4,40
Armação de aço CA-50 Ø 10mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	116,61
Armação de aço CA-50 Ø 12,5mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	83,78

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 233025/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 9 de 36

Assinado de forma digital por LUIZ EDUARDO CANDIDO:06322513958
Dados: 2023.08.07 15:25:55 -03'00'LUIZ EDUARDO
CANDIDO:0632
2513958



Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul

000556

Estado do Paraná

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Ítalo Orcelli, 604 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - CEP: 87.565-000 - Cafetal do Sul - Pr.
E-mail: licitacao@cafetaldosul.pr.gov.br

Armação de aço CA-50 Ø 25mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	13,87
Armação de aço CA-60 Ø 4,2mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	13,08
Concreto Bombeado fck= 25MPa; incluindo preparo, lançamento e adensamento	m ³	4,14
ABRIGO DE GÁS - BLOCOS		
Estaca Ø 30cm escavada manualmente fck= 15MPa, sem armação	m	17,50
Lastro de concreto não-estrutural, espessura 5cm	m ²	1,25
Fabricação, montagem e desmontagem de forma para viga baldrame em madeira serrada, e= 25mm, 4 utilizações.	m ²	5,00
Armação de aço CA-60 Ø 5,0mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	10,19
Concreto Bombeado fck= 25MPa; incluindo preparo, lançamento e adensamento	m ³	1,17
MURETA E ABRIGO DE GÁS - VIGAS BALDRAME		
Lastro de concreto não-estrutural, espessura 5cm	m ²	12,12
Fabricação, montagem e desmontagem de forma para viga baldrame em madeira serrada, e= 25mm, 4 utilizações.	m ²	38,19
Armação de aço CA-50 Ø 8mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	84,20
Armação de aço CA-60 Ø 5,0mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	8,09
Concreto Bombeado fck= 25MPa; incluindo preparo, lançamento e adensamento	m ³	3,63
SUPERESTRUTURA		
CONCRETO ARMADO - PILARES		

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 233025/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 10 de 36



LUIZ
EDUARDO
CANDIDO:06
322513958

Assinado de forma digital
por LUIZ EDUARDO
CANDIDO:06322513958
Dados: 2023.08.07
15:26:06 -03'00'



Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul

Estado do Paraná

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Ítalo Orcelli, 604 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - CEP: 87.565-000 - Cafetal do Sul - Pr.
E-mail: licitacao@cafezaldosul.pr.gov.br

000557

Montagem e desmontagem de forma para pilares, em chapa de madeira compensada plastificada com reaproveitamento	m ²	299,51
Armação de aço CA-50 Ø 10mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	726,51
Armação de aço CA-50 Ø 12,5mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	312,86
Armação de aço CA-60 Ø 5,0mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	399,38
Concreto Bombeado fck= 25MPa; incluindo preparo, lançamento e adensamento	m ³	16,34
CONCRETO ARMADO - VIGAS		-
Montagem e desmontagem de forma para pilares, em chapa de madeira compensada plastificada com reaproveitamento	m ²	344,10
Armação de aço CA-50 Ø 8mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	675,91
Armação de aço CA-50 Ø 10mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	9,64
Armação de aço CA-60 Ø 5,0mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	365,31
Concreto Bombeado fck= 25MPa; incluindo preparo, lançamento e adensamento	m ³	24,55
CONCRETO ARMADO PARA VERGAS		-
Verga e contraverga pré-moldada fck= 20MPa, seção 10x10cm	m	123,90
CONCRETO ARMADO - MURETA - PILARES		-
Montagem e desmontagem de forma para pilares, em chapa de madeira compensada plastificada com reaproveitamento	m ²	17,49
Armação de aço CA-50 Ø 6,3mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	13,66

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 233025/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 11 de 36



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná

LUIZ EDUARDO
CANDIDO:063
22513958

Assinado de forma digital por LUIZ EDUARDO
CANDIDO:06322513958
Dados: 2023.08.07 15:26:18 -03'00'



Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul

000558

Estado do Paraná

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Ítalo Orcelli, 604 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - CEP: 87.565-000 - Cafetal do Sul - Pr.

E-mail: licitacao@cafezaldosul.pr.gov.br

Armação de aço CA-50 Ø 8mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	43,92
Concreto Bombeado fck= 25MPa; incluindo preparo, lançamento e adensamento	m ³	0,74
CONCRETO ARMADO -CASA DE GÁS - PILARES, VIGAS E LAJE		-
Montagem e desmontagem de forma para pilares, em chapa de madeira compensada plastificada com reaproveitamento	m ²	18,97
Armação de aço CA-50 Ø 6,3mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	3,74
Armação de aço CA-50 Ø 8mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	37,40
Armação de aço CA-50 Ø 10mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	24,35
Armação de aço CA-60 Ø 5,0mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	24,13
Concreto Bombeado fck= 25MPa; incluindo preparo, lançamento e adensamento	m ³	1,25
SISTEMA DE VEDAÇÃO VERTICAL		
ELEMENTOS VAZADOS		
Cobogó de concreto (elemento vazado) - (6x40x40cm) assentado com argamassa traço 1:4 (cimento, areia)	m ²	6,10
ALVENARIA DE VEDAÇÃO		
Alvenaria de vedação de 1/2 vez em tijolos cerâmicos (dimensões nominais: 39x19x09); assentamento em argamassa no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia) para parede interna	m ²	572,77
Alvenaria de vedação de 1 vez em tijolos cerâmicos de 08 furos (dimensões nominais: 19x19x09); assentamento em argamassa no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia) para sóculos	m ²	10,38

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 233029/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 12 de 36

LUIZ
EDUARDO
CANDIDO:063
22513958Assinado de forma
digital por LUIZ
EDUARDO
CANDIDO:06322513958
Dados: 2023.08.07
15:26:27 -03'00'



Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul

000559

Estado do Paraná

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Ítalo Orcelli, 604 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - CEP: 87.565-000 - Cafetal do Sul - Pr.

E-mail: licitacao@cafetaldosul.pr.gov.br

Alvenaria de vedação horizontal em tijolos cerâmicos dimensões nominais: 14x19x39; assentamento em argamassa no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia) para parede externa	m ²	564,11
Alvenaria em tijolos maciços 5x10x20 cm (espessura 10cm), acentamento com argamassa no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia)	m ²	9,72
Encunhamento (aperto de alvenaria) em tijolo cerâmicos maciços 5x10x20cm 1 vez (esp. 20cm), assentamento c/ argamassa traço 1:6 (cimento e areia)	m	311,80
Divisória de banheiros e sanitários em granito com espessura de 2cm polido assentado com argamassa traço 1:4	m ²	8,06
Fechamento de shafts em gesso acartonado	m ²	3,60
ALVENARIA DA MURETA		-
Alvenaria de vedação de 1/2 vez em tijolos cerâmicos de 08 furos (dimensões nominais: 39x19x09); assentamento em argamassa no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia)	m ²	60,49
ESQUADRIAS		
PORTAS DE MADEIRA		
Porta de Madeira - PM1 - 70x210, incluso ferragens e fechadura, conforme projeto de esquadrias	un	6,00
Kit de porta de madeira veneziana, padrão popular, 80x210cm, espessura de 3cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, sem fechadura - fornec. E instalação. Af 0882015	un	3,00
Porta de Madeira - PM3 - 80x210, incluso ferragens e fechadura, conforme projeto de esquadrias	un	6,00
Porta de Madeira - PM4 - 80x210, incluso ferragens e fechadura, conforme projeto de esquadrias	un	3,00
Porta de Madeira - PM5 - 80x210, incluso ferragens e fechadura, conforme projeto de esquadrias	un	5,00

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 233029/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 13 de 36



LUIZ
EDUARDO
CANDIDO:06
322513958

Assinado de forma digital por LUIZ EDUARDO CANDIDO:06322513958
Dados: 2023.08.07 15:26:37 -03'00'



Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul

000560

Estado do Paraná

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Ítalo Orcelli, 604 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - CEP: 87.565-000 - Cafetal do Sul - Pr.

E-mail: licitacao@cafetaldosul.pr.gov.br

Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve-média), padrão médio, 60x210cm, espessura de 3,5 cm, itens inclusos: dobradiças, montagem, e instalação de batente, fechadura com execução do furo- fornecimento e instalação.	un	4,00
FERRAGENS E ACESSÓRIOS		-
Fechadura de embutir completa, tipo tarjeta livre-ocupado	un	4,00
Peças de apoio para deficientes em aço inox, 60cm reta NBR9050 JACKWAL nas portas PM3 e PM5	m	4,80
Chapa metálica (alumínio) 0,80m x 0,4m, e= 1mm para as portas - fornecimento e instalação	m ²	12,80
PORTAS EM ALUMÍNIO		-
Porta de abrir - PA1 - 100x210 em chapa de alumínio com veneziana e vidro mini boreal- conforme projeto de esquadrias, inclusive ferragens e vidro	m ²	2,10
Porta de abrir - PA2 - 80x210 em chapa de alumínio com veneziana e vidro mini boreal- conforme projeto de esquadrias, inclusive ferragens e vidro	m ²	1,68
Porta de abrir - PA3 - 160x210 em chapa de alumínio com veneziana- conforme projeto de esquadrias, inclusive ferragens e vidro	m ²	3,36
Porta de correr - PA4 - 450x210 conforme projeto de esquadrias, inclusive ferragens e vidro liso incolor, espessura 8mm	m ²	83,48
Porta de abrir - PA5 - 120x185 - veneziana- conforme projeto de esquadrias, inclusive ferragens	m ²	2,22
PORTAS DE VIDRO - PV		-
Porta de Vidro temperado - PV1 - 175x230, com ferragens, conforme projeto de esquadrias	un	1,00
JANELAS DE ALUMÍNIO - JA		-
Janela de Alumínio - JA-01, 70x125, completa conforme projeto de esquadrias - Guilhotina	m ²	0,88

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 233025/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 14 de 36



Assinado de forma digital por LUIZ EDUARDO CANDIDO:06322513958
Dados: 2023.08.07 15:26:47 -03'00'

LUIZ EDUARDO
CANDIDO:0632
2513958



Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul

000561

Estado do Paraná

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Ítalo Orcelli, 604 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - CEP: 87.565-000 - Cafetal do Sul - Pr.

E-mail: licitacao@cafetaldosul.pr.gov.br

Janela de Alumínio - JA-02, 110x195, completa conforme projeto de esquadrias - Guilhotina	m ²	2,15
Janela de Alumínio - JA-03, 140x115, completa conforme projeto de esquadrias - Fixa	m ²	1,61
Janela de Alumínio - JA-04, 140x195, completa conforme projeto de esquadrias - Guilhotina	m ²	2,73
Janela de Alumínio - JA-05, 200x105, completa conforme projeto de esquadrias - Fixa	m ²	2,16
Janela de Alumínio - JA-06, 210x50, completa conforme projeto de esquadrias - Maxim-ar - incluso vidro liso incolor, espessura 6mm	m ²	1,05
Janela de Alumínio - JA-07, 210x75, completa conforme projeto de esquadrias - Maxim-ar - incluso vidro liso incolor, espessura 6mm	m ²	12,60
Janela de Alumínio - JA-08, 210x100, completa conforme projeto de esquadrias - Maxim-ar - incluso vidro liso incolor, espessura 6mm	m ²	8,40
Janela de Alumínio - JA-09, 210x150, completa conforme projeto de esquadrias - Maxim-ar - incluso vidro liso incolor, espessura 6mm	m ²	6,30
Janela de Alumínio - JA-10, 70x75, completa conforme projeto de esquadrias - Maxim-ar - incluso vidro liso incolor, espessura 6mm	m ²	1,05
Janela de Alumínio - JA-11, 140x75, completa conforme projeto de esquadrias - Maxim-ar - incluso vidro liso incolor, espessura 6mm	m ²	5,25
Janela de Alumínio - JA-12, 420x50, completa conforme projeto de esquadrias - Maxim-ar - incluso vidro liso incolor, espessura 6mm	m ²	4,20
Janela de Alumínio - JA-13, 560x100, completa conforme projeto de esquadrias - Maxim-ar - incluso vidro liso incolor, espessura 6mm	m ²	16,80

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 233029/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 15 de 36

**CREA-PR**
Conselho Regional de Engenharia e ArquiteturaLUIZ EDUARDO
CANDIDO:0632
2513958Assinado de forma digital por LUIZ EDUARDO CANDIDO:06322513958
Dados: 2023.08.07 15:26:58 -03'00'



Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul

000562

Estado do Paraná

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Ítalo Orcelli, 604 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - CEP: 87.565-000 - Cafetal do Sul - Pr.

E-mail: licitacao@cafetaldosul.pr.gov.br

Janela de Alumínio - JA-14, 160x0,85, completa conforme projeto de esquadrias - Fixa	m ²	2,72
Alambrado c/ tela de nylon fio esp=3mm e malha de (5x5) cm	m ²	10,28
VIDROS		-
Vidro liso temperado incolor, espessura 6mm para janelas	m ²	13,33
Vidro liso temperado incolor, espessura 6mm para porta PM5	m ²	1,09
Box em vidro temperado incolor, 10mm, com altura de 1,80m	m ²	7,20
Espelho cristal esp. 4mm sem moldura de madeira	m ²	8,85
ESQUADRIA - GRADIL METÁLICO		-
Gradil de aluminio anodizado tipo barra chata (GR1, GR2, GR3, GR4)	m ²	71,89
Portão de abrir em chapa de aço perfurada, inclusive pintura - fornecimento e instalação (PF1 e PF2)	m ²	5,27
Fechamento com chapa de aço perfurada, inclusive perfis metálicos para suporte e pintura - fornecimento e instalação	m ²	116,76
Portão de abrir com gradil metálico e tela de aço galvanizado, inclusive pintura - fornecimento e instalação	m ²	17,12
SISTEMAS DE COBERTURA		
TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_12/2015	m ²	881,21
Telhamento com telha metálica termoacustica E=30mm, incluso içamento.	m ²	850,66
Calha em chapa metalica N° 22 desenvolvimento de 63 cm	m ²	69,15
Rufos em chapa de aço galvanizado nr. 24, desenvolvimento 73 cm	m	93,60

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 233025/2023.

CAT n° 1720230004257 de 17/08/2023, página 16 de 36

CREA-PR
Associação de Engenheiros de ProfissõesLUIZ EDUARDO
CANDIDO:0632
2513958Assinado de forma digital por LUIZ EDUARDO
CANDIDO:06322513958
Dados: 2023.08.07
15:27:09 -03'00'



Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul

000563

Estado do Paraná

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Ítalo Orcelli, 604 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - CEP: 87.565-000 - Cafetal do Sul - Pr.

E-mail: licitacao@cafetaldosul.pr.gov.br

Rufo em chapa de aço galvanizado nr. 24, desenvolvimento 39 cm	m	45,70
Rufo em chapa de aço galvanizado nr. 24, desenvolvimento 32 cm	m	126,60
Pingadeira ou chapim em concreto aparente desempenado	m	233,60
IMPERMEABILIZAÇÃO		
Impermeabilização com tinta betuminosa em fundações (vigas baldrame)	m ²	460,30
Impermeabilização com argamassa e aditivo impermeabilizante e=2cm em áreas molhadas	m ²	125,46
REVESTIMENTOS INTERNO E EXTERNO		
Chapisco de aderência em paredes internas, externas, vigas, platibanda e calhas	m ²	2.667,65
Emboço para paredes internas traço 1:2:9 - preparo manual - espessura 2,0 cm	m ²	1.589,78
Emboço paulista para paredes externas traço 1:2:9 - preparo manual - espessura 2,5 cm	m ²	1.077,87
Reboco para paredes internas, externas, pórticos, vigas, traço 1:4,5 - espessura 0,5 cm	m ²	1.021,92
Revestimento cerâmico de paredes PEI IV- cerâmica 30 x 40 cm - incl. rejunte - conforme projeto - branca	m ²	456,39
Revestimento cerâmico de paredes PEI IV - cerâmica 10 x 10 cm - incl. rejunte - conforme projeto - azul	m ²	3,89
Revestimento cerâmico de paredes PEI IV - cerâmica 10 x 10 cm - incl. rejunte - conforme projeto - vermelho	m ²	3,89
Revestimento cerâmico de paredes PEI IV - cerâmica 10 x 10 cm - incl. rejunte - conforme projeto - branco	m ²	9,71
Revestimento cerâmico de paredes PEI IV - cerâmica 10 x 10 cm - incl. rejunte - conforme projeto - amarelo	m ²	94,00
Roda meio em madeira (largura=10cm)	m	127,20

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 233025/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 17 de 36

LUIZ EDUARDO
CANDIDO:06322
513958Assinado de forma digital por
LUIZ EDUARDO
CANDIDO:06322513958
Dados: 2023.08.07 15:27:22
-03'00"



Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul

000564

Estado do Paraná

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Ítalo Orcelli, 604 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - CEP: 87.565-000 - Cafetal do Sul - Pr.

E-mail: licitacao@cafetaldosul.pr.gov.br

Forro de gesso acartonado estruturado - montagem e instalação	m ²	438,37
Forro em fibra mineral removível (1250x625x16mm) apoiado sobre perfil metálico "T" invertido 24mm	m ²	259,43
SISTEMAS DE PISOS		
PAVIMENTAÇÃO INTERNA		
Contrapiso de concreto não-estrutural, espessura 5cm e preparo mecânico	m ²	408,38
Camada regularizadora traço 1:4 (cimento e areia) espessura 2cm	m ²	408,38
Piso cimentado desempenado com acabamento liso e=10,0cm com junta plastica acabada 1,2m - solários, varandas e pátio coberto	m ²	375,34
Pintura de base epoxi sobre piso	m ²	37,42
Piso cerâmico antiderrapante PEI V - 40 x 40 cm - incl. rejunte - conforme projeto	m ²	148,95
Piso cerâmico antiderrapante PEI V - 60 x 60 cm - incl. rejunte - conforme projeto	m ²	42,90
Piso Vinilico semi-flexível em placas, padrão liso, espessura 3,2mm fixado com cola af 06/2018	m ²	216,53
Piso podotátil de alerta em borracha integrado 30x30cm, assentamento com argamassa (fornecimento e assentamento)	m ²	3,69
Piso podotátil direcional em borracha integrado 30x30cm, assentamento com argamassa (fornecimento e assentamento)	m ²	3,87
Rodapé cerâmico de 10cm de altura com placas de dimensões 60x60cm	m	68,00
Rodapé vinilico de 7cm de altura	m	127,20
Soleira em granito cinza andorinha, L=15cm, E=2cm	m	53,45
Soleira em granito cinza andorinha, L=30cm, E=2cm	m	1,75
PAVIMENTAÇÃO EXTERNA		

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 233025/2023.

CAT nº 1720230004257 de 17/08/2023, página 18 de 36

**CREA-PR**
Conselho Regional de Engenharia e ArquiteturaLUIZ EDUARDO
CANDIDO:0632
2513958Assinado de forma digital
por LUIZ EDUARDO
CANDIDO:06322513958
Dados: 2023.08.07 15:27:33
-03'00'